

adernos do  
**terceiro  
mundo**

NICARÁGUA  
AMEAÇADA

Dezembro/1981 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano IV - nº 39



# ANGOLA

**EXCLUSIVO**

REPORTAGEM  
NOS  
CAMPOS  
DE BATALHA

a



*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

# Aos leitores

## De Angola à América Central

A menção especial que o júri do Prémio Herzog de Amnistia e Direitos Humanos concedeu no Brasil a **cadernos do terceiro mundo** é um marco importante nos anos de lutas da nossa revista em defesa do que consideramos os verdadeiros direitos humanos. Cada um dos nossos companheiros em mais de quarenta países de todos os continentes, dos nossos colaboradores e também dos leitores que nos apoiam é parte desse esforço, consagrado agora por um prémio, cujo nome exalta a fidelidade aos princípios, à coerência revolucionária e à sensibilidade pelos direitos do homem que foram características de Vladimir Herzog, jornalista brasileiro assassinado em 1975 pelo aparelho repressivo de São Paulo.

A notícia pormenorizada do facto aparece na nossa secção de Comunicação. Nas outras páginas desta edição, os nossos leitores encontrarão uma actualização do quadro diplomático-militar em Angola após a invasão sul-africana. A guerra continua, mas as agências transnacionais de notícias preferem tentar sepultá-la no esquecimento internacional, para que os povos não tenham forma de se inteirarem do crime quotidiano que os racistas sul-africanos perpetram contra a Angola revolucionária. Pablo Piacentini, da nossa equipa de direcção, esteve no sul da Angola, onde a brutalidade da guerra é um dado de todos os dias. Ele traduz na sua reportagem o que viu e sentiu. E complementa o seu trabalho com uma pesquisa sobre o comportamento de quatro importantes jornais na cobertura da guerra.

Outro tema central da edição é a Nicarágua e a América Central. O artigo de Neiva Moreira não é apenas uma denúncia mas um apelo à mobilização e ao esforço de todos para impedir a invasão norte-americana na região, em particular em El Salvador.

Editor Geral  
Neiva Moreira  
Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissaio

● *Edições em português*  
ANGOLA — CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor  
Altair Campos  
Administrador  
Ernesto Pádua  
Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Leonardo Mourlo  
Revisão  
Estevam Reis  
Documentação e arquivo  
Cristina Assis  
Tricontinental Editora Ld.  
Caixa do Combro, 10-1.º  
T. 320650 — Lisboa 1200  
Serviços Comerciais e Publicidade  
José C. Figueiredo  
Composição e Impressão  
Renaissance Gráfica e  
Gráfica Europam, Ld.º  
Distribuição  
CDL — Central Distribuidora Livreira SARL  
Representantes  
Angola  
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153 — Maputo  
T. 25140

BRASIL  
Director e Editor  
Neiva Moreira  
Director Administrativo  
Altair Campos  
Secretário de Redacção  
Nilton Caparelli  
Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033  
Arte  
Mária Nakano  
Carmem Saporetti  
Tradução e Revisão  
José Carlos Gondim  
Cláudia Guimarães  
Publicidade  
Jesus Antunes

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro — Juan Somavia  
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

Documentação e Arquivo  
Lídia Freitas  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição  
Homero Souza  
Fotolito  
Colorrio Stúdio Gráfico Lt.º  
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado  
Impressão  
Capemi Editora e Gráfica Lt.º  
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)  
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596  
editora terceiro mundo lt.º  
Rua da Lapa, 180  
(sobrelajeira -A-) Tel.: 242-1957  
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)  
Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registro no SCDP/SR/DPF  
n.º 2195 — P. 209/73

● *Edições em espanhol*  
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE  
Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Germínio Cardoso  
editora periodistas del tercer mundo a.c.  
salle Califórnia, 98A — Coyoacán  
México, 21 DF — telephone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF  
BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA  
EQUADOR — PERU — VENEZUELA  
(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

● *Edições em inglês*  
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO  
Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Cedric Belfrage  
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOL (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraqe), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Perú — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altair L. Campos  
Propriedade:  
tricontinental Editora, Lda.  
Redacção e Sede da Administração:  
Caixa do Combro, 10-1.º  
tel. 320650 1200 Lisboa  
Tragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288. LA PAZ. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramericana Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 801 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valência St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

Editorial

5 A guerra esquecida da África Austral

Matéria de capa

8 Reportagem no sul de Angola, *Pablo Piacentini*  
Na frente de combate em Cahama  
Como a imprensa esqueceu a guerra  
A tática de ganhar tempo na Namíbia

América Latina

28 **Uruguai:** A abertura em apuros, *Emília Hernandez*

Dossier Nicarágua

37 A desestabilização em marcha acelerada  
A lei de emergência contra a sabotagem económica  
O alvo também é El Salvador  
O controverso bispo de Manágua

Opinião

52 Deter a agressão, *Neiva Moreira*

África

55 **Guiné-Bissau:** Algo de novo?, *Luís Moita*  
59 **Moçambique:** Sarar as feridas, *Augusto Vilela*

Ásia

65 **Filipinas:** Os moros anunciam um governo provisório,  
*Beatriz Bissio*

Norte/Sul

74 E agora a «Bomba C», *Carlos Castilho*

Comunicação

80 Cadernos do Terceiro Mundo ganham prêmio Herzog

81 Panorama Tricontinental

Cultura

91 Agostinho Neto, poeta, *Fernando Martinho*



Bayardo Arce



A luta de libertação dos moros



## terror

Recebi, através de amigo que passou pelo Brasil, alguns exemplares dessa prestigiosa revista, o que me trouxe saudades do tempo em que **cadernos do terceiro mundo** era feita na Argentina. O horror e o terror quotidiano que vivemos foi implementado pela mais terrível crise económica já vivida pela Argentina. Continuemos na luta. *P.T.T., Buenos Aires, Argentina.*

## torrijos

Excelente a nota sobre a morte de Torrijos. Esse herói panamiano merecerá o respeito eterno de todos nós. *Wilson Menéndez, Bogotá, Colômbia.*

## guia

Acusamos a recepção dos dois exemplares do *guia do terceiro mundo*, edição 1981, a qual agradecemos. Cabe-nos, no entanto, elogiar a boa qualidade do trabalho apresentado, facto que confere aos *cadernos do terceiro mundo* a popularidade que conquistou no nosso país. *Dias dos Santos, Revista "Novembro", Luanda, Angola.*

## amazónia

Fiquei impressionado com o especial «O assalto à Amazónia», muito bom mesmo. Gostaria que melhorassem a distribuição aqui em Sorocaba pois é uma dificuldade encontrar um exemplar da revista. *Hector H. da Silva, Sorocaba, Brasil.*

Vocês deveriam dar mais atenção aos problemas brasileiros. Eu não sei se nos outros fascículos foi focalizado algo sobre o Brasil, mas quero ressaltar a reportagem sobre a Amazónia do último número. (...) Na medida do possível, vocês deveriam dispensar um espaço maior para sugestões, cartas e intercâmbio entre leitores. *Lêda O. Conceição, Salvador, Brasil.*

## rearticulação

A oposição chilena procura a sua rearticulação, com todos os problemas gerados pela constante e brutal repressão. A polícia de Pinochet ainda não ganhou, com todo este tempo de ditadura, o mínimo de sofisticação e de preparo. Mas a estupidez sempre foi o apanágio do fascismo. *W.R., Valparaíso, Chile.*

## luta pela paz

Aproveite a oportunidade para vos sugerir que façam eco, bastante dilatado, de todas as manifestações que se inscrevem na «Luta pela paz e pelo desarmamento no Mundo», para que este movimento ganhe cada vez mais adeptos e consiga afastar de nós as nuvens belicistas que nos ameaçam. *Amílcar Pires, Luanda.*

## Ode proletária

Vês como transformamos as fábricas avermelhando cafezais em cada gota de suor para alimentar palavras ainda ocas até clamar canção da muxima (1) com vento mar e terra destruindo o poder da burguesia

E você malandro de sangue colonial mi bate inda s' é home? (2)  
— Ó, já não pode fazer gosto de mão leve na cara mas tem jeito de roer do outro come de noite tem medo do sol com força que vem no chão de salfabetizar e há-de morrer vazio de ambição engordando magros bolsos onde roeu...

e quando o carnaval chegar vestidos à cowboy hão-de arder no cano da enxada também indigestos de petróleo incendiados com os pálitos de crianças de pele e osso filhas do trabalho abundância e pólvora de amor para a chama do dia da humanidade

(1) Muxima - significa coração em língua nacional kibundo.

a) Mi bate inda s' é home - expressão muito utilizada pelo povo após o 25 de Abril.

*Carmo Neto  
Soldado das FAPLA, estudante de direito  
e repórter da revista militar angolana  
Luanda*

## guianas

As antigas «Guianas» mereceriam um melhor tratamento da parte da nossa revista. O desconhecimento daquilo que se passa nesse ponto estratégico da América Latina obriga-nos a suposições que muitas vezes fogem ao real, pois os poucos dados sobre a região são fornecidos pelas grandes agências informativas, com todas as deturpações e jogos de interesses habituais. *Ramón Gutiérrez, Quito, Equador.*

## chico viana

Gostaria que fosse felicitado oficialmente o jornalista Francisco Viana pela excelente matéria que nos mostra a crise económica que passa actualmente o nosso país («No fundo do poço»), publicada no mês de Outubro/81. Sendo, inclusive, o canal definitivo que me alertou para a necessidade em assinar essa publicação. *Wander de Barros, Rio de Janeiro, Brasil.*

## Intercâmbio

- **Marcelo Ribeiro**  
Rua Visconde de Figueiredo, 64/201,  
Tijuca  
20550 Rio de Janeiro - RJ, Brasil
- **Márcio A.C. Rossi**  
C.P. 1239  
88000 Florianópolis - SC, Brasil
- **Henrique de Souza Miranda**  
Av. Gertrudes, 470 - Sala 01  
13870 São João da Boa Vista - SP, Brasil
- **Antônio Jorge de Jesus**  
Direita da Piedade, 6/11  
40000 Salvador - BA, Brasil
- **Mário Vasconcellos Marra**  
Travessa Macaé, 187 - Santa Cruz  
23500 Rio de Janeiro - RJ, Brasil
- **Adão Baíão**  
C.P. 79 - Dir. Técnica de Apolo, TAAG  
Luanda, Rep. Pop. de Angola
- **João Carlos Manuel**  
C.P. 534/C  
Luanda, Rep. Pop. de Angola
- **Abel Xavier Barbosa**  
a/c de António Txachima  
C.P. 15 - Dundo, Diamang  
Lunda - Norte, Rep. Pop. de Angola
- **Júlio César Pantigoso Barreto**  
Lara y Cordero 1220, Int. 4, Chiclayo  
Peru

## A guerra ignorada da África Austral

**A** caravana que transportava os jornalistas em busca da guerra estava a oito quilómetros de Cahama, o posto de defesa militar angolano mais próximo das forças sul-africanas. Surgiu então um avião inimigo e bombardeou a coluna. Entre outros, um inglês recebeu um ferimento ligeiro.

O homem era um dos muitos jornalistas ocidentais que realmente acreditavam que o exército sul-africano tinha como única missão e objectivo nas suas incursões em Angola aquilo que era declarado oficialmente por Pretória: a aniquilação das bases militares da SWAPO. Por isso, uma colega francesa, olhando a ferida, disse com um certo cinismo: «Então, você é um *swapo*?»

Isto aconteceu a 4 de Setembro e a ironia cruel quis demonstrar ao jornalista de um dos maiores órgãos de informação do mundo que poderia ocorrer-lhe uma morte equivocada, ser vítima de um ataque que, segundo a versão que circula no Ocidente, não devia ter acontecido, porque esta é uma guerra ignorada. A invasão da África do Sul a Angola foi ocultada pelos órgãos de informação que, como é sabido, vendem tudo o que é notícia. E não há notícia mais vendável que a guerra. Mas desta vez as agências e os demais meios de informação fizeram uma excepção propositada. Vejamos, primeiro, como.

A invasão e os intensos bombardeamentos na província do Cunene, que faz limite com a Namíbia, começaram em 23 de Agosto. Se durante os primeiros dias estes acontecimentos ocuparam um lugar importante nos meios de informação de quase todo o mundo, o seu conteúdo consistiu numa deformação da realidade. Não se relatou a verdade — a África do Sul invadiu Angola, atacou alvos civis e militares, ocupou cidades desta nação independente, matou centenas de pessoas, causou enormes danos económicos — e o que se ofereceu foi uma versão pretensamente equilibrada dos factos.

Isto é, as agências, para só falarmos dos meios de informação mais influentes, fizeram circular a informação oficial sul-africana — a da potência atacante — e a angolana — a do país atacado — num relativo pé de igualdade. Para o leitor isso significava que havia tropas sul-africanas a combater no sul de Angola — segundo o

governo de Luanda — «fruto de uma agressão bélica unilateral», e — segundo Pretória — «em legítima defesa, para aniquilar as bases militares da SWAPO neste território, utilizadas para hostilizar o regime vigente na Namíbia».

Os telegramas noticiosos não proporcionavam o contexto desta situação. Omitiam sistematicamente o facto de o governo de Pretória carecer de legitimidade (segundo os próprios princípios da democracia ocidental), já que é um regime que nega o direito de voto à maioria africana; omitia — se que esse poder racista ocupa ilegalmente a Namíbia — o que é repudiado pelas Nações Unidas; que a SWAPO é o único representante do povo namíbio e como tal é reconhecido internacionalmente; omitiam, ainda, que a finalidade da guerra da África do Sul contra Angola consiste na pretensão de suplantar o governo de Luanda por um bando — a UNITA —, armado, treinado e financiado pela minoria branca sul-africana para que, desse modo, esta possa implantar o seu domínio de forma duradoura na Namíbia através de grupos namíbios subordinados a Pretória.

Ou seja, estender o império branco capitalista sobre toda essa imensa região riquíssima — sobretudo em minerais — da África Austral, convertendo as aspirações de igualdade e de independência dos africanos numa farsa conduzida por uma infima minoria de brancos (e alguns negros) neocolonialistas, projecto — diga-se — que conta com a benevolência da administração norte-americana de Ronald Reagan.

Não era de esperar que as agências noticiosas ocidentais situassem as suas informações neste contexto. Mas que dessem continuidade às suas coberturas e procurassem fornecer as afirmações de ambas as partes. No entanto, isso não se verificou.

A 30 de Agosto, depois de ter mandado executar maciços bombardeamentos sobre a região sul-angolana, encorralado pela pressão internacional e pela convocação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo sul-africano anunciava ao mundo a sua retirada de Angola.

A declaração de Pretória recebeu ampla cobertura publicitária, juntamente com o desmentido de Luanda. Mas, a partir desse momento, virtualmente, não se falou mais sobre o tema. A

# Editorial

guerra deixou de ser notícia. Os leitores, telespectadores e ouvintes deixaram de receber notícias sobre uma invasão de cuja causa não haviam sido informados e que continuava em curso. Um leitor habitual do mundo ocidental, da mesma forma que aquele do Terceiro Mundo dependente — e é fácil comprovar esta afirmação se interrogarmos qualquer um que reúna essas características — tinha, digamos, um mês após a anunciada retirada, a impressão de que a guerra cessara.

As tropas de Pretória só haviam, porém, efectuado um recuo tático. Fixaram as suas maiores unidades motorizadas na fronteira com a Namíbia e mantiveram o controlo da vasta área que se estende até à margem esquerda do rio Cunene, apoiados por várias bases de helicópteros previamente construídas no território namibio. E não só conservaram o seu domínio militar nessa área, ocupando cidades e aldeias, mas também, com o seu esmagador poder aéreo, durante todo o mês de Setembro e durante todo o mês de Outubro, continuaram a bombardear e ocupar outras cidades e aldeias, matando civis e militares que defendiam as suas populações.

Durante Setembro e Outubro, a imprensa ocidental continuou a ignorar essa guerra, limitando-se a publicar algumas linhas sobre os acontecimentos mais destacados e oferecendo as mais diversas versões sobre os factos sob uma pretensa «neutralidade».

Sob um ponto de vista estritamente informativo, não se consegue justificar esse desinteresse. Pelo contrário, na invasão de Angola, temos todos os ingredientes que possam atrair a imprensa, e não só por haver uma guerra em curso. Em Angola estão milhares de soldados cubanos equipados com sofisticado armamento soviético. Vieram em 1975 para sustentar a independência do país, quando colunas de tanques sul-africanos violaram a fronteira de Angola e se aproximaram de Luanda, a mais de mil quilómetros da fronteira com a Namíbia. Os angolanos e os cubanos fizeram retroceder os blindados de Pretória, e o governo do MPLA e do presidente Agostinho Neto pôde consolidar-se.

Desde essa época até hoje, as tropas sul-africanas perpetraram incontáveis violações do território angolano e cometeram numerosas agressões bélicas.

Mas desta vez existe algo mais. Os efectivos sul-africanos penetraram profundamente em solo angolano, mais de duzentos quilómetros, e aproximaram-se das defesas cubanas. Ante a proximidade das forças de Pretória, um comuni-

cado oficial do governo de Cuba anunciou que ordenaria repelir a agressão caso os atacantes se encontrassem com as defesas cubanas.

Sabe-se que se os cubanos entrassem em acção com o seu poderio aéreo — os angolanos não dispõem ainda de uma aviação militar adequada —, com a sua artilharia e com os seus blindados, isso significaria a generalização da guerra na África Austral. Ninguém pode prognosticar o que significaria a generalização do conflito. Mas a entrada em acção dos cubanos e das suas armas soviéticas pode motivar uma resposta militar norte-americana, pois o governo Reagan apoia declaradamente Pretória e a UNITA e defende a posição de que os cubanos devem sair de Angola. Uma generalização da guerra na África Austral, com os angolanos e seus aliados cubanos a avançarem até à fronteira com a Namíbia, levando a que os invasores recuassem para trás dela, daria a Reagan um pretexto para intervir militarmente na zona. Ou para atacar, em represália, directamente Cuba, que se sente ameaçada e colocou meio milhão de milicianos armados para defender a ilha de uma agressão norte-americana, que acreditam seja provável.

Por isto, a África Austral, e particularmente a fronteira entre a Namíbia e Angola, é um dos pontos mais tensos do planeta e, tal como o Médio Oriente, é um dos lugares críticos em que um conflito bélico pode desencadear uma nova guerra mundial, sendo, por isso, uma fonte noticiosa de principal importância.

Qualquer observador jornalístico ocidental destacado em Angola durante estes meses de guerra poderia ter informado o seu público de quantas vezes — e não foram poucas — se esteve a um passo de produzir-se um conflito de maiores proporções.

Tentemos agora explicar o silêncio em torno desta guerra. A razão imediata é que não há, virtualmente, correspondentes ocidentais acreditados em Luanda. A maior parte dos jornalistas ali acreditados pertence aos meios de comunicação dos países socialistas. Eles enviam ampla informação sobre a guerra, mas a sua identidade ideológica converte-os, para a imprensa ocidental, em fontes «parciais» e não dignas de crédito.

Todas as agências ocidentais acreditaram, no passado, correspondentes em Luanda, porém não viriam a aceitar as regras do jogo exigidas pelo governo angolano.

Por consequência, três das quatro grandes agências (*Associated Press, United Press e Reu-*

ter) que em conjunto são responsáveis por mais de 80% da circulação de notícias no mundo, não têm correspondentes em Angola. A única entre as quatro grandes presente em Luanda é a agência *France Press*, mas a sua cobertura não tem carácter permanente; assim, um correspondente esteve em Angola durante os primeiros dias da guerra, mas logo depois partiu.

Além da AFP, alguns meios de imprensa quiseram realizar coberturas directamente de Angola e obtiveram autorização do governo de Luanda para isso; mas em tais casos — equipas de televisão, correspondentes de grandes jornais — não se tratava de transmitir notícias propriamente ditas, mas sim de fazer serviços especiais.

É um facto, independentemente do juízo que isso mereça, que as agências ocidentais não vão modificar as suas próprias regras, como também não o fará o governo angolano. Luanda continuará «não coberta» por parte das grandes agências e, portanto, os meios de comunicação do Ocidente e do Terceiro Mundo não vão dispor de informação directamente originada de Angola, ao mesmo tempo que continuarão a receber informação procedente da República da África do Sul, onde, aí sim, estão acreditados os seus correspondentes.

Isto explicaria em parte este silêncio sobre a guerra. Mas só em parte. Porque é menos explicável ainda que os comunicados emitidos pelo Ministério da Defesa de Angola, que narravam as acções bélicas, não tenham sido publicados pelas grandes agências e divulgados pelos meios de comunicação do Ocidente e do Terceiro Mundo.

Não se pretendia que os ditos meios de informação adoptassem a versão angolana, mas simplesmente que reconhecessem os comunicados do Ministério de Defesa, apresentando-os como a versão de uma das fontes do conflito.

É bem verdade que não podiam receber directamente os comunicados, mas o seu conteúdo chegava-lhes às mãos indirectamente. Por exemplo, todas as grandes agências e os grandes órgãos de informação têm correspondentes acreditados em Moscovo e estes tinham acesso à agência *Tass* e à imprensa soviética, que reproduziam permanentemente os comunicados angolanos.

Optaram antes pelo silêncio, e a opinião pública não foi informada sobre esta guerra. Uma presença dos meios de imprensa internacionais mostraria uma desproporção impressionante

sobre a importância real — e portanto noticiosa — dos acontecimentos no sul de Angola e o resultado informativo.

Se a opinião pública tivesse tido um conhecimento real dos factos, e inclusive da sua projecção em termos de ameaça à segurança do planeta, certamente que os governos ocidentais — e o dos Estados Unidos em particular — ter-se-iam sentido pressionados, e o veto à resolução de condenação da invasão sul-africana no Conselho de Segurança teria sido mais difícil para Reagan, e o seu apoio ao regime de minoria branca de Pretória implicaria bem maiores custos políticos.

Exactamente por isso, a Casa Branca não está interessada na difusão destes factos. Washington não considera a luta da SWAPO uma guerra justa, tendo qualificado publicamente os guerrilheiros como «terroristas», ao mesmo tempo que apoia as actividades da África do Sul e da UNITA. Ambas procuram a desestabilização do Governo de Angola, pensando que uma eventual retirada das tropas cubanas facilitará este objectivo.

Desde Nixon e Kissinger, até Reagan e Haig, que a ala dura do *establishment* norte-americano sente e afirma que o movimento de libertação angolano significou uma «posição perdida» para o Ocidente, que no entanto não se resigna a perdê-la para sempre.

No campo político e militar, esta nostalgia imperialista foi derrotada pelo MPLA e pelos seus aliados, ainda que com um alto custo. Mas os ataques prosseguirão. A tensão na África Austral não cessará até que a Namíbia se torne independente e enquanto na República da África do Sul não impere a igualdade entre negros e brancos.

A África do Sul agrediria Angola mesmo que a SWAPO não existisse, pois o regime de Pretória não se conforma que esta jovem nação seja uma posição ganha para o socialismo, um regime que lhe é antagónico; da mesma forma pensa o governo Reagan.

Convém aos círculos imperiais que esta guerra seja ignorada e que a invasão seja ocultada. E temos que reconhecer que nesse aspecto — no da batalha informativa — conseguiram um triunfo. É precisamente por isso que **cadernos do terceiro mundo** se sentiu obrigado a fazer um grande esforço tendente a apresentar uma detalhada informação sobre a situação actual na África Austral, dedicando-lhe uma reportagem especial. Para isso enviámos o nosso editor associado, Pablo Piacentini, a Angola, onde ele coordenou o material que publicamos.

Angola

## A guerra continua



**Um mês depois do governo sul-africano ter anunciado a retirada das suas tropas que invadiram Angola, o enviado especial de «cadernos do terceiro mundo» constatou o contrário. Pablo Piacentini esteve em plena zona de guerra, ouviu os soldados e chefes militares angolanos envolvidos em combates e testemunhou os efeitos da permanência das tropas invasoras na província do Cunene.**

**Porque motivo, então, a imprensa ocidental deixou de falar sobre a guerra em Angola?**

**Para responder a esta pergunta**

**o nosso enviado complementou o seu trabalho com uma pesquisa no noticiário internacional de importantes jornais.**

**E descobriu uma propositada omissão das informações**

**fornecidas pelo governo de Luanda, ou seja, a cobertura dos acontecimentos sob o ângulo favorável ao exército invasor.**





## Angola

# Na frente de combate em Cahama

*As tropas sul-africanas continuam a ocupar um terço da província do Cunene, numa área de aproximadamente 25 mil quilómetros quadrados. Foi o que constatou em meados de Outubro o nosso enviado especial Pablo Piacentini. Eis o seu relato na zona de combates*

**E**RAMOS 13 jornalistas de diferentes nacionalidades e chegámos a Lubango no dia 13 de Outubro. Um jornalista português cruzava os dedos e afirmava que o fazia para acalmar os maus augúrios, pois tinha ouvido na cabina do piloto que a torre de controlo indicara ao nosso avião a posição 13.

Em baixo, o aeroporto, fortemente militarizado, estava cercado de baterias anti-aéreas, camufladas.

No trajecto para Lubango e durante a nossa permanência na cidade, a mobilização militar era característica de um estado de guerra. Assistia-se a contínuos deslocamentos de efectivos militares em camiões e jipes, ouviam-se sirenes, circulavam patrulhas e, em cada saída da cidade, deparámos com numerosos postos militares ao longo das estradas e muitas baterias camufladas.

Lubango é a capital da Huila, província que limita a sul com a do Cunene. Esta, por sua vez, confina a

sul com a Namíbia e tem cerca de 75 995 quilómetros quadrados. Cerca de um terço do seu território — todo aquele que se estende pela margem esquerda do rio Cunene — encontra-se sob ocupação das tropas sul-africanas, não obstante o governo de Pretória ter anunciado, a 30 de Agosto, a retirada de Angola. As suas tropas, porém, retiraram-se apenas parcialmente e mantinham-se, durante a nossa visita, nessa parte do território angolano, efectuando diariamente voos de reconhecimento e bombardeamentos a cidades e aldeias dessa região ou ainda mais distantes.

No dia 16 de Outubro, às duas da madrugada, partimos do Lubango em direcção a Cahama, a cerca de 200 quilómetros para sudeste.

É em Cahama que está estacionada a unidade militar angolana mais próxima das posições do exército sul-africano invasor. E os três dias de espera em Lubango deveram-se a razões de segurança (ou de ordem militar): só no dia 15 o co-

mando deu autorização definitiva para a nossa deslocação.

Cahama deve muito da sua importância ao facto de constituir um centro de comunicações para onde convergem todos os caminhos dos povoados e aldeias situados no sul, perto da fronteira com a Namíbia.

Para estas deslocações de civis — devidamente escoltadas por militares — são escolhidas geralmente as horas nocturnas, a protecção da escuridão. Porém, o comandante de Cahama, dir-nos-ia que a aviação inimiga havia operado nessa região duas noites atrás e que poderia surpreender-nos no caminho ou ali mesmo onde estávamos, a qualquer momento. Era uma questão de sorte — disse — não havia condições para garantir a segurança a ninguém. Por essa razão permitiria que o nosso regresso se fizesse de dia. Tivemos sorte. Não chegámos a ver qualquer avião.

### A cidade que não se rendeu

O trajecto entre Lubango e Cahama é um verdadeiro mostruário dos efeitos da guerra que a África do Sul desfecha contra Angola.

Edificações civis destruídas pelos bombardeamentos aéreos, desde casas a simples barracões, veículos incendiados na berma da estrada de asfalto, esburacada pelas explosões.

Cahama é uma cidade pequena, ou melhor, era. Quase todas as suas construções estão por terra. Há crateras por todo o lado. As bombas e a metralha deixaram marcas onde quer que se ponha os olhos.

O comandante da unidade ali instalada é o major Joaquim António Lopes Farrusco, que tem fama de um valor a toda a prova e de grande capacidade de comando. «Não conhece o medo», disseram-nos vários dos seus subordinados.

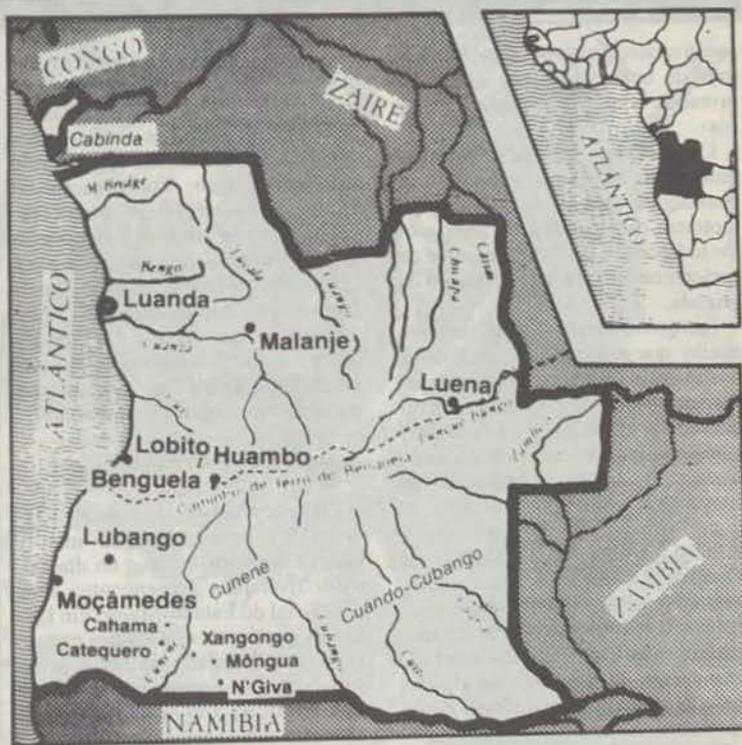
O certo é que, apesar dos violentos ataques de que foi alvo, Cahama não se rendeu e permaneceu como uma praça-forte da resistência das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola).

O major Farrusco, de estatura pequena, contou aos jornalistas: «os bombardeamentos começaram aqui no dia 23 de Agosto, pelas dez da



Luta-se em Cahama desde Agosto

manhã e prosseguiram sem cessar até às quinze horas. A partir de então, Cahama esteve sob bombardeamento intenso durante 22 dias consecutivos, impossibilitando até a circulação de uma simples bicicleta durante os primeiros dias. A partir de então, subsistem as acções quotidianas. São «patrulhas com caças livres»; fazem reconhecimentos aéreos e se encontram algum objectivo, aniquilam-no. Para eles, os objectivos tanto podem ser militares como civis. Quando fazem prisioneiros interrogam-nos e torturam-nos, arrasam *quimbos* (aldeias de palhotas) e roubam aquilo que podem apanhar. Olhem para esse *quimbo* — aponta o major para aquilo que foi um aglomerado humano, agora reduzido a escombros — onde morreu uma família inteira, e digam-me se tem algo a ver com um objectivo militar. Isto começou a 23 de Agosto e ainda não terminou. Agora há apenas uma





pausa relativa, mas pensamos que se trata de uma preparação para uma investida com golpes mais poderosos».

Os militares angolanos mostraram-nos as ruínas do município, as instalações sanitárias, a casa dos motores, os depósitos do povoado. De todos esses edifícios, o único de carácter militar era o do comando da brigada.

Farrusco mostrou-nos também aquilo que restou das residências dos oficiais angolanos e dos conselheiros soviéticos. «Vocês sabem que temos conselheiros soviéticos. Estão comigo e viviam nessas casas. Cada uma das nossas brigadas tem assessores, como por exemplo os conselheiros militares do major Afonso Maria, comandante do major Ondjiva. Os sul-africanos capturaram-nos e disseram que eram conselheiros da SWA. Vocês mesmo podem verificar se havia aqui alguma base da SWAPO ou alguma base de mísseis Sam-2, como então também afirmaram».

Nas horas que passámos em Cahama os militares não puseram limites à nossa circulação. Perguntámos se eram verdadeiras as versões sobre a utilização de bombas de napalm e de fragmentação. Confirmaram-nos e levaram-nos, inclusive, a uma cratera em terreno arenoso, em redor do qual se estendia uma língua de terra queimada. Mostraram-nos igualmente casas demolidas, onde eram visíveis, no que restava das paredes de pé, grandes manchas negras na superfície. Eram as marcas das bombas incendiárias e de napalm.

#### A guerra de guerrilhas

Durante a conversa, o major Farrusco fez uma referência importante. Contámos-lhe que no dia anterior tivéramos um encontro com um oficial do Estado-Maior, em Lubango, e que este nos dissera que na zona de Ondjiva, tomada pelos sul-africanos, segundo a informação disponível, as forças angolanas se encontravam agora em operação.

— Pode confirmar essa informação? — perguntámos-lhe.

— Sim. Continuam na região, embora tenham de efectuar retiradas, pois não têm equipamentos militares para enfrentar os inimigos.

— Uma espécie de guerra de guerrilhas?

— Sim, uma intensificação da guerrilha. A partir de Xangongo, rio abaixo, temos alguns grupos operando.

— Na retaguarda do inimigo?

— Na zona que o inimigo ocupa actualmente. Como todos sabem, o nosso exército tem apenas cinco anos de história. Não temos grandes unidades para enfrentar a situação criada no país. Mas estamos certos que as FAPLA, mesmo com as suas dimensões, irão ultrapassar a situação que nos impuseram, custe o que custar. Uma das acções adoptadas consiste precisamente na incrementação da guerrilha por algumas unidades. E se for necessário intensificarei aqui, pessoalmente, a guerrilha.



A região de Cahama, onde se têm travado importantes combates (ao alto, à esquerda) é muito desfavorável ao Exército angolano, pois encontra-se exposta aos helicópteros sul-africanos. Quando o noço enviado Pablo Piacentini esteve na área, a escolta dos jornalistas localizou dois soldados das FAPLA (em cima, à direita) que haviam enfrentado as tropas invasoras e que depois se tinham perdido na selva, feridos e sem água nem comida.



*Os sul-africanos parecem convencidos de que, aniquilando duas unidades das FAPLA poderão conquistar o território de Angola. Enganam-se. Bastaria que se lembrassem dos longos anos que lutámos contra o colonialismo português para que compreendessem que se trata de uma ilusão.*

Ainda que os oficiais angolanos se abstenham de fornecer dados sobre esta questão, basta o que foi referido para se poder extrair uma conclusão significativa sobre a situação militar: as unidades regulares pararam a ofensiva do exército sul-africano, ainda que este, valendo-se da área que controla no Cunene e da sua supremacia aérea, massacrou com bombardeamentos uma zona muito mais extensa. Mas ao mesmo tempo que mantém posi-

ções com unidades regulares, as FAPLA infiltram «comandos» na área controlada pelo inimigo, fustigando-o com uma espécie de guerra de guerrilhas.

Tínhamos percorrido uns 40 quilómetros a partir de Cahama, de regresso a Lubango, eram cerca das 10 da manhã, quando vimos na borda da estrada um soldado que, penosamente, se conseguia manter de pé. O tenente Francisco Gomes, chefe da nossa coluna, deu ordem de parar e como nos encontrássemos à janela direita do camião, ficámos frente a frente com o jovem. O que mais nos impressionou foi a sua expressão transtornada.

O soldado, Paulo Dala, 22 anos, balbuciou ao tenente que o seu grupo tivera um encontro com o

inimigo, que havia caminhado três dias para chegar até ali, e que na selva estava um seu camarada.

Deitaram Paulo num jipe, deram-lhe de beber, e o veículo partiu com o tenente e com os jornalistas que conseguiram subir, à procura do extraviado. Antes disso, o tenente Gomes ordenou que os veículos e as pessoas fossem devidamente camuflados, e dispusemo-nos como deveríamos fazê-lo caso surgisse a aviação sul-africana: as viaturas em coluna, dentro dessa selva cheia de clareiras mas com relativas possibilidades de não serem vistas do alto; os homens dispersos, ocultos sob os arbustos mais altos.

O soldado Bartolomeu Lino deixou-se cair quando as suas forças se esgotaram e não pôde deixar de pressentir que ali iria morrer. O lugar era o pior possível, uma cla-

## Padres e hospitais na mira de Pretória

**N**O nosso alojamento em Lubango, um local da Cruz Vermelha improvisado como moradia, a sorte fez-nos encontrar Inácio Raimundo, comissário comunal de Nehone, que, a 8 de Outubro, foi alvo de um bombardeamento sul-africano. O facto teve especial difusão, porque os aviões destruíram a missão católica de Cafina e mataram o sacerdote angolano Miguel Manico.

Inácio, de 31 anos, veio a Lubango para internar cinco feridos e levar um jipe, pois o seu foi destruído pelas bombas. «Não vais camuflar o novo?», perguntámos-lhe. «Não — respondeu —, vou descapotá-lo completamente para ver o inimigo ainda longe».

Inácio conta ainda: «Os sul-africanos tinham chegado antes, a 10 de Julho. Desceram de helicópteros e ocuparam o povoado. O objectivo deles nesse momento era só de reconhecimento. Eu estava no povoado e refugiei-me dentro de uma

casa que, por sorte, não revistaram. Quando eles chegam, a primeira coisa que fazem é perguntar pelas autoridades para extraí-lhes informações».

«Os militares sul-africanos queriam beber água — continua Inácio — mas a bomba d'água, localizada na missão, da mesma forma que o posto médico, estava queimada. Quiseram repará-la, mas não conseguiram. Então ameaçaram: 'Se quando voltarmos estiver a funcionar, vamos bombardeá-la! Levaram tudo, até bicicletas e máquinas de costura (que diziam ser da SWAPO) bem como remédios. Voltaram a 8 de Outubro».

«Realizaram o primeiro ataque às 13.15 horas e o segundo às 16.05, com dois *Impala* e foguetes. Devem ter-se dado conta que a bomba funcionava porque havia gente em volta dela. O padre Manico tinha-a reparado. Faz três anos que temos seca e essa bomba era vital para a vida da comunidade, que tem uns seis mil moradores. Quando as bombas caí-

ram, o padre Manico estava a reparar o seu automóvel e uma explosão matou-o. A missão tem também três freiras, duas delas estrangeiras. Além dos onze feridos, houve oito mortos, um deles uma criança de poucos meses. Destruíram a missão, e com ela a bomba d'água e o hospital».

Esse ataque preciso à missão pode ter sido uma represália por os sul-africanos terem suspeitado que foram enganados quando lhes negaram água. Mas este seria apenas um detalhe macabro dentro de uma estratégia premeditada e orientada a impossibilitar um mínimo de vida normal às populações, assim como destruir a economia regional.

Uma das condições para que os habitantes permaneçam nos seus povoados é que contem com assistência sanitária. Em consequência, o exército de Pretória incluiu os hospitais entre os alvos militares.

O posto médico da missão de Cafina, situada a uns 200 quilóme-

reira na selva onde nada o protegia contra o sol. Cobriu-se com a manta que levava na mochila e abraçou a sua «Kalash».

Assim o encontraram quatro horas depois, após o penoso percurso de Paulo pelos sete quilómetros que o separavam da estrada e no quarto de hora que demoraram a localizá-lo.

Que terá pensado e experimentado o soldado Bartolomeu quando entreabriu os olhos e viu um tenente das FAPLA e as duas câmaras cinematográficas apontadas para si, enquanto começava a entender que estava salvo?

A narração do soldado Paulo — Bartolomeu não podia e nem devia falar, — e os dados fornecidos pelo tenente, possibilitaram a reconstituição do episódio.

tros da fronteira com a Namíbia, não é um caso isolado. O hospital de Ondjiva foi bombardeado em 28 de Agosto e em seguida ocupado por tropas sul-africanas. A 6 de Outubro foi metralhado pelos aviões que voltaram.

O pessoal médico e auxiliar, como todos os civis, foram amedrontados pelo fogo adversário. Muitos deles procuraram refúgio noutras cidades, enquanto os ataques inutilizavam as instalações. O hospital de Ondjiva deixou virtualmente de funcionar.

No hospital de Techulo os actos de intimidação foram tão violentos que todo o pessoal médico, como também doentes que não deviam abandonar os seus leitos se puseram em fuga.

É difícil confundir-se médicos e doentes com guerrilheiros da SWAPO. Para Pretória, a SWAPO é um objectivo e ao mesmo tempo um pretexto para uma bárbara agressão ao território, à economia e à população de Angola.



Milhares de angolanos perderam tudo o que tinham e foram alojados provisoriamente em campos de refugiados. O problema agora é alimentá-los.



Os dois faziam parte de um grupo de cinco soldados que tinha por missão operações guerrilheiras dentro

de áreas controladas pelas forças sul-africanas. Tratava-se da intensificação da guerrilha revelada pelo

major Farrusco, sem suspeitar que uma singular coincidência nos traria um testemunho vivo.

Os cinco estavam escondidos na mata, onde foram surpreendidos por um helicóptero inimigo. Um deles foi morto, mas os restantes conseguiram fugir, dois numa direcção e dois noutra. Isto aconteceu a 13 de Outubro, às cinco da manhã, e em pouco tempo Paulo e Bartolomeu haviam perdido o rumo; não sabiam onde se encontravam, nem como sair da selva na direcção de um lugar seguro.

Foram três dias e algumas horas de caminhada. Do ponto de ataque, Mucope, até à estrada, há 63 quilómetros em linha recta, mas com as voltas que deram, terão andado mais de cem quilómetros.

Estavam desidratados e extenuados. O tenente Gomes avaliou que não teriam ultrapassado vivos esse dia ensolarado, embora admitisse que, com muita sorte, pudessem ter durado até à noite.

Satisfeito, mas não esufiante, o tenente fez-nos notar que, na fuga, os dois tinham perdido as botas, mas haviam conservado as mochilas e tinham entregue as «Kalashes» aos seus camaradas. Imaginamos o peso que terá tido, para esses homens esgotados, a espingarda-automática e os carregadores, além da carga da mochila, a cada passo que davam.

Desde a nossa chegada a Angola, tinha lido e ouvido reiteradamente dos chefes militares, a exaltação do «moral elevado» das FAPLA — em boa tradução, a decisão de enfrentar o inimigo. Poder-se-ia tomar com reservas essas afirmações, como algo relativo e destinado a ajudar psicologicamente nesta guerra desigual. Não obstante as poderosas motivações dos angolanos, a superioridade militar sul-africana poderia jogar decisivamente na direcção contrária.

Depois de ver o soldado Paulo cambaleante, mas postado na estrada, com a sua arma, e a recuperação de Bartolomeu, também armado, dissiparam-se as nossas dúvidas.



O exército angolano enfrenta agora uma dupla tarefa: intensificar a resistência contra os invasores e apoiar a população atingida pela guerra.



## Angola

# Como a imprensa esqueceu a guerra

*Uma pesquisa realizada no noticiário de quatro dos mais importantes jornais do Ocidente revelou uma clara tendência para omitir informações divulgadas pelo governo de Angola. Isto ficou particularmente nitido antes da invasão sul-africana e depois de Pretória ter anunciado a retirada das suas tropas*

**C**INQUENTA e dois por cento das informações divulgadas por quatro dos mais importantes jornais do Ocidente tiveram como fonte informações fornecidas pela África do Sul e Estados Unidos. O lado angolano foi utilizado em apenas 22,9% dos casos, enquanto que as fontes soviéticas só foram consultadas em 3,07% do noticiário sobre a invasão sul-africana. Os 21,4% restantes tiveram origem em fontes localizadas noutros países.

Estes dados, que revelam uma clara parcialidade no que se refere às fontes de informação e portanto também no que toca à forma de abordar a invasão do território angolano, tiveram como base uma ampla pesquisa nas edições dos jornais *Le Monde* (francês), *New York Times* (norte-americano), *La Repubblica* e *Il Tempo* (ambos italianos) durante os meses de Agosto e Setembro.

Os quatro jornais deram sempre mais importância às fontes sul-africanas originárias de Pretória, numa percentagem de 35,7% do noticiário geral da guerra ou dos EUA com 16,3%. Como a África do Sul e os

Estados Unidos de uma maneira geral coincidiram nas versões sobre o conflito, torna-se evidente a razão porque as fontes de ambos os países dominaram em mais de metade todo o material publicado, enquanto as versões angolanas e soviéticas (também em geral coincidentes) conquistaram apenas 25,97% do total do noticiário.

O trabalho comparativo foi dividido em três fases: a primeira antecedeu o ataque sul-africano e teve como principal objectivo analisar a forma pela qual foram tratadas na imprensa Ocidental as advertências angolanas sobre a iminência de um ataque inimigo; a segunda parte engloba o período entre o início das operações em 23 de Agosto até ao dia 30 do mesmo mês, quando a África do Sul anunciou uma suposta retirada das suas tropas; e finalmente a terceira parte, analisa o noticiário posterior ao anúncio sul-africano, e detém-se especialmente na falta de importância atribuída pelos jornais em questão sobre as denúncias angolanas de que a invasão continuou.

### Antes da guerra

O vespertino francês *Le Monde* é mundialmente conhecido como um jornal preocupado com a imparcialidade e a isenção na busca das suas fontes. O *Le Monde* publicou nos dias 13, 14 e 23 de Agosto notícias sobre o aumento da tensão militar ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, sem no entanto fazer menção aos comunicados emitidos nos dias 14 e 22 em Luanda sobre a iminência de um ataque sul-africano em larga escala.

O *New York Times*, tido como o jornal mais poderoso e mais influente do mundo publicou uma notícia, com uma coluna, em 3/4 de página na sua edição do dia 12 de Agosto. O material do NYT dizia que a África do Sul estaria a enfrentar dificuldades para atacar Angola devido à instalação de bases de mísseis soviéticos na cidade de Lubango. Esta informação foi recolhida em Pretória pelo correspondente do jornal na África do Sul, sem qualquer referência às denúncias angolanas. Nos dias seguintes até à data de 26 de Agosto, o *New York Times* publicou notas sobre o aumento do poderio bélico sul-africano e notas diversas sobre a África do Sul, sem fazer novamente referências à situação em Angola.

Já o *La Repubblica* não deu nenhuma informação sobre a crise na África Austral entre os dias 10 e 25 de Agosto. O *La Repubblica* é de orientação centro-esquerda, e em geral dá boa cobertura aos assuntos do Terceiro Mundo. O *Il Tempo*, o outro jornal italiano usado na pesquisa, também não publicou nada sobre as advertências angolanas e os preparativos sul-africanos para a invasão.

### Os comunicados

Entre os dias 23 de Agosto e 3 de Setembro o governo angolano emitiu cinco comunicados sobre a invasão sul-africana. O primeiro comunicado, divulgado no dia 24/8, dava conta do avanço em larga escala das tropas sul-africanas, revelando a existência de colunas de blindados, ao mesmo tempo que denunciava

Quase 100 mil  
pessoas ficaram  
sem abrigo por causa  
dos  
bombardeamentos  
sul-africanos



ataques aéreos contra a cidade de Cahama. No dia 27/8, um segundo comunicado dá conta de novos ataques e bombardeamentos aéreos nos dias 25, 26 e 27. O terceiro comunicado oficial do governo angolano, divulgado no dia 29/8, denuncia que a invasão visa impedir uma solução negociada para o caso da Namíbia, apela para os países da Organização da Unidade Africana (OUA) para que ajudem a repelir o ataque sul-africano e faz um relato dos combates nas províncias de Cunene, Huíla e Kuando-Kubango.

O quarto comunicado, datado do dia 31/8, revela contra-ataques de forças angolanas em várias localidades e anuncia o derrube de um caça *Mirage* sul-africano. E finalmente, no dia 3/9, o governo de Angola desmente as afirmações do ministro da Defesa da África do Sul de que as tropas invasoras se haviam retirado. O comunicado diz que depois do anúncio feito no dia 30/8 foram feitos ataques contra Cahama e Caluvango, ao mesmo tempo que a infantaria sul-africana continuava a ocupar as localidades de Ondjiva, Xangongo, Mongua, Mupa, Caluengue e Cuamato, com um total de



1 mil homens. Isto tudo no dia 2/9, em falar nos voos de reconhecimento.

A terceira fase da pesquisa aborda o noticiário dos quatro jornais, de dois do dia 7 de Setembro, dia em que o governo angolano divulgou um comunicado, no qual afirma que nos dias 4 e 5 foram registadas 19 violações do espaço aéreo de Anzola por 25 aviões sul-africanos que obrevoaram as cidades de Cahama, Citeve, Cuvelai, Xangongo, Lumbe e Evale. No dia 5/9 houve um ataque aéreo contra um grupo de comunistas em Cahama. No mesmo dia houve outro ataque, desta vez contra uma coluna militar na estrada entre Lubango e Cahama.

No comunicado do dia 22/9, Anzola denuncia a possibilidade da África do Sul estar a tentar criar um Estado-Tampão na zona ocupada, criando na área um governo para o qual pediria reconhecimento internacional e que seria também convidado a participar nas negociações sobre o futuro da Namíbia. O comunicado salienta que no dia 11/9 correram 12 violações do espaço aéreo, facto que voltou a acontecer nos dias 12, 13, e 16. No dia 15/9

tropas terrestres sul-africanas apoiadas por aviões atacam a cidade de Changalala. No dia 18/9, as tropas sul-africanas penetram novamente em território angolano e desencadeiam um massacre na localidade de Macocote, situada a 20 km de Xangongo.

#### *Le Monde*

Entre os dias 26 de Agosto e 11 de Setembro, as fontes utilizadas no noticiário do jornal francês *Le Monde* foram as seguintes: Luanda: 23,2%; Pretória 40,3%; EUA 5,1%; URSS 1,03; outros 30,0%.

A última informação do *Le Monde* publicada sobre as actividades bélicas em Angola entre os dias 11/9 e 30/9, deu-se no dia 16 de Setembro. Nos dias posteriores, o jornal continuou a informar sobre a região, especialmente na questão da Namíbia, mas não houve mais noticiário acerca da frente militar. O comunicado de Luanda do dia 22/9 foi ignorado.

Esta omissão chama a atenção, já que o jornal sempre criticou as agressões sul-africanas, e, a partir das suas fontes próprias de informação, sempre pôs em dúvida a veraci-

dade das afirmações de Pretória quanto à retirada de tropas. Nessa perspectiva, a publicação do comunicado do dia 22/9 seria coerente com a linha do *Le Monde*.

No dia 26/9, por exemplo, uma nota do correspondente do jornal em Joanesburgo citava declarações do ministro da Defesa Magnus Malan, nas quais o dirigente sul-africano não eliminava a ideia de uma reedição da «operação Proteu» (nome de código para a invasão de Angola). Mas as denúncias concretas de Angola nos primeiros dias de Setembro não foram publicadas pelo jornal.

Na cobertura do vespertino parisiense devem ser assinalados dois factos: o primeiro, é que a sua informação prévia à invasão alertou os seus leitores para o que iria acontecer, com base em informações disponíveis na África do Sul. O *Le Monde* foi o único de todos os jornais pesquisados que teve este mérito. Se o jornal tivesse recebido (se é que não os recebeu) os comunicados prévios de Luanda, certamente que os leitores poderiam ter tido uma ideia mais completa da situação.

É impossível saber se a agência

France Press, e outras agências sediadas em Lisboa, foram as responsáveis pela omissão, ou se o jornal deliberadamente não as publicou.

O outro aspecto é relativo ao tratamento dado à captura e morte de militares soviéticos. No dia 3/9, o *Le Monde* publicou uma manchete de primeira página do seguinte teor:

«Pretória revela os nomes dos oficiais soviéticos mortos e capturados». Naquele momento, com efeito, esta informação era importante do ponto de vista jornalístico, e portanto merecia perfeitamente uma manchete destacada. Mas depois disto, quando foi registado o reconhecimento soviético das mortes e capturas, bem como da exigência de devolução do sargento preso e dos corpos dos militares mortos, o *Le Monde* não deu mais destaque a estas informações, que faziam parte da campanha sul-africana para exagerar a importância da presença soviética na região.

Se o jornal francês tivesse seguido a linha de outros jornais ocidentais, teria reforçado a campanha publicitária sul-africana. A presença de conselheiros soviéticos em Angola é parte de um acordo entre duas nações soberanas, sem qualquer conteúdo escandaloso como pretenderam as autoridades de Pretória. Neste sentido, o tratamento dado pelo *Le Monde* foi correcto e constituiu uma excepção, pois foi um dos pouquíssimos jornais que não deformaram este aspecto do conflito.

Mas em termos gerais, a Imprensa ocidental foi muito sensível aos termos da propaganda sul-africana. Bastava o governo de Pretória mencionar alguns temas básicos como «expansionismo soviético», ou outros do tipo «oficiais soviéticos co-

mandam a guerrilha da SWAPO», para que os jornais europeus e norte-americanos passassem a dar amplo destaque a estas afirmações, minimizando a verdadeira notícia: a invasão por terra e ar, com batalhas sangrentas, por um regime racista que ocupa ilegalmente uma nação, contra outra reconhecida universalmente como soberana e independente.

#### New York Times

Entre os dias 26/8 e 20/9 (quando o *New York Times* menciona pela última vez o conflito em Angola, com base em notícias de Moscovo), as fontes de informação do jornal norte-americano seguiram os seguintes critérios:

notícias originárias de Luanda — 15,5%  
notícias originárias de Pretória — 32,2%



O bloquelo informativo reduz a ajuda internacional a Angola



notícias originárias dos EUA — 41,6%  
notícias originárias da URSS — 1%  
notícias originárias de outras fontes — 9,3%

A característica mais importante da cobertura do *New York Times* é a importância predominante que deu à posição norte-americana em relação à invasão sul-africana. A mesma linha foi seguida nos comentários editoriais. Trata-se de uma abordagem coerente com a posição hegemônica da superpotência, apesar de que, no caso do *NYT*, foram publicadas várias críticas à posição de Reagan nos acontecimentos.

Apesar da abundância de recursos de que dispõe, o *NYT*, não fez nenhuma advertência prévia sobre os antecedentes da invasão, mesmo levando em conta os avisos feitos com tempo por Angola e pelos preparativos de África do Sul. Por isto a invasão foi recebida com surpresa pelos leitores do *New York Times*. A



O comandante Pedalé,  
ministro da Defesa  
da República Popular de Angola

notícia publicada no dia 12/8 na qual o general Malan afirmava que as bases de radar no sul de Angola dificultavam os ataques sul-africanos, não chegou a ser um elemento suficiente para dar uma ideia da importância do que estava por acontecer.

Na cobertura geral, o noticiário proveniente de Pretória corresponde a mais do dobro do que veio de Luanda. Isto é uma consequência do facto do correspondente do *NYT* estar sediado em Joanesburgo.

Pode-se argumentar que nos despachos vindos da África do Sul, o jornal procurava levar em conta as versões angolanas e as contradições sul-africanas. Mas uma análise mais geral do noticiário do *NYT* mostra que os correspondentes do jornal, bem como o noticiário das agências sempre se mostraram mais receptivos às versões de Pretória, do que às de Luanda.

### La Republica

O jornal centro-esquerda italiano utilizou as seguintes fontes para cobrir entre os dias 26/8 e 8/9 a guerra em Angola:

notícias de Luanda — 29,5%  
notícias de Pretória — 27,8%  
notícias dos EUA — 9,1%  
notícias da URSS — 0,8%  
notícias de outras fontes — 31,9%

O *La Republica* não publicou informações prévias à invasão. Du-

rante o conflito utilizou o noticiário angolano e sul-africano quase na mesma proporção (o jornal não tem correspondente nem em Angola nem na África do Sul). Logo a seguir ao anúncio da retirada sul-africana, o *La Republica* deixou de cobrir a guerra e não fez qualquer referência ao comunicado angolano do dia 7/9. No dia seguinte no entanto, o jornal publicou a declaração do governo de Pretória, de que as tropas invasoras já haviam regressado à base.

### Il Tempo

Entre os dias 26 de Agosto e 14 de Setembro, o jornal conservador italiano usou as seguintes fontes no seu noticiário:

Luanda — 23,7%  
Pretória — 42,6%  
EUA — 9,7%  
URSS — 9,5%  
outras fontes — 14,4%  
Além de não publicar nenhuma

informação prévia aos ataques, o matutino italiano deu mais importância às versões sul-africanas do que às denúncias formuladas pelo governo de Luanda. Através de uma selecção bastante parcial o *Il Tempo* endossa a posição sul-africana de que a invasão teve como objectivo perseguir «terroristas» da SWAPO. Assim o jornal claramente deixou de lado o facto mais importante da notícia (a invasão) para dar destaque especial às justificativas do ataque. No caso do *Il Tempo* houve um inversão de valores. A propaganda foi posta em primeiro lugar e a informação em segundo.

### A desinformação

Entre os dias 14 e 22 de Agosto, o Ministério de Defesa de Angola divulgou comunicados com denúncia de grande importância e de grande teor informativo. Mesmo levantando em conta que os jornais muitas veze-

## O boicote dos comunicados

**E**STES são os principais comunicados do Governo angolano divulgados depois do final do mês de Agosto e que praticamente foram ignorados pela opinião pública internacional.

**3 de Setembro:** o Ministério da Defesa da República Popular de Angola desmente as afirmações do ministro da Defesa de Pretória, general Magnus Malan, segundo as quais as tropas sob o seu comando se retiraram do território angolano antes da reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas (o anúncio da retirada sul-africana foi formulado a 30 de Agosto).

O comunicado de Angola denunciou as seguintes acções bélicas da África do Sul:

**31 de Agosto:** uma esquadrilha de oito aviões do tipo *Impala* bombardeou novamente o povoado de Cahama, lançando bombas de 500 quilos, foguetes e granadas de 30 milímetros.

**1 de Setembro:** dois aviões destruíram um veículo na estrada do Caluvango.

**2 de Setembro:** novo bombardeamento sobre Cahama.

Também nesse dia a Infantaria motorizada inimiga continuou a ocupar os povoados de Ondjiva, Xangongo, Môngua, Mupa, Caluengue e Cuamato, com forças estimadas em 11 mil homens.

Registou-se um total de 56 voos de reconhecimento feitos por 103 aviões do tipo *Mirage* e *Impala*, além de helicópteros, sobre Cahama, Cuvelai, Cassinga, Tchamutete, Kiteve, Nehone, Porto Alexandre e Tchibemba.

**7 de Setembro:** ao contrário do anúncio de retirada os sul-africanos continuaram a invasão e aumentaram as agressões militares contra Angola, bombardeando além de objectivos militares, centros civis e vitais para a economia nacional. Foi também denunciada a cumplicidade do Governo dos Estados Unidos manifestada através do veto do Conselho de Segurança da ONU, que impediu a condenação da invasão sul-africana.

Além de continuar a ocupação dos referidos povoados, os sul-africanos voltaram a bombardear Cahama no dia 3 de Setembro.

Nos dias 4 e 5 foram registadas 19 violações aéreas realizadas por 25 aviões militares em Cahama, Kiteve, Cuvelai, Xangongo, Humbe e Evale.

No dia 5 do mesmo mês, quatro aviões *Mirage* atacaram uma coluna que conduzia jornalistas nacionais e estrangeiros a Cahama, causando ferimentos em dois jornalistas e um militar. No mesmo dia a aviação inimiga atacou uma coluna militar no caminho entre Lubango e Cahama destruindo um camião-cisterna.

se mostram desconfiados perante os comunicados emitidos por países em guerra (os antecedentes de propagação são muitos), a comprovação posterior deveria ter dado a estes veículos de informação a certeza de que o governo de Luanda não estava a utilizar o recurso fácil da publicidade.

Durante os primeiros dias de combate, após a invasão do dia 23 de Agosto, o noticiário de maneira geral foi tratado com relativa imparcialidade, não obstante os notórios antecedentes criados pela África do Sul, com sucessivas violações do espaço aéreo angolano e ataques a povoações na fronteira com a Namíbia. Esta relativa imparcialidade só foi rompida por alguns comentários editorializados.

Durante este período, logo no início da guerra, observa-se que o governo sul-africano conseguiu parcialmente desviar a atenção do público, agitando a questão

soviético-cubana. O sistema de informação transnacional está de tal maneira condicionado a este recurso que foi facilmente envolvido por ele. Assim, quando houve a captura e morte de oficiais soviéticos, este facto ofuscou temporariamente a ocupação e os combates no sul de Angola.

Na fase principal dos combates, Angola denuncia, e Pretória responde, sendo ambas as versões destacadas nos vários jornais. Mas no momento em que a África do Sul anuncia a retirada das suas tropas, a situação muda radicalmente. Este é o aspecto mais lamentável da cobertura, uma vez que as denúncias angolanas depois de 1/9 tem indiscutível valor jornalístico, ainda mais se for levado em conta que Luanda já havia provado desde a fase anterior à guerra, que os seus comunicados estavam baseados na realidade.

O facto das agências ocidentais não terem correspondentes em An-

gola é um obstáculo relativo e superável. A ANGOP, agência informativa angolana, tem poucos contactos com os centros de informação do Ocidente, porque foi criada recentemente. Mas quando os jornais europeus e norte-americanos quiseram, usaram o material originado de Angola, como foi constatado no final de Agosto e começo de Setembro. O acesso à ANGOP não é difícil porque todo o seu material é distribuído em Lisboa, onde as principais agências ocidentais têm correspondentes. Mas apesar disso, o material da ANGOP não foi usado antes da invasão e depois da África do Sul ter anunciado a sua suposta retirada. O que houve, então, foi falta de vontade de usar o material de Luanda.

Já que os antecedentes mostraram ser impossível negar o conteúdo informativo das fontes angolanas, conclui-se que o sistema informativo transnacional está montado de

22 de Setembro: após denunciar a permanência das tropas sul-africanas em parte do solo angolano e assinalar os avanços das FAPLA sobre algumas cidades anteriormente ocupadas, o comunicado do Ministério da Defesa formulou advertências de importância internacional:

«...não se descarta a hipótese de grandes investidas do Exército racista da África do Sul, com o objectivo de criar a chamada «Zona-Tampão»...

Trata-se de uma referência ao projecto atribuído ao regime de Pretória e que consistiria na ocupação permanente de parte do território angolano, com o propósito de estabelecer um Governo constituído pelos seus aliados da UNITA. Uma vez proclamado o «Estado-Tampão» o Governo solicitaria reconhecimento internacional e participação nas negociações sobre a Namíbia na qualidade de «Estado fronteiriço». Obviamente que esse Governo defenderia os pontos de vista de Pretória, que ocupa a Namíbia.

As acções militares sul-africanas denunciadas no comunicado foram as seguintes:

11 de Setembro: doze violações do espaço aéreo angolano e bombardeamento sobre os refugiados na selva em redor de Cahama.

12 de Setembro: oito violações aéreas por meio de 21 aviões.

13 de Setembro: lançamento de rockets sobre a localidade de Chicusse e 13 violações do espaço aéreo.

15 de Setembro: apoiadas por aviões e helicópteros, tropas terrestres atacaram a localidade de Changelala cometendo massacre contra a população, roubando várias cabeças de gado e outros bens. Ataque aéreo à localidade de Lilamba.

16 de Setembro: dez aviões violaram cinco vezes o espaço aéreo.

17 de Setembro: Outras violações do espaço aéreo, sem especificação do número, com 11 aviões.

18 de Setembro: Tropas sul-africanas, montadas a cavalo e outras de infantaria utilizando cães, cometeram massacres e incendiaram a localidade de Macocote, situada a vinte quilómetros a oeste de Xangongo. Foram também registadas quatro violações do espaço aéreo com nove aviões.

O extenso comunicado denunciou várias acções de grande envergadura, tais como a destruição de pontes, colocação de minas, destruição dos hospitais de Môngua e Xangongo.

16 de Outubro: o comunicado denunciou que no dia 6 foram registados violentos bombardeamentos sobre as localidades de Ondjiva e Nehone. Nesta última foi destruída a missão católica e morto o padre Miguel Manico, com um total de 21 mortos.

Dois aviões violaram três vezes o espaço no dia 8 de Outubro, e três aviões 48 horas depois.

O comunicado destaca ainda que apesar do emprego de esquadrilhas de aviões e helicópteros no ataque à cidade de Ondjiva, as FAPLA mataram dois soldados inimigos, obrigando à fuga os demais. □

maneira a favorecer objectivamente a nação agressora e prejudicar a agredida. A África do Sul faz parte do chamado bloco ocidental e o seu governo defende a hegemonia norte-americana. Angola não apoia estes princípios, escolheu o socialismo e luta pela descolonização. Esta parece ser na verdade a razão fundamental para os desequilíbrios que acabamos de mencionar no noticiário internacional.

O argumento de que as denúncias angolanas partiam de um dos lados da guerra também não cabe aqui. Diante de uma acusação importante, as agências e os correspondentes estrangeiros sediados na África do Sul têm a possibilidade e o dever profissional de pedir confirmação das mesmas às autoridades sul-africanas.

O facto de que um acontecimento desta magnitude seja aceite como notícia e portanto como verdadeiro apenas quando a África do Sul participa da informação, mostra como funcionam os mecanismos de escolha de notícias no sistema informativo transnacional. A maior parte dos jornais europeus e norte-americanos defende na teoria os valores em jogo na África Austral: autodeterminação, inviolabilidade territorial, democracia, descolonização, negação do racismo e defesa da paz. Isto vale para muitos proprietários e para a grande maioria dos jornalistas.

Mas a análise da cobertura da invasão sul-africana mostra uma contradição entre os princípios teóricos e a prática informativa. Os editores, redactores, repórteres e correspondentes, responsáveis indirectos por esta distorsão deveriam reflectir sobre as insuficiências e defeitos dos mecanismos que operam dentro do sistema informativo transnacional, pois é possível modificá-los desde que haja um interesse real.

Os profissionais da informação sabem, que apesar da importância que tem o dono de um jornal, rádio ou televisão, esse controlo não é suficiente para impedir os jornalistas conscientes do seu dever profissional, que eles devem divulgar os factos reais e o que está por detrás deles. (Pablo Piacentini) □



O nosso companheiro Pablo Piacentini em Cahama, tendo a seu lado o major Ferrusco, comandante da região



Além dos milhares de angolanos atingidos pelos ataques... cresce o número de namíbios que cruzam a fronteira em busca de ajuda



## Angola

# A tática de ganhar tempo na Namíbia

*Angola está a pagar o preço pelo apoio à guerra de independência da Namíbia. Um preço que as potências ocidentais desejam que seja alto e pago a longo prazo, apesar dos protestos em todo o mundo*

Albano Volkmer

**N**O começo de Outubro, um dos principais planeadores da política africana do Departamento de Estado norte-americano Paul Wolfowitz, admitiu publicamente, com uma certa ingenuidade, que se depender dos Estados Unidos, a questão da independência da Namíbia só será resolvida «dentro de uns dois ou três anos». Wolfowitz foi o primeiro alto funcionário norte-americano a admitir que a posição oficial de Washington é ganhar o máximo de tempo possível na solução do problema gerado pela ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul.

Isto explica as dificuldades e a entidão com que o chamado Grupo de Contacto está a procurar uma solução alternativa para o impasse político-diplomático na África Austral. O Grupo de Contacto é formado pelos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Canadá, cinco nações ricas

que resolveram tentar por conta própria promover a independência da Namíbia, sem alterar a dominação económica branca sobre esta ex-colónia alemã no Sudoeste da África.

O grupo apresentou ao governo de Angola, da África do Sul aos partidos racistas em Windhoek (capital da Namíbia) um plano que prevê a realização de eleições com sufrágio universal directo, a elaboração de uma Constituição que elimine a discriminação racial e o *apartheid* impostos pela África do Sul, e garanta os interesses económicos brancos no país. A proposta dos cinco inclui ainda o estabelecimento de uma zona desmilitarizada ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, patrulhada por forças da ONU.

O plano não chegou a despertar um grande entusiasmo nos governos africanos porque a ONU já decidiu há mais de 10 anos, por maioria esmagadora de votos, que a ocupa-

ção da Namíbia pela África do Sul é ilegal. Mas mesmo governos como o de Angola decidiram aceitar a discussão do plano proposto pelo grupo de Contacto, diante da crescente agressividade dos sul-africanos, e da total passividade das chamadas grandes potências ocidentais face a um dos mais flagrantes casos de hipocrisia diplomática da história da ONU.

Há um clima geral de cepticismo diante da proposta apresentada pelos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Canadá. Não porque Angola e a SWAPO rejeitem as propostas apresentadas pelo grupo dos cinco, mas porque nada garante que elas sejam aceites pela África do Sul de forma honesta e real. O governo de Pretória já aceitou negociar com o Grupo de Contacto uma vez, e surpreendentemente abandonou as discussões sem dar satisfações a ninguém. Pretória não aceita a ONU, acusando-a de ser «parcial» pelo facto da organização reconhecer a SWAPO como legítimo representante do povo namíbio.

Acontece que as relações entre o Grupo de Contacto com a África do Sul são muito fortes tanto política como economicamente. O presidente Reagan, por exemplo, não faz segredo do seu apoio ao regime sul-africano, considerado por Washington como «um baluarte» contra o comunismo. Daí, que a etapa actual de negociações não chegue a provocar esperanças entre os países africanos directamente envolvidos no conflito. Depois da última invasão sul-africana a Angola, o pessimismo tornou-se ainda maior.

Basicamente, os EUA não têm pressa no sul da África porque o Departamento de Estado sabe que pelos próximos cinco anos, os norte-americanos não podem romper a dependência que têm em relação aos minerais estratégicos da África do Sul. Essa uma das razões por que não irão contrariar os interesses racistas, mesmo que isso isole Washington de todos os governos negros da África. Os Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Canadá controlam a

maior parte dos interesses económicos transnacionais instalados na Namíbia. Logicamente tudo irão fazer para que os arranjos para uma eventual independência da ex-colónia alemã não alterem drasticamente esta situação.

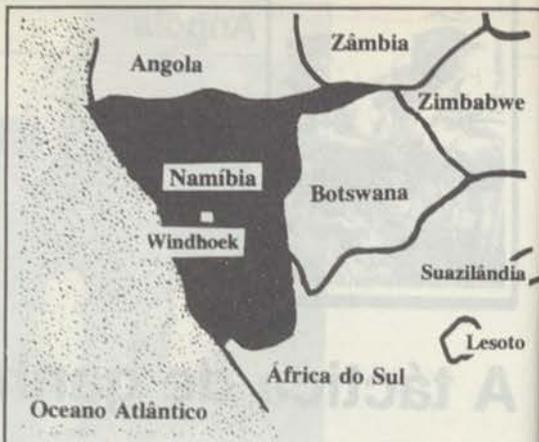
Assim, a margem de manobra dos cinco fica na dependência de uma moderação que o regime de Pretória não mostrou até agora e nem dá sinais que adoptará no futuro. Salvo se houver uma mudança súbita na posição norte-americana, garantindo, por exemplo, o fornecimento de combustível nuclear à África do Sul, permitindo aos racistas desenvolver abertamente a sua bomba atómica.

Dentro deste quadro, é fácil prever que as negociações se arrastarão, já que é do interesse dos membros do Grupo de Contacto dar aos

A Namíbia, com uma superfície de 824 mil km<sup>2</sup>, tem a maior mina de urânio do mundo e normes reservas em diamantes.

africanos a impressão de que os cinco tentam romper o impasse, ao mesmo tempo que mostram uma suspeita tolerância em relação ao imprevisível jogo diplomático de

Pretória. E enquanto tudo isto ocorre, a África do Sul continua ser maiores constrangimentos a poder invadir Angola, o Botswana e Zâmbia.



## Meio milhão de dólares...

**A** tentativa de bloquear, ou pelo menos adiar por mais uns dois ou três anos, a solução do problema Namíbia, é na verdade um negócio que envolve vários milhões de dólares; e um complexo sistema de pressões políticas e económicas tanto nos Estados Unidos como na Europa. Nos EUA, o principal organismo encarregado de fazer propaganda a favor da manutenção do domínio sul-africano na Namíbia é uma entidade chamada *US-SWA/Namíbia Trade and Cultural Council*, dirigida por um certo Gerrit Viljoen, que já foi administrador geral da Namíbia, nomeado pelo governo de Pretória.

Esta organização está profundamente ligada ao partido branco DTA (*Democrática Turnhalle Alliance*) que se opõe a um Governo de maioria negra eleito por voto directo. Na verdade, a DTA (Aliança Democrática Tunhalle) não exclui a possibilidade de se formar um regime racista rebelde semelhante ao de Ian Smith, na antiga Rodésia, ou pelo menos um sócio branco numa coligação com grupos negros subordinados à África do Sul. Em qualquer das hipóteses, a DTA coloca no entanto como essencial a manutenção da tutela do regime de Pretória sobre o território namibiano.

O *US-SWA/Namíbia Trade Council* já promoveu em 81 a visita de mais de 400 políticos, empresários e jornalistas norte-americanos à Namíbia. Entre eles

encontram-se Robert Billings, director executivo do grupo ultra-direitista *Majoria Moral*, Gustav Hauser, dirigente da Organização de Veteranos de Guerra dos EUA, e da ultra-direitista *Legião Americana*. O *Trade Council* é generosamente financiado pelo governo sul-africano segundo revela o boletim *África Confidential*, editado em Londres.

Outro importante grupo que tenta comprar votos de políticos norte-americanos contra a independência da Namíbia é o escritório *Shiple, Smoak & Ackerman* com sede em Washington. Shiple foi assessor do ex-presidentes Eisenhower e Richard Nixon, além de ter organizado o baile da posse do Presidente Reagan. É ele que assina as centenas de cartas enviadas semanalmente aos parlamentares norte-americanos delegados na ONU e jornais dos EUA exaltando a virtudes da hegemonia racista na Namíbia. O escritório de Washington é o principal responsável pela campanha de desinformação financiada pela África do Sul sobre as actividades da SWAPO, movimento liderado por Sam Nujoma que luta pela independência da Namíbia.

Os dirigentes do escritório *Shiple, Smoak & Ackerman*, estão a exigir judicialmente no Tribunal Federal dos Estados Unidos que o Departamento de Estado suspenda as contribuições norte-americanas à ONU por este organismo ter reconhecido a SWAPO com



Para a SWAPO, só a luta armada conduzirá a uma solução negociada, justa para a Namíbia

## para ocultar a verdade

único representante legal do povo da Namíbia. A acção judicial visa criar o maior número possível de dificuldades para o Governo Reagan nas tentativas de resolver o impasse político na África Austral, criado pela ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul.

O grupo de pressão a favor dos interesses racistas sul-africanos nos Estados Unidos é formado ainda pela firma *Baskins & Sears*, que se encontrava registada no Departamento de Comércio dos Estados Unidos como representante do Governo de Pretória. Um dos dirigentes da empresa é John Sears, ex-chefe da campanha eleitoral de Ronald Reagan. John Sears recebe, segundo a *África Confidential*, a soma de meio milhão de dólares por ano apenas para comprar votos e artigos na imprensa a favor da África do Sul.

Fora dos Estados Unidos, a DTA promove os interesses racistas através dos escritórios do *Namibia Information Service*, com representantes em Londres, Paris e Bona. Nestas três capitais europeias foram contratados peritos em relações públicas muito bem pagos para cooptar jornalistas, políticos e personalidades influentes. No Reino Unido, os interesses sul-africanos são representados pela firma de relações públicas *Lloyd-Hughes Associates Ltd.*, dirigida por Sir Trevor Lloyd Hughes, ex-secretário de imprensa do ex-primeiro-ministro Harold Wilson.

Sir Trevor Lloyd Hughes recebeu do regime racista

branco de Pretória uma soma superior a duzentos milhões de dólares para organizar viagens de políticos «simpáticos» à causa sul-africana. Outra tarefa deste grupo de pressão é tentar justificar as agressões militares contra Angola, num quadro de guerra-fria, bem como procurar influenciar a imprensa europeia contra a luta de libertação nacional promovida pela SWAPO e apoiada por todos os governos anti-racistas da África.

As somas milionárias gastas pelo regime de Pretória, para tentar apresentar uma «face aceitável do racismo» coincidem sintomaticamente com o silêncio da maior parte da Imprensa Europeia sobre as acções militares sul-africanas, não só contra Angola, mas também contra o Botswana. Nos últimos oito meses, o Governo do presidente Quett Masire denunciou nove invasões do território do Botswana por tropas racistas brancas. Nenhuma destas agressões mereceu destaque na Imprensa europeia, que, em geral, preferiu acreditar na versão sul-africana, que resolveu qualificar os invasores como meros «funcionários do serviço de protecção da fauna», e até geólogos e simples assistentes sociais. O que o Governo de Pretória nunca se deu ao trabalho de explicar é a razão porque estes geólogos e assistentes sociais sempre responderam com tiros quando eram localizados por guardas fronteiriços do Botswana.

### A abertura em apuros

*Após treze anos de mordaza, a «maioria silenciosa» uruguia começa a descobrir formas inéditas de expressão. Mas os militares ainda não tornaram claro se a «abertura» significa a redemocratização ou a institucionalização da ditadura*

Emilia Hernández

COM ritmos carnavalescos, um conjunto musical convoca os jovens «a redobrem as suas esperanças»; os familiares dos desaparecidos rezam e jejuam em defesa dos seus filhos, maridos ou netos sequestrados em Buenos Aires; os semanários da oposição clamam pela amnistia e pela liberdade de imprensa; centenas de estudantes concentram-se diante da reitoria da universidade para protestar contra as restrições ao ingresso no ensino superior; operários de várias fábricas e empregados bancários recolhem milhares de assinaturas para as suas listas de reivindicações; empresários elevam a voz contra a política económica e os criadores de gado convertem em manifestação de protesto a tradicional feira da Primavera, ao não convidarem as autoridades para a inauguração da sua exposição de reprodutores, que sempre foi o acontecimento do ano para as páginas sociais da grande imprensa conservadora.

Este é o Uruguai da Primavera de 1981. Quase não se parece com o mesmo país que, há poucos meses, dizia-se, tinha somente como perspectivas «a falência, o desterro ou o enterro».

E isto não era exagero mas a conclusão obrigatória de qualquer observador imparcial de um país que o

*New York Times* qualificou como «a câmara de torturas da América Latina». Um Estado policial que chegou ao extremo de fichar cada um dos quase três milhões de uruguaios (incluindo algumas centenas de milhares de emigrados e exilados) nos seus computadores, e dividir a população nas categorias A, B e C (simpatizantes, indiferentes e opositores), reservando para os primeiros os empregos e favores públicos e decretando para os últimos uma espécie de morte civil, com proibição de votar até nas suas cooperativas de habitação ou de assistir à festa de casamento de alguma afilhada (que se é realizada em lugar público, requer autorização prévia para a lista de convidados e para as músicas que serão executadas).

Tudo isso está a mudar e, no dizer de um correspondente estrangeiro, «pouco a pouco, o Uruguai sai das catacumbas», não porque assim queiram as autoridades, mas simplesmente porque o povo começou a perder o medo.

Como no velho conto infantil, os uruguaios descobriram que o rei estava nu. Quem gritou essa verdade que todos viam, mas que ninguém se atrevia a comentar em voz alta, não foi um inocente menino, mas o plebiscito de 30 de Novembro de 1980, onde a proposta militar de institu-

cionalização do regime saído do golpe de Estado de 1973 foi derrotada por uma votação esmagadora de quase 60%.

#### A nova «roupa» do regime

Numa tentativa de encobrir as vergonhas de um regime desmoralizado, o colectivo de generais, brigadeiros e almirantes que governa o país decidiu desfazer-se da «marionete» civil que ocupava a presidência e substituí-la por um general da reserva, cuja função seria conduzir uma longa transição para a democracia. No último domingo de Novembro de 1984, de acordo com o novo «cronograma», haverá eleições gerais que designarão o governo que dirigirá o país a partir de 1 de Março de 1985.

Nesse interim, deverá ser confeccionada uma nova roupa para vestir o sistema: novo estatuto de partidos políticos, nova legislação eleitoral e uma nova Constituição, nessa ordem.

Como os alfaiates da corte se mostraram meros intrujões, que fizeram os militares acreditar nas doutras virtudes do projecto plebiscitado em Novembro, era necessário

procurar outras soluções. A contragosto, foi decidido retirar do congelador alguns políticos tradicionais (os «corruptos e demagogos», que tanto vilipendiaram os braços militares). Foram tomadas sem efeito cerca de 200 cassações de direitos políticos e teve início o «diálogo político».

Os militares têm bem claro o modelo que querem: a moda norte-americana recomenda uma «democracia forte e estável», com partidos políticos imunes a toda a infiltração subversiva, e um presidente obrigado a actuar com o consenso dos três chefes de Estado-Maior das diferentes armas em tudo relativo à «segurança nacional», esta última definida de tal forma que inclui praticamente todas as decisões importantes nas esferas política, económica, social ou cultural.

O problema é que isso se parece muito com o projecto derrotado em Novembro. O enviado especial de cadernos do terceiro mundo perguntou ao doutor Enrique Tarigo, director do semanário *opinar*, o que se procurava «era um caminho diferente para o mesmo resultado». Enrique Tarigo, figura «presidencial» do Partido Colorado, e que emergiu do anonimato com grande popularidade depois de ter defendido brilhantemente em debate na televisão o voto pelo «Não», respondeu:

*Quando os militares quiseram de facto institucionalizar o regime no ano passado, o fracasso foi tão clamoroso que não acredito que, racionalmente, queiram reincidir nesse procedimento. Não devemos pensar, naturalmente, que os militares desejem dar uma guinada de 180 graus, mas creio que devemos acreditar que eles vão negociar uma saída com os partidos políticos, negociação que terá as suas peculiaridades, que terá coisas que não existiram no nosso regime de direito anterior, mas que será uma saída aceitável, em termos gerais, para a maior parte dos cidadãos.»*

Os políticos uruguaios vêm-se, obrigados pelas circunstâncias, a usar uma linguagem elíptica e o ler nas entrelinhas converteu-se na se-

Montevideo  
Noviembre 15 de Octubre  
de 1981  
Año 1 Nº 46  
NO 10 00

# opinar

REVISTA - SEMANARIO

## Elecciones internas: no hay razón para demorar



Jornal oposicionista, várias vezes fechado

gunda paixão nacional, depois do futebol. Mas a mensagem é clara. A menos que façam concessões importantes, os militares não obterão dos dirigentes partidários os votos necessários para vestir decentemente o rei.

O esquema do diálogo político uruguaio é muito simples: uma linha horizontal divide o campo em dois sectores. De um lado estão os dirigentes políticos aliados do «processo» e que se pronunciaram pelo «Sim». Do outro estão os dirigentes políticos democráticos que votaram «Não». Outra linha vertical divide ambos pela metade em *blancos* e *colorados*, os dois partidos tradicionais do país.

Há *blancos* colaboracionistas (cuja figura mais notória é o ex-presidente Aparicio Méndez, ainda que o seu desprestígio pessoal e idade avançada o impeçam de cumprir algum papel relevante no fu-

turo) e *colorados* que votaram «Sim» (encabeçados pelo ex-lutador e ex-presidente Jorge Pacheco Areco, actual embaixador uruguaio em Washington). Do outro lado está a maioria do Partido Blanco, liderada do exílio por Wilson Ferreira Aldunate, e a maioria dos *colorados*, dividida em seis facções.

### O preço do «passe»

O jogo consiste em mover a linha horizontal (a mudança de cores não altera nada, além de ser inconcebível para as tradições políticas uruguaias) de modo a ampliar o terreno oficialista até que o lado governamental tenha 51% dos votos. Os políticos procurarão cobrar o maior preço possível pelos seus «passes». Os militares, por seu lado, regatearão o máximo para pagar o mínimo indispensável por esses votos imprescindíveis à legitimação de qualquer projecto que elaborem.

O pano de fundo desse diálogo político é a crise do modelo económico, neoliberal, decalcado daquele que Martínez de Hoz aplicava na Argentina e, segundo tudo indica, condenado a produzir a curto prazo uma catástrofe económica, similar à que vive neste momento o país vizinho. Os produtores agro-pecuários, base tradicional da economia uruguaia, estão na bancarrota (ver entrevista que se segue). O campo deve mil milhões de dólares aos bancos privados (maioritariamente transnacionais) e não tem condições de pagar essa dívida se não for mudada a actual política económica, que com o dólar subvalorizado, penaliza o sector exportador e favorece a importação. A única resposta do governo foi suspender os embargos e penhoras aos devedores, refinanciar parte da dívida (cerca de 100 milhões de dólares) e devolver alguns impostos de exportação.

Nada disso oferece soluções reais para os fazendeiros e, definitivamente, os bancos continuam a ser os grandes favorecidos. De nada serviria aos banqueiros expropriar todos os devedores, pois não teriam a quem vender tanta terra e máquinas desvalorizadas. Já lucraram muito com os automóveis importados que os compradores uruguaio-

não puderam pagar e com os apartamentos de luxo construídos para os argentinos em Punta del Este, que também foram devolvidos depois das monstruosas desvalorizações do dólar na Argentina. Para maior raiva dos fazendeiros, que há poucos anos eram a classe dominante no Uruguai, a dívida foi refinanciada com juros de 25% ao ano... e em dólares. Dessa maneira, a desvalorização, que tanto reclamam para melhorar a sua situação com as vendas para o exterior, significaria para eles, ao mesmo tempo, um aumento da dívida.

E quanto aos impostos devolvidos pelo Estado (ou seja, pelo povo, que pagará impostos substitutivos), os produtores rurais nem verão a cor do dinheiro pois, automaticamente, irão para os cofres dos bancos credores.

Enquanto isso, a construção civil paralisada em Punta del Este empurra milhares de operários para Montevideo, desempregados, e aí tampouco encontram trabalho, antes contribuem para uma baixa ainda maior dos níveis salariais.

#### O Verão quente

Sem mercado interno e sem turismo (devido à desvalorização do

dólar, o Uruguai é hoje um dos países mais caros do mundo), a indústria e o comércio também se vêem em apertos. O Verão (austral) será «quente» em tensões sociais. Mas os uruguaiois conseguem ser irónicos e no momento em que este artigo é escrito (meados de Novembro) programava-se um singular «Dia do Sorriso», para comemorar o aniversário da vitória da oposição. Em Montevideo corre de boca em boca a palavra-de-ordem de sair à rua no 30 de Novembro... passeando pela central avenida 18 de Julho com um sorriso nos lábios...

Não se sabe o que os militares uruguaiois farão para reprimir essa singular manifestação, de milhares de pessoas pacíficas e sorridentes cumprimentando-se pela rua. Mas há indícios de que nada enfurece mais o autoritarismo do que saber-se encurralado por uma maioria silenciosa que não pode acusar de terrorista ou subversiva.

A teoria da «resistência pacífica» que hoje os uruguaiois estão desenvolvendo, ainda não foi escrita, mas na prática o povo vai inventando formas inéditas de expressão e militância. Um «Novembro», (\*), aparentemente mal escrito, recordava, num jornal o triunfo do plebiscito e os automobilistas cumprimenta-

## Pode surgir um terceiro partido

UMA das primeiras consequências visíveis do «diálogo» promovido pela Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (COMASPO) com os partidos políticos tradicionais seria a criação de um terceiro agrupamento partidário, formado por *blancos* e *colorados*, que apoiam o continuísmo.

A idéia foi divulgada pelo conselheiro de Estado e ex-ministro do Interior, coronel (da reserva) Nestor Bolentini. Consultado a esse respeito, ele não eliminou a possibilidade de o presidente Gregório Álvarez vir a ser convidado a integrar o novo partido. «Seria a primeira vez que membros dos Partidos Colorado e Nacional apoiariam soluções comuns», afirmou Bolentini.

«Acho que a atitude dos partidos tradicionais não é adequada ao momento histórico, porque cria obstáculos que dificultam o avanço do processo, em vez de acelerá-lo», disse o ex-minis-

tro. Mas o que para o coronel Bolentini são «obstáculos» ao processo», na verdade são as reivindicações dos dirigentes *blancos* e *colorados* mais consequentes, que levaram aos militares, através da COMASPO, a exigência de retorno ao estado de direito, bem como a vigência das liberdades democráticas e o direito de livre associação política. O projecto dos militares aparentemente não levava em conta esta atitude dos sectores mais representativos do Partido Nacional e do Partido Colorado, coerentes com a tradição histórica dos dois partidos uruguaiois.

Desta maneira parece claro que os militares estariam interessados em lançar um esquema partidário próprio, com base em políticos civis que se mostram mais fiéis aos comandos castrenses do que aos seus partidos políticos de origem.

vam-se ligando os seus limpa pára-brisas em dias ensolarados, num gesto idêntico ao do dedo indicador que diz «não».

No domingo de 27 de Setembro realizou-se numa igreja uma jornada de jejum pelos uruguaios desaparecidos na Argentina (muitos deles sequestrados e assassinados por ordem das Forças Conjuntas Uruguais). Na mesma época o recém-fundado Serviço Paz e Justiça (ver quadro) mandou celebrar uma missa em memória do prisioneiro político Horácio Ramos, morto na prisão (provavelmente em consequência das torturas). Por auspiciar uma actividade similar, um mês antes um padre de outra igreja foi interpelado pelas autoridades militares. «Não vejo porque razão a Igreja deva impedir que alguém venha aqui rezar pelos seus familiares», foi a irrepreensível resposta do sacerdote.

O Ministério do Interior resolveu vingar-se quando na paróquia dos Capuchinhos, se realizou uma assembleia de estudantes de Medicina. Várias dezenas deles foram detidos e dois estudantes continuam incomunicáveis, desconhecendo-se onde estão presos. A reunião não discutia mais do que o texto de uma carta solicitando às autoridades universitárias a redacção de um plano

de estudos (do qual a Faculdade de Medicina surpreendentemente necessita) e de maiores recursos para a sua escola.

As «cartas abertas», expondo reclamações defendidas com dezenas, centenas e às vezes milhares de assinaturas, são um novo método de luta que se propagou rapidamente dos meios estudantis para os locais de trabalho. E assim já expressaram as suas reivindicações dos bancários (solicitando aumentos proporcionais ao crescimento dos lucros dos seus patrões), os trabalhadores da empresa petrolífera estatal ANCAP (pronunciando-se contra a projectada venda do organismo à transnacional *Texaco*, numa atitude que outrora teria agradado os militares nacionalistas), os montadores de automóveis, os têxteis da «Alpargatas» e, inclusive, os operários de dezenas de pequenas fábricas, que nem sequer estavam organizados sindicalmente quando isso era legal.

Tentando neutralizar a «resistência passiva» dos uruguaios, o general Gregório Alvarez (em baixo, ao centro, de bigode) apelou à repressão encerrando jornais como *La Democracia*

A febre «epistolar» chega ao cidadão comum, e são dezenas os que cada semana escrevem as suas opiniões (obrigatoriamente acompanhadas de nome e número de cartão de identidade) nas páginas de correspondência dos semanários opositores, convertidas sem dúvida nas mais corajosas — e nos mais lidas, — do jornalismo uruguiaio contemporâneo.

Referimo-nos ao jornalismo legal, já que também é notória nas últimas semanas a revitalização da imprensa clandestina e dos proscritos partidos de esquerda e das tam-



bém ilegalizadas Convenção Nacional de Trabalhadores e Federação de Estudantes Universitários.

A canção popular, a investigação da realidade nacional em círculos de estudos, o simples agrupamento social em núcleos de recreio ou desportivos, tudo o que significa manter viva a «sociedade civil» à margem do controlo estatal é um desafio ao sistema autoritário.

### «Operação Setembro»

E este reage com uma raiva surpreendente. Assim, a chamada «Operação Setembro» foi, simultaneamente, desencadeada pelas Forças Armadas (os três ramos militares mais a polícia), no início do novo período presidencial «de transição». Montevideú voltou a viver as vagas e «batidas» policiais, sequestros nocturnos, prisões na rua, patrulhamento ostensivo, fecho de jornais. Os computadores, realimentados com novas fichas, fornecem nomes de supostos sindicalistas ou militantes políticos. São presos, torturados e, num novo refinamento das técnicas repressivas, obrigados a assinar um compromisso de cola-

boração... e depois libertados. Na alternativa de trair os seus companheiros ou voltar a ser detidos, a maioria deles opta pelo exílio. Ninguém os detém na fronteira. É um «inimigo» a menos, posto fora de combate sem que por ele protestem os organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Dezenas deles chegam, cada semana, aos escritórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados no Rio de Janeiro; cansados, humilhados, submetidos à tortura da própria consciência intranquila pelo destino dos companheiros cujos nomes tiveram que «cantar» sob a pressão de choques eléctricos, e perseguidos pelas suspeitas dos outros exilados, que sabem muito bem que alguns entre eles são colaboradores ou informadores infiltrados pelo temível «Departamento 4» da Informação do regime.

Não é sadismo. Não. É um plano cuidadosamente preparado, cujo objectivo é realizar a «abertura» que recomendam os Estados Unidos (segundo Reagan e Haig...) depois de já não haver mais oposição democrática capaz de aproveitá-la.

Ainda restam no Uruguai gerais minimamente realistas, que

sabem que é impossível silencia eternamente 60% dos cidadãos que votaram «Não». Um deles é o brigadeiro Borad, que em Outubro passado, defendeu junto dos outros 24 membros da Junta de Oficiais Gerais, que uma real transição para a democracia no Uruguai exigia como pré-condição a supressão de todas as interdições de direitos políticos e o retorno ao país do líder nacionalista Wilson Ferreira Aldunate. Borad foi já passado à reserva e o coronel Silva Ledesma, presidente do Supremo Tribunal Militar, anunciou à Imprensa que Ferreira Aldunate seria preso assim que pisasse o território uruguaio.

O sector militar, que em 26 de Março deste ano desbaratou uma tentativa de golpe de ultradireita e elegeu presidente o general Gregório Álvarez, está hoje dividido. De um lado estão os que defendem o diálogo, o funcionamento imediato dos partidos políticos (esquerda excluída, certamente) e o regresso aos quartéis, como única forma de evitar a decomposição da instituição militar, corroída pela corrupção, pela polémica interna e pelo desprestígio diante do povo. Do outro, estão aqueles que adiam qualquer resolu-

## Paz e justiça

○ Serviço Paz e Justiça na América Latina acaba de se estabelecer organicamente no Uruguai. É a primeira entidade dedicada especificamente à defesa dos direitos humanos que funciona no país e a sua constituição foi saudada com alegria por instituições similares de todo o mundo, que há muito tempo têm o «caso Uruguai» como uma preocupação permanente nas suas agendas.

«Paz e Justiça» ganhou notoriedade internacional no ano passado, quando o seu coordenador-geral, o arquitecto argentino Adolfo Pérez Esquivel, recebeu o Prémio Nobel da Paz. No entanto, desconhece-se que foi precisamente em Montevideú que o Serviço foi criado, numa reunião realizada em Maio de 1968, no âmbito do Movimento Internacional de Reconciliação, que trabalha desde a Primeira Guerra Mundial «pela fraternidade entre todos os povos».

O Serviço Paz e Justiça identifica-se com um «compromisso cristão» ecuménico, que inclui católi-

cos e protestantes. Mas declara-se aberto a todo aquele que, independentemente da sua religião, ideologia ou militância política, compartilhe a sua «opção preferencial pelos mais pobres» e a sua luta «pela sagrada, inalienável e irrenunciável dignidade de todo o homem e de todos os homens».

O sacerdote Luis Pérez Aguirre, coordenador nacional de «Paz e Justiça» no Uruguai, explica que «se hoje tentamos fazer no Uruguai aquilo que Paz e Justiça já vem fazendo em tantos países da América Latina, é porque também aqui a dor daquele que sofre injustiças nos faz sofrer, e o sofrimento dos que sofrem violências também nos faz sofrer». E convoca todos a «juntarem forças e talentos para que nos humanizemos e erradiquemos tudo o que possa tornar vis as pessoas».

O endereço de «Paz e Justiça» no Uruguai é Avenida General Floras 4050, e o seu telefone é o 23-4235.

ção para depois de Fevereiro... quando a passagem obrigatória à reserva de doze generais obrigará a recomposição de toda a cúpula do poder — e suas correlações actuais, — e quando, no juízo deles, a repressão tiver voltado a controlar as pressões populares por uma abertura mais ampla do que a que estão dispostos a conceder.

O presidente Alvarez parece que alinha com estes últimos. «Desprezo — declarou a 24 de Outubro, — os que pretendem reivindicar as práticas corruptas, demagógicas, de uma pseudo-democracia já superada.»

Foi um balde de água fria para muitos que alimentavam a esperança exagerada de que seria possível desarmar, em poucos meses, o

enorme mecanismo montado por treze anos de estado de sítio e ódio de ditadura declarada.

Mas, no Verão, um banho frio também pode ser um bom reanimador. A causa da democracia no Uruguai, que conseguiu o apoio explícito — e inédito, — das quatro «internacionais» políticas do Planeta (social-democrata, democrata-cristã, liberal e comunista), conta no interior do país com uma maioria absoluta de seguidores e enfrenta um modelo económico (que não seria possível sem autoritarismo e vice-versa) desprezado por operários e industriais, comerciantes e consumidores, fazendeiros e criadores de gado, estudantes, intelectuais, empregados... Tudo isso num país com arraigada tradição democrática, partidos políticos com raí-

zes e forte tradição de sindicalismo classista.

Falta apenas que o programa mínimo comum (que não existe como documento, mas está presente nas posições de *blancos*, *colorados* e da esquerda, que convocaram o voto pelo «Não»: liberdades política e sindical, amnistia, Assembleia Constituinte, mudança da política económica) se converta num projecto nacional alternativo que transforme o «Não» à ditadura num «Sim» afirmativo de velhos valores de convivência democrática a serem resgatados e novos esquemas de luta e trabalho solidários a serem construídos. Não se trata de vestir o rei, mas de tomar de assalto e derrubar definitivamente a Bastilha. □

(\*) Referência ao NO (NÃO) do Plebiscito

## Um país à venda

A situação da agro-pecuária é a pior da história do país», declarou a **cadernos do terceiro mundo**, em Montevideo, o engenheiro agrônomo Horácio Terra, dirigente da Federação Rural que representa a maioria dos criadores de gado uruguaios.

Para superar a crise os proprietários rurais uruguaios exigem modificações na política económica de cunho liberal e adoptam posições contrárias ao regime militar dado que «o principal é a liberdade».

«Aqueles que, como eu, trabalham no campo há 35 ou 40 anos — explica Terra — nunca presenciaram uma situação pior que a actual. A produção agro-pecuária deteriorou-se paulatinamente nos últimos sete ou oito anos», isto é, desde que os militares assumiram o governo do país.

A deterioração sofreu a influência de factores externos, como a queda do preço da carne, em 1973, seguida de uma crise mundial da lã (a carne e a lã são os principais produtos tradicionais de exportação uruguaios e as matérias primas de grande parte das exportações «não tradicionais»). Contudo, o preço da carne foi recuperado pouco tempo depois e os mercados da lã tenderam a estabilizar-se, razão pela qual Terra sustenta que as dificuldades actuais «devem-se pura e exclusivamente à direcção económica do regime».

A partir de 1978, propalou-se no campo, a filosofia do liberalismo económico que já estava sendo aplicado em outros sectores. Assim ocorreu como na Argentina e no Chile: a produção agro-pecuária ficou dependente da oscilação dos preços no mercado in-

ternacional, de acordo com o princípio de que o Estado deveria evitar a intervenção na economia. Entretanto — comenta Terra — quando esses preços subiram em demasia foram tomadas medidas para abaiá-los, contrariando, de certa forma, a política preconizada.

O nosso entrevistado afirma que isso não significa que esteja de acordo com as medidas liberais adoptadas em Agosto de 1978, que segundo o seu critério, foram «uma reacção pouco razoável face à péssima condução anterior da política económica do país». Reconhece, porém, que «diversos sectores agro-pecuários receberam, lamentavelmente, com alegria as medidas de 1978, embora nenhum país do mundo, nem sequer aqueles que recomendam políticas liberais para os outros, aplique dentro das suas fronteiras um regime tão liberal».

Terra considera um contra-senso o facto de que «quando os países mais organizados e poderosos aplicam uma política de estrito dirigismo estatal na sua economia agrária, o Uruguai — que é um país pequeno cuja produção agrícola se defronta com intermediários monopolistas e oligopolistas — pretenda aplicar uma política de mercado e fronteiras livres».

O mercado internacional de matérias primas, como a carne e a lã, está sujeito a oscilações repentinas que um pequeno exportador como o Uruguai não pode prever nem controlar. «Só as recebemos, as sofremos e as padecemos», o que impossibilita a planificação do produtor «com um mínimo de estabilidade para desenvolver-se e aperfeiçoar-se».

## Os criadores de gado na oposição

Em consequência dessa política, os proprietários rurais uruguaios perderam terreno perante o sector económico mais beneficiado: os bancos privados nacionais e internacionais, aos quais os produtores agro-pecuários deviam, em Setembro de 1981, uma quantia calculada em um bilião de dólares. «Os produtores não podem pagar essa dívida a curto prazo», explica Terra. «E os juros altíssimos sobre esses empréstimos geram complicações». A situação tende a piorar, pois o «endividamento foi provocado pela baixa rentabilidade do sector, que nos últimos oito anos foi, inclusive, na maioria das vezes negativa».

Só é possível melhorar a produtividade aumentando a produção ou melhorando os preços. Não se consegue aumentar a produção no campo da noite para o dia e o preço internacional não depende da vontade do governo uruguio. Assim, os criadores de gado reivindicam insistentemente uma desvalorização da moeda que aumente o valor interno das suas exportações.

Essa posição foi manifestada abertamente no congresso da Federação Rural realizado há poucos meses na cidade de Durazno, no qual os proprietários rurais marcaram uma atitude oposicionista.

Horácio Terra, não tem esperanças de que o novo governo, sob o comando do general Gregório Alvarez, possa introduzir mudanças, já que a equipa económica continua sendo a mesma: «É provável que sejam tomadas algumas medidas, mas o problema de fundo encontra-se na doutrina económica aplicada. Enquanto se pretender transformar o país numa praça financeira, as possibilidades da produção agro-pecuária tradicional são cada vez mais limitadas».

«O Uruguio todo está à venda», afirma Terra. «Os campos uruguaios são hoje em dia mais baratos que em qualquer lugar do mundo. E a mesma coisa acontece com as vacas e com as ovelhas. Os investidores estrangeiros compram, pois eles podem esperar, tendo em conta que essas situações são conjunturais e se modificarão a longo prazo». O governo não

parece estar preocupado com essa estrangeirização. Ao contrário, «o que se pretende é, precisamente receber dólares para cobrir o défice da balança comercial. Caso essa situação se prolongue, teremos daqui a pouco no campo as mesmas ovelhas e vacas mas os seus donos serão todos estrangeiros, empresas transnacionais e grandes grupos financeiros».

## A liberdade em primeiro lugar

Esta é uma linguagem dura levando-se em conta que os produtores rurais representam um sector tradicionalmente conservador da sociedade uruguia. E a resposta do governo também foi dura. Proibiu a realização do congresso da Federação Rural na cidade de Montevideo, capital do país: «As razões apresentadas eram de evitar perturbações durante o Congresso por parte de agitadores externos, mas ninguém acredita nesse argumento. Simplesmente, teme-se que um acontecimento tão importante (assistido por cerca de dez mil produtores) pudesse transformar-se em maciça manifestação oposicionista».

Quais foram as propostas do Congresso? «Declinou-se, essencialmente, que hoje em dia nenhum produto uruguio é competitivo no mercado internacional, porque os dólares obtidos, transformados em pesos, não são suficientes para cobrir os custos da produção. Nos últimos anos, o governo alcançou um sucesso relativo no combate à inflação, graças a uma política de restrição monetária e de um severo controlo do tipo de câmbio. O peso foi desvalorizado a um ritmo inferior à metade do aumento do custo de vida no Uruguio. Dessa forma, o país manteve-se à margem dos mercados, enquanto que os uruguaios têm facilidade em viajar ao exterior e comprar artigos importados. Em consequência, o sector agro-pecuário está debilitado, a indústria vai no mesmo caminho, e, em suma, os assalariados e as classes mais modestas estão pagando os custos de uma situação absurda: um país pobre, com uma produção arruinada e um Estado rico, cujas despesas são as maiores da sua

O tema político tem prioridade para os ganadeiros, que começam a conceber o regresso à normalidade institucional como um pré-requisito imprescindível para superar as suas dificuldades.



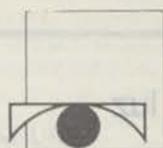
história».

Esse panorama poderia ser modificado com uma abertura política? Terra responde «Não gosto de duvidar das intenções das pessoas e portanto prefiro acreditar na sinceridade dos militares que prometeram voltar às suas funções específicas e restituir ao povo uruguaio o direito que nunca devia ter perdido, isto é, o direito de eleger as suas autoridades».

«Aqueles que viveram o clima de angústia destes oito anos – acrescenta – aferram-se à esperança de que estas horas negras estão a chegar ao fim. Contudo, não posso afirmar que vejo um horizonte aberto, mas apenas uma pequena réstia de luz que passa por uma porta entreaberta». O tema político tem prioridade e os criadores de gado começam a conhecer o regresso à normalidade institucional como um pré-requisito imprescindível, visando a superar as suas dificuldades, dado que, num governo com representação popular, não teriam ocorrido abusos a favor da concentração da riqueza em benefício de pequenos gru-

pos financeiros e das grandes empresas. Muitos deles acham que apesar dos defeitos, erros e até vícios, o regime democrático uruguaio dava aos seus cidadãos um ambiente de segurança e respeito, mas tudo isto foi perdido nos últimos oito anos.

Para Horácio Terra a «primeira coisa a reconquistar é a liberdade, a segurança e o completo respeito pelas normas jurídicas e institucionais. O regime actual diz ter alcançado estes dois objectivos, mas a verdade é que tudo isto é falso. Não há lugar onde exista mais paz do que num cemitério. O país passou por uma tremenda repressão. Muitos foram obrigados a emigrar, sofreram maus tratos nas prisões ou perderam empregos por questões políticas. O povo foi aterrorizado, mas não perdeu a coragem. Em Novembro do ano passado o voto negativo no plebiscito foi uma demonstração de audácia única no mundo. Apesar de todos os meios à disposição do governo, 60 % dos uruguaios atravessaram a barreira do medo e aplicaram a maior derrota ao regime desde 1973». □



# CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1981

INTERNATIONAL  
TROPHY FOR QUALITY  
MADRID 1979  
MADRID 1980



O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE  
**EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM**

EXPORTADOR PARA  
AS REPÚBLICAS DE

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE

**JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.**  
TELEF. 22468/25347 – TELEX 32125 CAXPUZ P  
APARTADO 12 – 4701 BRAGA CODEX – PORTUGAL

BÁSCULAS E BALANÇAS DE  
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS

# África do Sul: Um só caminho

Joe Slovo

O Primeiro livro em Portugal que dá uma visão completa da questão da África do Sul.

Com a história do movimento libertador, seus insucessos e suas vitórias, este livro lança luz sobre um país cujo destino interessa a todos nós.



preço: 90\$00

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

## A desestabilização em marcha acelerada

*As pressões externas, militares ou não, aliadas ao boicote interno começam a atingir um ponto crítico na Nicarágua.*

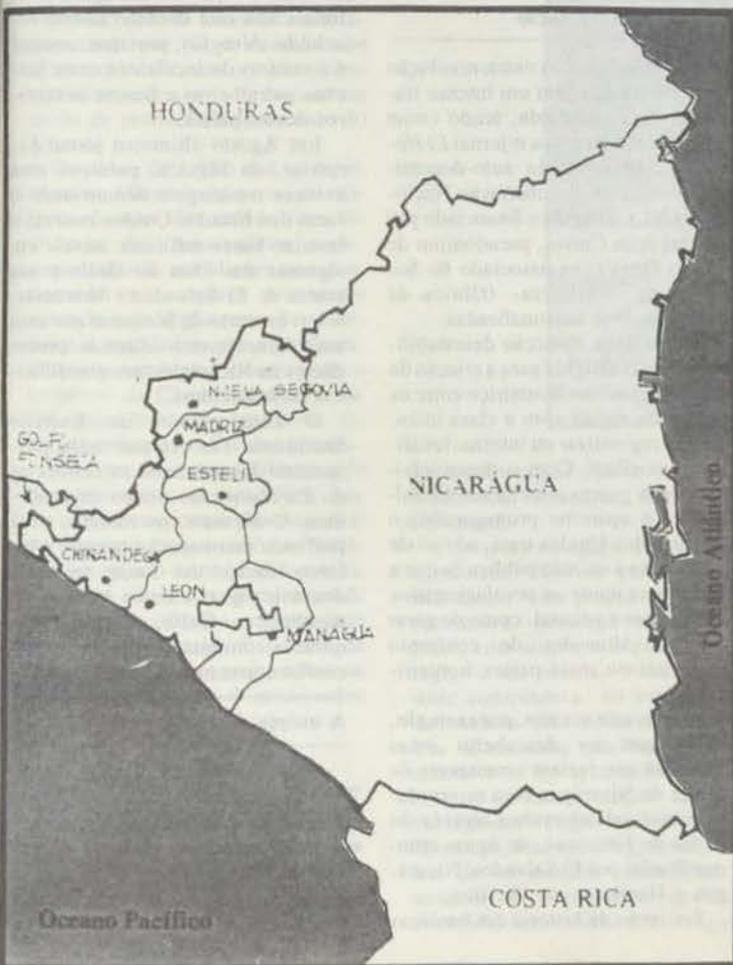
*Da sobrevivência do regime sandinista passa a depender todo o futuro dos outros países da América Central, principalmente de El Salvador*

Paulo Cannabrava Filho

**N**OS primeiros seis meses deste ano foram comprovados cerca de 40 ataques contra o território nicaraguense promovidos por grupos armados procedentes das Honduras. No segundo semestre, embora os dados não sejam tão precisos, existem informações de que a frequência das invasões territoriais cresce continuamente.

Os grupos armados contra-revolucionários atacam nomeadamente nas regiões de Chimandega, Madriz, Nueva Segóvia e Jinotega, destruindo indiscriminadamente fazendas, agrupamentos de casas, propriedades de pequenos camponeses, escolas e torres de energia eléctrica. Os alvos humanos também são indiscriminados, variando desde funcionários públicos, professores, enfermeiros, até camponeses. Os invasores regressam imediatamente ao território hondurenho, onde contam com a ostensiva protecção das autoridades locais.

Para a população nicaraguense, este é o sintoma mais evidente do plano de desestabilização do país posto em marcha pelos Estados Unidos desde a posse do presidente Ronald Reagan. O plano inclui, além disso, a sabotagem económica tanto interna como externa e a desinformação política a respeito da situação na Nicarágua.



## Dossier Nicarágua

O projecto de desestabilização do governo nicaraguense começou a ser esboçado antes mesmo da posse de Reagan, quando os autores do famoso «Documento de Santa Fé» (ver cadernos do terceiro mundo n.º 38) preconizaram uma «ofensiva estratégica para derrotar o governo sandinista», partindo do princípio de que «as forças democráticas dentro da Nicarágua existem e são viáveis». Logo a seguir, o Departamento de Estado, já sob a direcção de Alexander Haig, tentou comprometer o regime sandinista com o fornecimento de armas aos guerrilheiros da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador (FDR).

O «Livro Branco», distribuído pelo Departamento de Estado, revelou-se um fiasco, porque não conseguiu reunir provas suficientes para convencer sequer governos tradicionalmente aliados dos EUA de que os sandinistas interferiam nos assuntos internos de El Salvador. A manobra da administração norte-americana tentava repetir o método usado na década de 60 quando Washington conseguiu, na OEA, o bloqueio de Cuba, alegando que o governo de Fidel Castro fornecia armas a grupos guerrilheiros latino-americanos.

A frustrada tentativa de agir directamente foi substituída, no entanto, por acções indirectas tomando como base principalmente sectores económicos e políticos dentro da Nicarágua, bem como grupos somozistas localizados em território hondurenho. No plano interno, o jornal *La Prensa*, dirigido por herdeiros da família Chamorro, desencadeou uma campanha de denúncias contra o governo, ao mesmo tempo que dá ampla publicidade a tudo o que possa ser relacionado com o descontentamento da classe média contra as autoridades. O *La Prensa* cumpre na Nicarágua exactamente o mesmo papel que o *Mercúrio* desempenhou no Chile, antes do golpe contra Allende.

A nível económico, o Conselho da Empresa Privada (CONEP), que

reúne os empresários privados, adopta um bloqueio passivo destinado a criar o maior número possível de dificuldades à acção governamental, tendo o cuidado de evitar a sabotagem aberta para não serem enquadrados claramente na contra-revolução e sofrerem medidas punitivas oficiais. A soma das constantes escaramuças militares ao longo da fronteira, com a desinformação dos jornais oposicionistas e o bloqueio passivo do empresariado privado, configuram um quadro de desestabilização que poderia ser encarado como «fantasioso», se não se seguisse quase que fielmente o modelo chileno de 72/73.

### O caso das barcaças

Em Honduras, a contra-revolução desenvolve também um intenso trabalho de propaganda, tendo como um dos instrumentos o jornal *El Heraldito*, porta-voz do auto-denominado Exército de Libertação Nacional (ENL), dirigido e financiado por um tal Juan Carlos, pseudónimo de Pedro Ortega, ex-associado de Somoza na «Fosforera» (fábrica de fósforos, hoje nacionalizada).

Outra linha da acção desestabilizadora está dirigida para a criação de áreas de conflito fronteiriço entre os países da região com a clara intenção de regionalizar ou internacionalizar o conflito. Com o desenvolvimento da guerra popular em El Salvador, o aparelho propagandístico dos Estados Unidos trata, não só de convencer a opinião pública de que a Nicarágua ajuda os revolucionários com armas e pessoal, como de gerar também situações de confronto entre um ou mais países fronteiriços.

Há cerca de um ano, por exemplo, inventaram ter descoberto umas barcaças que faziam «transporte de armas da Nicarágua para os revolucionários salvadoreños através do Golfo de Fonseca», de águas compartilhadas por El Salvador, Nicarágua e Honduras, no Pacífico.

Em torno da história das barcaças

montou-se uma grande agitação propagandística, até que alguns jornalistas conseguiram provar que se tratava de barcaças utilizadas pela EUA na Segunda Guerra e que estavam encalhadas há muitos anos numa praia e inutilizadas. O próprio Robert White, na época embaixador dos Estados Unidos em El Salvador, que agitou intensamente o assunto, foi obrigado a admitir, mais tarde, que havia «caído numa armadilha» que o haviam enganado «com uma mentira vergonhosa».

Factos como este agravam as tensões na área. Tanto El Salvador como Honduras e Nicarágua têm praias, portos e ilhas no Golfo de Fonseca e a questão das águas territoriais não está definitivamente resolvida. A região, portanto, sempre foi cenário de incidentes entre lanchas patrulheiras e barcos pesqueiros desses países.

Em Agosto último, o jornal *Excelsior*, do México, publicou uma extensa reportagem denunciando o facto dos Estados Unidos estarem a instalar bases militares navais em algumas das ilhas do Golfo e nas costas de El Salvador e Honduras, sob o pretexto de bloquear por essa via o fornecimento de armas, procedentes da Nicarágua, aos guerrilheiros salvadoreños.

O Estado-Maior do Exército Sandinista, embora não tenha desmentido formalmente as denúncias do *Excelsior*, tão pouco as confirmou. Confessam, no entanto, a sua profunda preocupação perante o reforço maciço das forças militares dos dois países com os quais compartilham o Golfo, e com a frequência com que se têm verificado conflitos armados nessas águas.

### A utopia do reino miskita

Outra frente da acção contra-revolucionária está na Costa Atlântica, uma região que começou a ser integrada no processo económico, social, político e cultural da nação apenas a partir do triunfo sandinista. Ou seja, separada por

## Dossier Nicarágua

selvas virgens das regiões onde a Nicarágua se desenvolveu econômica e politicamente, essa região teve uma participação mínima na guerra anti-somozista. Nessa zona, há lideranças empenhadas em criar um movimento separatista que integraria, num novo Estado, toda a nação *miskita* (\*), ocupando uma faixa litoral de uns 600 quilômetros quadrados que vai desde as Honduras até ao Panamá.

É um problema complexo e com raízes históricas remotas. Não se trata apenas de uma região geográfica marginalizada, sem meios de comunicação, pouco conhecida do resto do país. É uma zona com uma realidade socio-econômica distinta, habitada por uma minoria étnica diferenciada que foi colonizada não pelos espanhóis mas por outras potências que criaram, inclusive, um modo de produção diferenciado do resto do país.

Os povos da região que se exprimem no idioma *miskito* ou no dialecto *chombo* têm sofrido forte influência dos missionários norte-americanos e canadenses que continuaram a catequese protestante iniciada pela Inglaterra. Zona mineira e madeireira por excelência, dedicada também à pesca, todo o comércio da Costa Atlântica se fazia, antes do triunfo sandinista, directamente com os Estados Unidos.

Um processo assim diferenciado gera reivindicações específicas, que os sandinistas tratam de enquadrar no contexto da sua evolução histórica. E geram também lideranças, ou falsas lideranças, que tratam de aproveitar a situação em benefício da contra-revolução. É o caso de Estevam Fagot, que sonha tornar-se um rei *miskito* com domínio sobre



um território que abarca partes das Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

Fagot, um ex-agente da repressão somozista, filho de pai francês e mãe alemã, com grande capacidade persuasiva, movia-se por toda a parte, com amplo conhecimento da região e das pessoas. A sua actividade conspirativa, no entanto, foi denunciada pela comunidade *miskita* hondurenha que não está de acordo com os seus esforços para envolvê-la numa acção armada. Perseguido, Fagot asilou-se nas Honduras, onde se integrou nas hostes de ex-guardas somozistas e anuncia frequentemente que vai comandar uma invasão à Nicarágua.

É extraordinário o esforço que o governo de Reconstrução Nacional tem feito nestes dois últimos anos para integrar a região no contexto nacional. Está a abrir estradas através da selva; está a dotar os rios e o litoral de portos, criando uma rede moderna de navegação fluvial. Tudo isso com um esforço paralelo de levar a educação e a saúde a essas populações.

No começo deste ano, o comandante William Ramirez percorreu toda a Costa Atlântica e regressou à capital com um relatório optimista, garantindo que houve grande receptividade ao programa de desenvolvimento e integração que está a ser executado para a região.

(\*) Os primeiros habitantes da zona eram os índios miskitos, que se mesclaram, num primeiro período, com sobreviventes de naufrágios de navios negreiros e depois, com escravos fugitivos das possessões britânicas das Caraíbas. Mais tarde, a influência e a presença norte-americana superaram a inglesa.

## Dossier Nicarágua

A Cruzada de Alfabetização e o programa de educação efectuam-se em espanhol mas respeitando os idiomas nativos. Na reorganização da economia respeita-se também a tradição comunitária da população.

Segundo William Ramirez, o problema real que persiste na região é o de uma invasão armada de mercenários e ex-guardas somozistas. Porém os comandantes militares da Nicarágua não crêem que este perigo esteja tão próximo.

### Burrice Crónica

Pudemos entrevistar em Manágua o ex-embaixador norte-americano em El Salvador, Robert White, que foi demitido por Reagan dado ter sido considerado demasiadamente comprometido com a «linha mole» de Carter. White, no seu «desemprego», dedica-se a atacar a administração Reagan.

Ele não admite que haja uma conspiração orquestrada por Washington para dominar a América Central e atribui tudo o que está a acontecer à «burrice crónica» dos republicanos, em particular, e à ingenuidade do norte-americano médio, em geral.

O proselitismo de White é contraditório, principalmente porque considera ser «imbecil» a política de Reagan. A partir do seu ponto de vista, contudo, ele é da opinião de que essa imbecilidade prejudica os interesses norte-americanos no hemisfério e pode favorecer o que ele qualifica de inimigo, ou seja, o povo, «ao não lhe deixar, com essa política equivocada, nenhuma outra alternativa que a luta armada». «Se os guerrilheiros saírem vitoriosos dessa luta — afirma White — farão uma política contrária aos nossos interesses e confiarão mais naqueles que os ajudaram na sua luta contra a miséria e a exploração e não nos Estados Unidos, que tradicionalmente deram armas e todo o tipo de ajuda às oligarquias e às ditaduras militares repressivas».

White admite que é uma fantasia exagerada as acusações contidas no «Livro Branco» editado pelo Departamento de Estado para «provar» a ingerência da Nicarágua e do «Comunismo Internacional» no conflito centro-americano. Mas não nega as suas acusações anteriores de que a Nicarágua envia armas para as guerrilhas de El Salvador. O seu sucessor na embaixada em San Salvador, Deane Hinton, continua a insistir na mesma tecla admitindo, inclusive, que a guerrilha está a ganhar no plano propagandístico.

White e Hinton insistem em que se devem realizar eleições livres em El Salvador, mas não explicam como conduzir um processo eleitoral no meio de uma guerra civil, nem admitem o reconhecimento das forças insurgentes.

O próprio White resumiu as pretensões do *establishment* do seu país ao reafirmar, enfaticamente, que «para os Estados Unidos, a Nicarágua é o mais importante, mas que El Salvador, neste momento, é o mais urgente».

### O direito à defesa

Segundo o comandante Bayardo Arce, um dos três comandantes que integram a Comissão Política da Nicarágua, o país, diante dessa situação, move-se baseado em duas linhas fundamentais: Primeiro, o direito à defesa, ou seja, criar as estruturas necessárias para defender o território, a revolução e a soberania nacional com a ajuda de quem estiver disposto a ajudar; segundo, o de não ter de prestar contas a ninguém sobre quem está disposto a ajudá-los, que tipo de ajuda necessitam, nem de que maneira ou como estão a preparar a sua defesa.

Bayardo Arce agrega ainda uma terceira questão: «Não praparamos o nosso povo para agredir ninguém mas sim para defender-se. Mas podem estar seguros todos os vizinhos, toda a América Central, que se uma força militar entrar na Nica-

rágua num plano agressivo, vai ter grandes dificuldades».

O dr. Sérgio Ramirez Mercado um dos três membros da Junta de Reconstrução Nacional, em entrevista concedida a *cadernos do terceiro mundo* assinalou que os nicaraguenses seriam irresponsáveis se não considerassem a possibilidade de uma agressão externa. «A nossa obrigação — disse Ramirez — é não só prepararmo-nos para repelir uma eventual agressão, mas fazer um grande esforço político para que haja desanuviamento». Ele acha que esses esforços vão bem, pois nele estão empenhados sectores consideráveis da opinião pública norte-americana, os governos democráticos da América Latina e do mundo. Nesse sentido, considera um passo positivo dos Estados Unidos a visita do sub-secretário Thomas Enders a Manágua no fim de Agosto.

Ramirez admite que os Estados Unidos estão perante uma situação bastante crucial na América Central mas que estão a procurar um modo de não intervir, conscientes de que o preço dessa atitude seria demasiado alto nestes tempos. Adverte, no entanto, que os nicaraguenses devem ficar atentos e preparados. Para ele, as peças soltas de uma conspiração são muito evidentes: os Estados Unidos dizem que a Nicarágua não está perdida totalmente; há uma luta ideológica generalizada na área; os treinos em Miami e Honduras e na Zona do Canal do Panamá são visíveis; é óbvio o envolvimento do Chile e da Argentina, já que não foram desmentidas as acusações sobre o fornecimento de armas por parte de Israel. Acrescenta que além das acusações de que a Nicarágua fornece armas aos guerrilheiros, usam esse argumento para cortar os créditos e ajudas económicas para os programas sandinistas de desenvolvimento. Finalmente, menciona o fornecimento maciço de armamento, assessoria militar e equipamentos de guerra sofisticados aos exércitos de El Salvador, Honduras e Guatemala.

## Dossier Nicarágua



Sergio Ramírez Mercado (em cima) não acredita numa invasão, mas considera que a Nicarágua deve estar preparada para o pior



### Um erro perigoso

A hipótese de que os Estados Unidos estariam interessados em montar bases militares no Golfo de Fonseca foi considerado por Sérgio Ramírez como «um erro perigoso». «Um erro maior ainda — acrescenta — seria envolver Honduras no conflito». Os nicaraguenses têm denunciado que a contra-revolução, apoiada pelo imperialismo, está a tratar de criar uma retaguarda nas Honduras. Para Ramírez isso transformaria grande parte do território hondurenho em teatro de guerra, o que ajudaria a desestabilizar o já precário clima político nesse país e contribuiria para generalizar a guerra por toda a região.

Ramírez afirmou ainda que o governo nicaraguense não está envolvido no tráfico de armas para os guerrilheiros salvadoreños. E

lembrou que «quando um exército está deteriorado, os seus soldados e oficiais transformam-se nos principais vendedores de armas para as forças revolucionárias. Foi assim na Nicarágua e é assim em El Salvador».

Com certa dose de humor, Sérgio Ramírez também recordou que enquanto os Estados Unidos procuravam cortar as rotas de fornecimento de armas, durante a insurreição sandinista, esqueciam-se de vigiar o seu próprio território, onde os «mercadores da morte» nunca perguntam a ninguém sobre o destino das armas que vendem no mercado negro. Acrescentou que durante a insurreição os sandinistas cruzavam, às vezes, cinco estados dos EUA com grandes carregamentos de armas.

Agora, a grande imprensa dos Estados Unidos insiste em que a Nicarágua fornece armas a El Salvador e

que 90% desse tráfico passa por território hondurenho. Quando perguntámos a White e a alguns jornalistas norte-americanos porque não se produzia nenhuma crítica ou repulsa ao governo hondurenho por permitir esse tráfico, responderam cinicamente que o governo das Honduras não possui os métodos sofisticados de defecção que os Estados Unidos possuem. Mas é evidente que tampouco a Nicarágua poderia detectar uma prática desse tipo, mesmo que tivesse vontade política para o tentar.

«A Nicarágua ganhou a guerra contra as melhores tropas treinadas pelos Estados Unidos sem que um só dos seus guerrilheiros ou comandantes tivesse passado por uma academia militar», lembra, o comandante Tomás Borge.

Sérgio Ramírez está convencido de que essa situação vai repetir-se

em El Salvador. Há um grande fortalecimento da guerrilha naquele país e o governo perde posições todos os dias. Por isso os Estados Unidos não parecem muito ansiosos de que se encontre uma solução política que favoreça a guerrilha. Numa nego-

ciação com a Frente Farabundo Martí e a Frente Democrática Revolucionária, participando a partir de uma posição de força, é claro que estas teriam que levar vantagem.

Há consenso na Nicarágua de que a solução para El Salvador tem que

ser política, e tem que ser procurada com urgência para travar o extermínio da população, cujo saldo este ano já é superior a 30 mil mortos. Mas uma solução política só pode verificar-se na base do reconhecimento da FMLN e do FDR. □

### O boicote económico

**N**O terreno económico, os objectivos da desestabilização já não oferecem muitas dúvidas. Trata-se de favorecer ao máximo o sector privado, com créditos externos e apoio político, ao mesmo tempo que os Estados Unidos cortam a nível estatal todo o tipo de facilidades fiscais e bancárias.

Dentro desta estratégia, aproximadamente 3/4 de uma verba de 33 milhões de dólares serão entregues pelo sistema bancário norte-americano aos empresários privados da Nicarágua, quando antes o dinheiro já havia sido concedido ao governo. Com isto, o sector privado ganha força, enquanto o governo sandinista tem de arcar sózinho com o custo social do programa de reformas e com o desequilíbrio na balança comercial com o exterior.

Os limites de acção económica do governo estão a ficar cada vez mais reduzidos. Os preços dos produtos importados subiram em média de 15 a 20% nos últimos meses. No caso do petróleo o aumento foi de 100%. Enquanto isto, as exportações nicaraguenses, como o café, baixaram de preço no mercado internacional, ou simplesmente permaneceram estacionárias, agravando o défice nas trocas comerciais com o exterior.

A dívida externa da Nicarágua passou de 1300 milhões de dólares para 1670 milhões desde a queda de Somoza, ao mesmo tempo que 28% das exportações do país ficam retidas no estrangeiro para pagamento dos juros de uma dívida deixada pelo ex-ditador. Com isto o governo sandinista passou a ficar criticamente dependente de um aumento das exportações para poder financiar campanhas destinadas a criar novos empregos, que são vitais num país que luta desesperadamente para reduzir uma taxa de 17,5% de mão-de-obra sem trabalho.

Além do programa da criação de novos empregos, também ficam ameaçados os projectos de assistência sanitária, financiamento da Reforma Agrária, alfabetização e todos os demais projectos de natureza social. Enfim, tudo aquilo que o governo sandinista pretende pôr em prática para marcar a sua obra revolucionária. Assim, a acção externa desestabilizadora age no sentido de estrangular o governo seja pela redução dos empréstimos e fi-

nanciamentos multilaterais, seja pelo favorecimento dos interesses privados dentro da Nicarágua.

Recentemente, o governo sandinista assumiu o controlo de 22 empresas cujos donos se afastaram do país por mais de seis meses sem motivo aparente. A medida oficial foi explicada como necessária à continuidade das operações destas firmas, entre as quais se encontram a maior fábrica de pasteurização de leite do país, um centro comercial, uma fábrica de sabão e uma construtora de casas populares.

Apesar das autoridades terem dito que a intervenção era necessária diante do aparente desinteresse dos proprietários em manter as empresas em actividade, o jornal *La Prensa* e o Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP) desencadearam uma intensa campanha contra o governo, acusando-o de prepotência contra os interesses privados.

Na verdade, a grande maioria dos empresários privados nicaraguenses apoiou directa e indirectamente o derrube do regime Somoza, não só porque ele estava politicamente corroído, mas também porque o ditador havia prejudicado muitos interesses para beneficiar apenas os da sua família. Estes empresários, porém, não acreditavam que a solução dos problemas da Nicarágua fosse implicar numa larga quota de sacrifícios também da iniciativa privada.

É natural que surgissem opiniões divergentes. Só que estas começaram a ser influenciadas por pressões externas, oriundas dos Estados Unidos, país do qual a economia nicaraguense era dependente em 80%. Muitos empresários privados começaram a ver então que teriam maiores vantagens individuais se «apostassem» numa aliança com os norte-americanos, em vez de dividirem o custo da reconstrução nacional.

Esta é a razão pela qual sectores como o *La Prensa* e o COSEP, mesmo tendo sido aliados da Frente Sandinista no derrube de Somoza, estão hoje envolvidos nas manobras desestabilizadoras. Se há nove meses havia dúvidas do sector privado, hoje já existe um clima de confrontação, que se deve tornar cada vez mais agudo, na medida em que o COSEP prefere ver os seus interesses individuais, em vez das necessidades do país como um todo.

## A lei de emergência contra a sabotagem

*Para conter a especulação financeira e a delinquência política, o governo sandinista trocou o liberalismo por leis especiais. O ministro da Justiça, Ernesto Castillo, explica o alcance desta legislação de emergência nacional*

J. Monserrat Filho



**E**STA entrevista com o ministro da Justiça da Nicarágua, Ernesto Castillo, foi realizada em Manágua, pouco depois do governo revolucionário haver decretado o estado de emergência económica e social em todo o país pelo período de um ano. Ernesto Castillo pertenceu ao «Grupo dos 12», cuja participação na luta para ampliar as bases sociais na campanha sandinista contra a dita-

dura de Anastácio Somoza é considerada muito importante. Recentemente, na V Conferência Internacional da Associação Americana de Juristas, reunida na capital nicaraguense, Ernesto Castillo foi eleito presidente dessa entidade, a qual reúne advogados, promotores, juizes, professores de direito e juristas das três Américas.

*Como era a justiça nos tempos de Somoza?*

Na verdade, não podemos falar de

justiça na era somozista, pois desde o primeiro Somoza, nos anos 30, a dinastia dominou inteiramente o poder judiciário e colocou-o ao serviço dos seus interesses. Dos magistrados do Supremo Tribunal aos juizes menores, todos eram escolhidos pela sua fidelidade incondicional ao regime. Nos tempos de Somoza, havia delinquentes nos mais importantes cargos da justiça, tal como na administração pública em geral. A corrupção alcançou um ponto tal, que, por exemplo, os pos-

tos de magistrados e escrivães eram distribuídos pela amante de Somoza, Dinora Sampson, que recebia uma boa parte dos rendimentos destes funcionários do poder judiciário. Por outro lado havia ainda uma parte da legislação instituída na era somozista, como por exemplo o Código do Trabalho dos anos 40 e as leis da previdência social, bem como alguns regulamentos que continham disposições que eram mais ou menos progressistas, mas estes dispositivos nunca saíram do papel. As próprias leis fiscais do somozismo, aparentemente lógicas e progressistas, jamais foram respeitadas. A máquina judiciária do regime somozista não podia ser utilizada pelos cidadãos para defender os seus legítimos interesses. Os juizes e funcionários da justiça obedeciam cegamente à vontade dos donos do país.

### *Qual era o papel dos advogados?*

Os advogados, em geral, estavam ao serviço do regime somozista ou da oligarquia financeira. Poucos, muito poucos, se dedicaram a defender os explorados, os trabalhadores, os militantes da Frente Sandinista. Nos tempos de Somoza, o próprio presidente do Supremo Tribunal comparecia nos órgãos de segurança do regime para interrogar os presos. Ele conhecia perfeitamente as torturas que ali se realizavam. Pode-se dizer que só a partir de 1968 foram alcançadas algumas vitórias na justiça. Conseguimos libertar a companheira Doris Tijerino, hoje comandante, que tinha sido cruelmente torturada e ainda teve a coragem de denunciar estas torturas no seu julgamento. Depois de 1968, os protestos e manifestações a favor dos presos políticos aumentaram muito. Em Setembro de 1977, houve uma insurreição popular em Masaya (a 20 km de Manágua). Os companheiros que haviam assaltado o comando da Guarda Nacional para libertar presos políticos foram aprisionados, tendo ido a julgamento. A pressão popular foi tamanha que os juizes somozistas, atemorizados,

resolveram colocá-los em liberdade. Mas isto já aconteceu na fase da deterioração da ditadura somozista. E a concessão deveu-se mais à pressão pública do que ao trabalho dos advogados.

Praticamente, só a 19 de Julho de 1979 começámos a preocupar-nos com as novas estruturas jurídicas. Parece ter sido uma experiência positiva, pois distanciou os juristas do planeamento da nova legislação. O nosso trabalho foi apenas o de dar conformidade jurídica à vontade popular que se expressou a 19 de Julho. Isto fez com que começássemos a criar uma legislação baseada no que eram já conquistas populares.

Ocorreu uma mudança profunda. Em primeiro lugar, criámos um Estatuto Fundamental e um Estatuto de Direitos e Garantias dos Nicaraguenses, onde estão fixados os princípios jurídicos da revolução. Eliminámos todas as leis repressivas do regime somozista. E fomos criando novas leis, destinadas fundamentalmente a defender e consolidar a nossa revolução, como as leis

de confisco das propriedades usurpadas pelos Somozas, seus familiares e sequazes, além dos funcionários públicos e militares ligados ao somozismo. Criámos tribunais especiais para punir estes delinquentes. E, por outro lado, também elaborámos leis destinadas a apoiar os esforços do nosso povo para a reconstrução nacional, leis que nos permitissem um desenvolvimento económico para superar a crise que herdámos, agravada pelo terramoto de 1972 e depois pela guerra contra Somoza.

A revolução popular sandinista é um processo muito particular na América Latina. Ela está-se autodefinindo. Consideramos que ainda não definimos o nosso modelo económico. Tivemos apenas dois planos económicos, de 80 e de 81. E nós, os advogados que trabalhamos nisto, pensamos que o melhor é esperar a definição e a consolidação do nosso modelo económico. Assim, eu diria que estamos numa etapa de transição jurídica para um marco que será definida pela economia do país e essa está ainda a tomar forma.

### **Uma revolução apegada ao direito**

*Mas hoje há um Estado de direito na Nicarágua?*

Sem dúvida. Este é um dos fenómenos particulares da nossa revolução. Uma revolução que a 19 de Julho de 1979 acabou com todo o aparelho judicial somozista e já no dia seguinte estava a criar um novo Tribunal Supremo, e que manteve os tribunais de justiça. Uma revolução que não permitiu um único fuzilamento. Uma revolução que, quatro meses depois da vitória, promulgou uma lei para tornar possível o recurso contra a actuação dos funcionários da revolução. Uma revolução que criou, antes de completar um ano, um Conselho de Estado como órgão legislativo. É um fenómeno bastante raro entre os processos revolucionários. Uma revolução que está a renegociar as suas dívidas



*...«Estamos numa etapa de transição jurídica para um marco que será definido pela economia do país»...*

## Dossier Nicarágua

com os bancos norte-americanos e com as instituições fiscais dos Estados Unidos. É uma revolução talvez demasiadamente apegada ao direito.

Realmente, a nossa liderança sempre se preocupou a fazer com que se mantenha no mundo o respeito que conquistámos por sermos uma revolução generosa, uma revolução apegada ao princípio do mais rigoroso respeito pelos direitos humanos.

Toda a nova legislação se dirige no sentido de fortalecer a tarefa da reconstrução nacional e defender a revolução, sempre na base de princípios legais.

*Justiça revolucionária não quer dizer arbitrariedade e desmando...*

Precisamente. Nós achamos que um dos exemplos que a nossa revolução poderia dar era este: justiça revolucionária exercida nos tribunais e obedecendo aos princípios gerais do direito, do respeito pelos direitos humanos, garantia de defesa etc. Não recorremos a nenhum fuzilamento. Não recorremos a medidas que limitassem a jurisdição do poder judicial.

Temos sido firmes e ao mesmo tempo generosos, como se viu no caso dos companheiros que conspiraram para criar uma cisão na direcção da Frente Sandinista e que confessaram publicamente ter cometido um delito contra a revolução. A nossa revolução deu-lhes uma nova oportunidade de se integrarem no processo. Foram libertados sem passarem por julgamento, porque a revolução julgou desnecessário abrir inquérito contra eles.

### Os desaparecidos

*Emissoras de rádio da oposição denunciam o desaparecimento de pessoas e reclamam informações sobre elas. Qual é o problema?*

É certo que há pessoas desaparecidas. Na última etapa da luta, morreram entre 70 mil e 90 mil nicaraguenses. De muitos deles não se sabe o nome. Quase todos eram ci-

dadãos pacíficos que morreram em consequência dos bombardeamentos somozistas. Muitos casos de mortes entre a população civil e de militares não foram registados oficialmente. Estes são realmente os desaparecidos de que falam as emissoras mencionadas. São pessoas que morreram na última fase da guerra e agora são manipuladas para dar a impressão de que desapareceram após o 19 de Julho. É certo que durante a insurreição popular houve execuções de assassinos somozistas. Estávamos numa guerra. Mas, depois do triunfo e com o controlo do país pelo exército guerrilheiro, não se deu um único caso. E se examinar as denúncias em questão vai ver que não há nenhuma que diga respeito à nova etapa. Passaram cerca de 3300 militares pelos tribunais de Justiça os quais foram julgados na presença de jornalistas nacionais e estrangeiros, e nenhum deles denunciou torturas, maus tratos, execuções ou alguma violação dos direitos humanos.

*Que significa para a revolução sandinista o estado de emergência*



*...«A prioridade é sobreviver. Não se pode falar em aumentos salariais... Os operários entenderam e sabem que não podem fazer greve»...*

*económica e social- decretado para vigorar por um ano?*

A nossa revolução cometeu o erro de tratar de criar uma situação de normalidade logo após a guerra. Quase imediatamente depois do triunfo, levantámos o estado de emergência. Isto criou um ambiente fictício de normalidade. Ao mesmo tempo que herdámos uma situação económica caótica, com os problemas sociais de 45 anos de ditadura somozista, começaram as pressões do imperialismo norte-americano sobre a nossa revolução, as quais encontraram eco em alguns elementos da reacção interna.

Assim, se nós nos sacrificámos durante tantos anos para derrubar a ditadura, agora vamos ter que nos sacrificar mais alguns anos para podermos levantar a economia. Esta é a razão pela qual decretámos o estado de emergência económica: para impedir a desestabilização económica.

*Porque motivo o estado de emergência faz cessar o direito de recurso nalguns casos?*

O direito de recurso apenas cessa para medidas administrativas que tenham por finalidade dar cumprimento à lei de emergência. Em tudo o resto continua vigente. Em questões de liberdade individual, liberdade condicional, etc., em todos estes casos continua vigente o direito de recurso.

*Não há, então, um estado de arbitrariedade?*

Evidentemente que não. Apenas suspendemos duas garantias: o recurso contra aquelas medidas administrativas e o direito à greve. Todas as restantes garantias individuais que constam do nosso Estatuto Fundamental continuam vigentes — liberdade de reunião, de expressão, de mobilização, etc.

*Porquê, de repente, um país com um projecto progressista se vê na contingência de proibir as greves dos trabalhadores?*

— Para nós, a prioridade neste momento é sobreviver. Estamos

numa etapa de subsistência. Nem sequer nos ocorre falar em aumentos de salários, novas conquistas, pois o nosso objectivo maior é simplesmente a subsistência. A classe trabalhadora foi consultada a esse respeito. E ela está consciente de que temos que fazer um esforço conjunto para superar esta etapa. Ela sabe que não podemos dar prioridade neste momento às reivindicações justas que a classe trabalhadora terá a fazer. Que não poderá utilizar o recurso da greve, da interrupção do trabalho, pois isto causaria um prejuízo ainda maior para a nossa economia.

Mas, ao mesmo tempo que limitamos o direito à greve, estabelecemos fortes sanções contra os empresários que, de uma forma ou de outra, não cumpram as normas do governo que regulam as relações da empresa com os trabalhadores. Além disto, os trabalhadores continuam a poder encaminhar as suas reivindicações através de inúmeros canais, sem precisar de recorrer à greve, como os sindicatos, as organizações sociais, os Comitês de Defesa Sandinista e inclusive o Conselho de Estado e até a própria Junta de Governo, que todas as semanas se encontra directamente com o povo das mais diversas localidades para ouvir, sem intermediários, os seus problemas.

*O que levou o governo a intervir no mercado paralelo de divisas?*

Em consequência da situação económica, temos um grande problema de divisas. A nossa economia é dependente. As máquinas, as peças de reposição, as matérias-primas — tudo compramos com dólares. E sofremos uma forte escassez de dólares. Nós decidimos então regular o mercado de divisas, permitindo um mercado paralelo, mas legalizado e controlado pelo Banco Central. Neste mercado paralelo, os nicaraguenses podem comprar dólares à cotação não oficial, para utilizar nas suas importações de bens sumptuários, viagens ao estrangeiro, despesas com a saúde,

etc. Mas o controlo do Banco Central, impede a fuga de capitais, já que muitas indústrias estavam a ser convertidas em dólares que saíam para o exterior.

*Acredita que esta lei sobre o controlo do mercado paralelo será eficiente para combater tais fraudes?*

Penso que não vamos conseguir erradicar totalmente a fuga de capitais. Mas vamos conseguir, sem dúvida, controlar e impedir uma grande parte dessa fuga.

*Como se define o delito de descapitalização?*

Depois do triunfo, ficaram no país alguns empresários que não apoiaram a revolução ou que não puderam levar todos os seus bens, porque parte deles são lojas, armazéns, ganadarias, etc. Então, essa gente passou a recorrer a várias manobras para tratar de prejudicar a economia do país e converter em dólares os seus bens e transferi-los para o exterior.

Por exemplo, uma fábrica vendia a crédito para o estrangeiro e não cobrava a conta. A respectiva importância era depositada nos bancos de Miami, etc.



*... «O imperialismo desestabilizou o governo Allende pela traição dos militares. Aqui, o povo armado garante o regime»...*

Tudo isto vinha provocando uma crise económica muito séria. Então, nós, atendendo aos pedidos e denúncias dos trabalhadores, fomos recolhendo factos e descobrindo os recursos utilizados por essa gente e colocámo-los no que denominamos lei da descapitalização. Houve casos de empresários que apenas num ano triplicaram as despesas de administração: crianças e velhos apareciam na tesouraria das empresas, recebendo salários fabulosos. E as empresas, em questão de seis meses, um ano, chegavam à falência, pois todo o seu capital fora distribuído entre os familiares.

O próprio Banco Central lhes dava dólares para a importação de matérias-primas; eles não importavam nada e depositavam os dólares no exterior. Já conseguimos travar bastante essa descapitalização, que se deu de um modo acelerado no ano passado e tanto mal causou ao país.

### Um novo Chile?

*Pode-se repetir na Nicarágua a desestabilização económica utilizada no Chile para derrubar o governo Allende?*

Neste momento, estamos vivendo precisamente um clima desestabilizador, sobretudo em consequência da especulação. Mas tomámos medidas firmes para impedir estas irregularidades. A partir da lei de emergência económica, a especulação é punida com prisão. E não apenas a especulação, mas também a divulgação de notícias que provocam a especulação. Isto já ocorria nalgumas emissoras reaccionárias e no jornal *La Prensa*, que estavam a fomentar a especulação com alguns produtos.

Conhecemos a experiência chilena. Mas pensamos que a nossa situação é diferente. No Chile, o imperialismo pôde desestabilizar o governo de Allende por traição dos militares. Aqui, ao contrário, o nosso principal apoio para defender o país é o povo armado. Teriam de acabar com todo o povo da Nicará-

gua. Por isso, achamos que a nossa situação é diferente da chilena.

*Na Nicarágua de hoje há uma economia mista com pluralismo político. A área da iniciativa privada está garantida pelo Estado. Mas a antiga classe dominante, a burguesia, está realmente disposta a respeitar a legalidade revolucionária?*

Esta revolução é um fenómeno muito especial. Antes de promulgar estas leis, a direcção nacional e os dirigentes sandinistas reuniram-se com todos os sectores da população — os empresários, os trabalhadores, o pessoal da administração pública — para dialogar acerca das medidas de emergência. Todos entenderam que as medidas eram necessárias. Há uma vontade geral do povo e uma consciência de que para a reconstrução nacional é indispensável a unidade e o esforço de todos os nicaraguenses. Não há dúvida de que a burguesia, como classe, perdeu os seus privilégios. Mas nós estabelecemos o que eles chamam «as regras do jogo». Segundo estas regras, quem estiver disposto a produzir terá garantia no seu trabalho e nos seus lucros. Nós cremos que existem empresários patriotas que, de boa fé, estão a participar neste projecto de economia mista e pluralismo. Na Nicarágua, a classe empresarial não chegou aos níveis do poder, como em El Salvador, por exemplo. Na Nicarágua, os poucos empresários qualificados que defendem a ideologia capitalista, empresarial, a todo o transe, estão fora do país. Os que ficaram compõem uma classe muito debilitada económica e politicamente, sem definição ideológica. E nesse caso é muito difícil, para não dizer impossível, que eles possam influir nas decisões políticas do país.

*Que sectores empresariais colaboram mais com a revolução?*

São positivos, sobretudo, os empresários do sector agro-pecuário. É gente que convive com os trabalhadores, com os camponeses. Gente ligada à terra, que conhece os problemas do país e não tem a voraci-

dade do empresário financeiro, imitador dos empresários transnacionais. Este sector é muito positivo e, inclusive, já se agrupou em cooperativas. Há uma união de pequenos e médios empresários. Os grandes empresários da agricultura também têm uma atitude positiva. Os mais reaccionários, que se opõem a participar no esforço produtivo, são aqueles que estavam acostumados, nos tempos de Somoza, a ter lucros, não pela sua qualificação técnica ou capacidade empresarial, mas graças às vinculações com o regime somozista.

### O capital estrangeiro

*Como será a lei que se prepara a respeito do capital estrangeiro?*

Há vários meses que trabalhamos num projecto de lei sobre investimentos estrangeiros, que será submetido à Junta de Governo. Neste projecto, levamos em conta a experiência de muitos países. Estudámos a experiência do Pacto Andino, do Vietname, da China Popular e do

México. Tivemos contactos com directores de transnacionais dos Estados Unidos e outras potências capitalistas, com o Conselho das Américas. É um primeiro projecto, uma lei-marco, muito flexível, que garante os lucros dos investimentos estrangeiros dentro do respeito pela soberania e autodeterminação do nosso povo e naquelas áreas em que nós, por falta de meios, não podemos actuar. Redigimos este projecto tendo em vista um contrato seguro entre o investidor estrangeiro e o nosso governo: é uma lei que estimula os investimentos estrangeiros, de conformidade com os nossos interesses nacionais.

*As dificuldades económicas do país são sérias. Como se coloca, neste quadro, a questão da delinquência comum?*

Houve grandes conquistas nesse campo. Em primeiro lugar, ao eliminar o somozismo, eliminámos grande parte da delinquência, não só política mas também comum. Aqui, os coronéis da Guarda Nacional tinham os seus próprios bandos de ladrões. Com a fuga ou a prisão destes somozistas, diminuiu o problema. Claro que herdámos do somozismo outros tipos de delinquência, sobretudo em matéria de drogas, corrupção, lenocínio, roubo organizado, etc.

Punimos principalmente os crimes de atentado contra a economia do país com penas relativamente fortes e isto também serviu para travar os índices de delinquência. Dentro das limitações do nosso sistema penitenciário, a revolução sandinista tem uma ideia muito diferente da do somozismo sobre o que seja um preso comum. Tratamos de reeducar os delinquentes recolhidos do sistema penitenciário. É gente que trabalha. Tivemos uma experiência muito bonita, quando o país se mobilizou para a colheita voluntária do algodão, pois faltava mão-de-obra suficiente. Quase 70% dos presos comuns pediram para ir colher algodão e fizeram-no com muito entusiasmo. □



... «A nova lei sobre o capital estrangeiro será flexível... ela vai estimular os investimentos externos»...

## O alvo também é El Salvador

*Através da campanha de desestabilização na Nicarágua, os EUA pretendem neutralizar os atractivos da revolução sandinista para outros países centro-americanos. É o que explica Bayardo Arce, um dos membros da Comissão Nacional da Frente Sandinista*

**É** NECESSÁRIO compreender que as tensões que se vivem na Nicarágua e na América Central têm como explicação fundamental as pressões que o imperialismo norte-americano está a exercer sobre o nosso país e sobre a marcha do nosso processo.

Os Estados Unidos nunca foram indiferentes ao facto da região ser um centro abastecedor de matérias-primas e alimentares (açúcar, café, banana, carne, etc.) baratas e quase gratuitas. A isto se junta a importância estratégica do Canal do Panamá, a possibilidade de um novo canal pela Nicarágua; as reservas petrolíferas da bacia das Caraíbas (segundo estimativas, seriam seis ou sete vezes os recursos totais da Arábia Saudita e do Golfo Árabe); os 25 % de petróleo importado pelos Estados Unidos que é refinado nas Caraíbas; do trânsito por essa área de 65 % da bauxite norte-americana; do deslocamento das suas forças navais perante a eventualidade de uma presumível guerra na Europa, das defesas das suas costas do Pacífico, etc.

Porém, mais importante e mais decisivo, talvez seja o desafio político-ideológico, psicológico e moral que representa para os Estados Unidos a vontade de luta dos povos da América Central e das Caraíbas.

Os sectores retrógrados do imperialismo norte-americano vêem isso como golpes políticos e morais graves ao império, que «desgastam o prestígio, a credibilidade e a autoridade dos EUA noutras partes do mundo», segundo a maneira de dizer da nova elite no poder.



Bayardo Arce

Bastaria referir-me rapidamente às 180 intervenções dos fuzileiros navais dos Estados Unidos entre 1800 e 1934, descritas pelo capitão Harry Allanson Ellworth para ratificar com os seus próprios testemunhos esta vontade agressiva e guerreira que tem impregnado a história do imperialismo norte-americano e que parece ressurgir.

Após o triunfo da nossa Revolução Sandinista verifica-se um incremento significativo tanto no fornecimento da ajuda militar e assistência especializada às forças armadas dos países com regimes de direita, como um contínuo movimento de visitas de altos funcionários e militares pelos países da área centro-americana.

O governo norte-americano tem proporcionado uma significativa ajuda em armamentos e técnicas às Honduras, como a entrega de 10 helicópteros do tipo *HHH-Huey*, cerca de 10 aviões do tipo *T-28*,

aviões *T-2* e outros, supostamente para treino. Neste sentido, a *Newsweek* de 16 de Março último assinala que este governo concedeu às Honduras 8 milhões e 700 mil dólares para a compra de helicópteros do tipo *Huey* e a reparação e aquisição de lanchas patrulhas. Também temos conhecimento do melhoramento da defesa anti-aérea com novas técnicas e assessoria.

Sabemos igualmente das frequentes aterragens de aviões do tipo *C-130 Hercules* no Aeroporto Internacional de Toncontin, ao que tudo indica desembarcando técnicos armamentos. Estamos também informados das denúncias públicas de desembarque de armamento por Puerto Cortés.

É muito significativo que, conjuntamente com esse incremento de ajuda militar ao governo hondurenho, tenham sido aprovadas nesse país, leis que expressamente permitem a incorporação de cidadãos de qualquer nacionalidade no exército das Honduras, o livre trânsito de tropas estrangeiras pelo território hondurenho e que, por outro lado permitem a saída de tropas do exército hondurenho para cumprir missões fora das suas fronteiras.

Além disso, é de destacar a publicação na *Foreign Assistance* de um comentário que assinala que os Estados Unidos duplicarão os recursos destinados ao treino militar na Honduras.

### O papel de El Salvador

Uma notícia dada por Christopher Dickey, publicada a 9 de Outubro no *Washington Post*, indica que, segundo um relatório do Congresso dos EUA, 300 oficiais salvadorenhos estavam a ser treinados nas escolas militares dos Estados Unidos situadas no Canal do Panamá.

Outras publicações, como o *Special Report*, do Gabinete dos Assuntos Públicos do Departamento de Estado, a revista *Newsweek* e o jornal *New York Times*, assinalam que durante o ano de 1980 os Estados Unidos outorgaram a El Salvador 56 milhões de dólares em assistência que à ajuda militar de 10 milhões de dólares libertada por Carter em Janeiro de 1981, se haviam somado outros 25 milhões; que o governo de Napoleón Duarte solicitou outros 300 milhões de dólares para 1981.

## Dossier Nicarágua

dos quais haviam sido aprovados entre 200 e 225 milhões, informação esta publicada pelo *New York Times* e que o porta-voz do Departamento de Estado se recusou a negar ou confirmar.

Por outro lado, um documento do próprio Departamento de Estado informa que os Estados Unidos aprovaram para 1980 um empréstimo de 5 milhões e 700 mil dólares para a compra de material militar e foi reestabelecido em 1979 um programa de especialização para pessoal militar nos Estados Unidos e no Canal do Panamá que, segundo dizem, estava suspenso desde 1977. Este programa foi aumentado durante 1980 num quarto de milhão de dólares. Para 1981, destinaram-se para compra de material militar outros 5 milhões de dólares. Como se pode observar, está a ocorrer um incremento na ajuda militar com um grande fluxo de pessoal militar especializado para trabalhos de assessoramento.

Segundo o governo norte-americano, o número de assessores militares em El Salvador não ultrapassa o número de 40; não obstante, outras fontes denunciavam a presença de até 200 assessores militares norte-americanos.

Outras informações destacam que além dos 10 milhões de dólares fornecidos ou aprovados por Carter em Janeiro de 1981, no curso deste ano foram destinados cerca de 80 milhões de dólares adicionais para a compra de armamentos e técnica militar.

No que diz respeito à Guatemala, é conhecido por muitas publicações que desde 1977 tinha ocorrido uma diminuição da ajuda, porém já no período 80-81, aparecem 8 milhões de dólares programados. Apesar disso, no suposto período de decréscimo da ajuda militar, a Guatemala pôde adquirir, através de aliados indefectíveis dos Estados Unidos, como Israel, armamentos que incluem 25 mil espingardas *Galil* para fortalecer a capacidade militar do seu exército.

### Uma estratégia de «paz» através da força

O programa do Partido Republicano, agora no poder nos Estados Unidos, diz: «Os Republicanos apoiam uma política de paz me-



## Dossier Nicarágua

diante a força, a debilidade provoca a agressão... (..) A ameaça aos Estados Unidos e aos seus aliados não é só de natureza militar; temos também a terrível ameaça do terrorismo internacional...

«...A política dos norte-americanos desde a Segunda Guerra Mundial descansa sobre os pilares da segurança colectiva, a superioridade militar e tecnológica, bem como a força económica e a percepção por parte dos nossos adversários de que os Estados Unidos possuem a vontade de usar o seu poder quando for necessário para proteger a liberdade...»

«Uma administração Republicana procurara melhorar as capacidades dos serviços de informações para recolher os dados técnicos e

clandestinos, análises convincentes, contra-informação coordenada e acção encoberta...»

«...Deploramos a conquista do poder marxista-sandinista na Nicarágua e as tentativas marxistas para desestabilizar El Salvador, Guatemala e Honduras... (..) Apoiaremos os esforços do povo nicaraguense para estabelecer um governo livre e independente... (..) Voltaremos ao princípio fundamental de tratar um amigo como amigo e os inimigos autoproclamados como inimigos sem desculpa...»

### A política de agressão materializa-se

A 9 de Março, William Dyess, porta-voz do Departamento de Es-

tado, disse que «as razões que motivaram o surgimento da Doutrina Monroe, há mais de 150 anos, são as mesmas que agora motivam a política dos Estados Unidos para com El Salvador». Quer dizer, as idéias materializam-se.

A Fundação Heritage diz que «é preciso restabelecer a ordem na vida dos povos nos países da América Latina, e trazer mais segurança a essa região; esse deve ser o objectivo da política externa norte-americana...»

«Os líderes criativos dos sectores públicos e privados da Nicarágua, El Salvador, e Guatemala analisaram os problemas económicos e de segurança das suas nações, e o que todos eles pedem (esses supostos

## O controverso bispo de Manágua

**N**EM mesmo a Igreja escapou ao processo de desestabilização a que está sendo submetido o governo sandinista. Depois de apoiar decididamente a rebelião contra o regime de Somoza, religiosos como o arcebispo de Manágua, monsenhor Obando y Bravo, começaram lentamente a afastar-se da Frente Sandinista de Libertação (FSL), passando a exercer pressões abertas sobre padres e freiras que continuaram a manter vínculos estreitos com o movimento revolucionário.

Isto provocou alguma confusão entre os católicos, nomeadamente entre os moradores de bairros pobres e camponeses. Um dos últimos boletins do Instituto Histórico Centro-Americano, uma organização ligada aos sectores progressistas da Igreja nicaraguense, publicou um depoimento de uma empregada doméstica na qual ela manifesta a sua perplexidade perante a atitude da alta hierarquia católica do país: «Não sei o que está a acontecer com os senhores bispos. Primeiro pediram aos sacerdotes que trabalham

para o governo, que deixassem os seus postos. Agora, querem afastar a irmã Pilar, que ganhou o carinho dos pobres depois de ter feito tantas coisas boas para eles. Estão a impedir o regresso dela ao país e não dão qualquer explicação. Gostaria de saber o que está por detrás destas decisões, porque no tempo de Somoza isto nunca aconteceu. Agora que muitos religiosos se querem identificar com o povo, a Igreja impede-os de fazer isso». (Depoimento de Ninfa Castillo).

Facto semelhante ao mencionado, ocorreu com a freira norte-americana Maria Hartman. A religiosa trabalhava nos bairros pobres de Manágua até ao momento em que o arcebispo da capital pediu o seu afastamento à superiora da Congregação de Santa Inês. A superiora pediu os motivos por escrito, sem ter obtido resposta.

Noutras ocasiões, a cúria transfere ou afasta sacerdotes com simples chamadas telefónicas. Foi o que

aconteceu com os padres jesuítas Luis Medrano e Otilio Miranda, que trabalhavam no povoado de San Rafael del Sur, uma área rural extremamente pobre. Houve pelo menos dois casos em que religiosos viajaram ao estrangeiro e não puderam regressar. O padre espanhol Pedro Balzunegui foi visitar a família e na volta encontrou outro religioso ocupando o seu posto na paróquia de Tipitapa. A freira franciscana da Ordem do Sagrado Coração, Pilar Castelanos, foi durante muitos anos directora do colégio Roberto Clemente em Ciudad Sandino. Viajou e não pode voltar, porque o arcebispo de Manágua disse que ela já não era necessária no país.

### O jogo das pressões

O padre Manuel Batalla está a lutar para continuar na paróquia do Sagrado Coração em Manágua, depois do arcebispo Obando y Bravo ter pedido que fosse transferido para outro lugar. O prelado não revelou os motivos do seu pedido, apesar dos

## Dossier Nicarágua

líderes) é uma liderança energética dos Estados Unidos, a política dura dos EUA». E imediatamente vêm as recomendações:

«O melhor sinal que o governo dos EUA (isso foi em 1980) poderia enviar ao exército salvadorenho seria fornecer-lhe o equipamento militar necessário para uma guerra ofensiva, sem direitos humanos e sem outras limitações».

O assessor privado do Departamento de Estado, Di Giovanni, diz que se pode resolver os problemas da Guatemala fora do contexto marxista ou socialista. «Pode ser uma força estabilizadora na América Central e pode continuar a ser um bom aliado dos Estados Unidos». Diz ainda que é preciso apoiar os sectores públicos e privados do

centro e direita nas suas soluções dos problemas sociais, económicos, políticos e de segurança da área. Esse apoio deve-se dar através de uma política que não se preocupe tanto com o respeito aos direitos humanos, como a dirigida pelo governo Carter. É preciso dar apoio financeiro quando necessário e estabelecer políticas de intercâmbio comercial favorável. E não podia faltar o apoio militar à Guatemala.

### As ameaças contra a Nicarágua

Di Giovanni diz ainda que: «Não é importante analisar as particularidades das sociedades e governos da área, mas sim enfrentar a crescente penetração marxista através da Ni-

carágua e do movimento revolucionário salvadorenho. Isto é, delinear uma ofensiva estratégica para derrotar o governo sandinista e destruir as forças insurgidas em El Salvador... Apesar da sua exibição de armas, o governo sandinista é ainda débil e pode ser desalojado através de um esforço determinado, coordenado e localizado. (...) Num programa bem orquestrado e dirigido especificamente contra o governo sandinista-marxista nós deveríamos usar os nossos recursos para apoiar os sindicatos livres, a Igreja, o sector privado, os partidos políticos independentes, a imprensa livre e aqueles que verdadeiramente defendem os direitos humanos.»

«...Não será possível desalojar o actual governo comunista da Nica-



Os católicos da Nicarágua querem uma definição do bispo de Manágua

superiores hierárquicos do padre Ballata terem afirmado publicamente que nada têm contra a actuação do religioso.

A situação chegou a um ponto tal que inúmeras organizações começaram a distribuir comunicados com críticas à acção de monsenhor Obando y Bravo. As Comunidades Eclesiásticas de Base distribuíram um manifesto no qual afirmam que «é extremamente enristecedor para os

católicos verificar o contraste entre a implementação de projectos pastorais, baseados no Evangelho e coerentes com a situação nacional, e as atitudes de alguns sectores da alta hierarquia».

O jornal *El Nuevo Diario* publicou no final de Agosto um editorial no qual se afirma: «A grande manipulação política da Igreja inclui o apoio aos bispos, principalmente monsenhor Obando, desvinculando-os da

prática do povo cristão no processo da Nicarágua... Chega a mostrar o arcebispo de Manágua como uma vítima da revolução, e a usar a autoridade dos bispos sobre o povo cristão contra o governo».

Para o Instituto Histórico Centro-Americano «é uma questão de facto que a burguesia, ao perder o poder político, deseja continuar a apoiar-se na força e no prestígio moral da Igreja. Por isso, manipula a figura do arcebispo, fazendo-a sua. Paralelamente, retoma as críticas ao processo revolucionário, classificando-o de comunista. Completando a sua necessidade de fundamentação ideológica, faz seu o projecto espiritualista da Igreja. Estes dois aspectos, crítica do processo e aceitação do espiritualismo, sintetizam-se na figura do arcebispo, proclamado como líder da oposição, talvez sem o seu consentimento. Isto causa um grande espanto ao povo, que apesar de respeitar o arcebispo, vê com surpresa que ele se afasta cada dia mais de uma revolução feita em favor deste mesmo povo, e que num primeiro momento era apoiada pela hierarquia». □



Os guerrilheiros de El Salvador, mesmo lutando com armas improvisadas, já conseguiram pôr fora de combate quase 10% dos efectivos do exército regular.

rágua, independentemente do grau de am-estar popular, a não ser através da acção militar. Não há dúvida de que existem nicaraguenses descontentes que poderiam ser apoiados para a luta armada contra os sandinistas, pelos antigos membros da Guarda Nacional, agora no exílio, mas esses militares estão associados no conceito popular com o antigo chefe de Estado, Somoza, que era impopular para um amplo espectro do povo nicaraguense».

### Brincar com a paz

Numa recente publicação, o *Washington Post* confirmava que os elementos somozistas nos Estados Unidos se sentem hoje mais apoiados que antes e de acordo com o que eles mesmos dizem, confiam em que terão da administração Reagan, o apoio necessário para lançar-se na sua aventura criminosa contra o nosso povo.

Vamos ajudar a CIA. Nós conhecemos os seguintes acampamentos em Miami: uma pequena quinta no sudeste do condado de Dade, onde o instrutor é o ex-tenente José Aguirre. Em Romestad, ao sul de Miami, são treinados por gusanos do grupo Ómega-7; existem mais dois campos de treino, um em Everglades, onde treinam membros da «Legião 15 de Setembro» e da «Liga Anticomunista», sob as ordens do ex-tenente Noel Gutierrez; o outro está em Kendall, no sul de Miami, onde treina a «ELITE», cujo instrutor é o ex-major Rafael Ascencio. □

# Deter a agressão

Neiva Moreira

**N**ÃO é possível adivinhar o que poderá vir acontecer na América Central e nas Caraíbas nos próximos dias, semanas ou meses. Nem mesmo ter a certeza se, quando esta edição estiver nas bancas no Brasil, em Portugal e numa vasta região do Terceiro Mundo onde ela circula, os «marines» norte-americanos não estarão já a reproduzir as invasões e violência que sempre caracterizaram — historicamente — a presença dos Estados Unidos naquela área.

Não se sabe ao certo se os «ventos de demência que sopram da Casa Branca», a que aludimos na edição passada de *cadernos do terceiro mundo*, se virão transformar num furacão incontrolável, capaz de romper a precária paz na região. Também não se desdenhar a possibilidade de que a parte sensata de opinião norte-americana e as pressões internacionais vindas inclusive dos aliados dos Estados Unidos forcem o sr. Reagan a recuar nos seus propósitos contendo o grupo de fanáticos que, sob a liderança do secretário Haig, não pensa noutra coisa senão guerra.

Não restam dúvidas que o Pentágono e a Secretaria de Estado dos Estados Unidos planeiam a invasão de Cuba e da Nicarágua, sob o pretexto de evitar intervenção desses dois países na guerra de El Salvador. As declarações de Haig e do subsecretário para assuntos internacionais do departamento de Estado são claras, não deixando dúvidas quanto às intenções de Washington: ocupar militarmente aqueles dois países. Muitos pretextos poderão ser fabricados, tal como o «incidente» do golfo de Tonquim, que deu a Johnson o motivo aparente de intervenção no Vietname. Mas o objectivo último é um só: destruir os dois processos revolucionários e impedir que outras nações da região sigam o seu exemplo.

As revelações sobre o plano intervencionista provocaram um impacto, não só no México e em outros países latino-americanos, como também na Europa Ocidental. Não faz muito tempo que a França, México e a Holanda reconheceram a Frente Democrática de El Salvador como a força representativa das aspirações nacionais e, desde então, muitos foram os países europeus a adoptar posições mais próximas dos revolucionários salvadoreños.

As manifestações anti-intervencionistas cresceram por todo o mundo. Na Espanha, o Partido Socialista (PSOE) reiterou o seu pleno apoio à solidariedade

com os povos de El Salvador, Nicarágua e Cuba, reconhecendo o seu legítimo direito à autodeterminação e defesa da sua soberania e independência nacional».

O presidente José Eduardo dos Santos, no acto de massas comemorativo do sexto aniversário da revolução angolana, denunciou as provocações dos Estados Unidos e disse que «os povos da América Latina, como a Nicarágua, El Salvador e Cuba, são alvo dos ataques do imperialismo norte-americano». A Câmara de Deputados do México, em que o Partido Revolucionário Institucional, no governo, detem a maioria, aprovou por unanimidade uma moção de apoio a Cuba «ante a possibilidade de uma intervenção exterior». Toda a Imprensa mexicana — e não se poderá esquecer a importância geoestratégica do México frente a Cuba e às Caraíbas — repudiou a ameaça de Haig. *El Dia*, próximo do governo, exortou o povo mexicano a «sair às ruas e defender a revolução cubana junto a Fidel Castro, tal como em 1962, na crise dos mísseis».

A lista de protestos é longa e expressiva. Também o ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro manifestou a posição do seu governo, contrária às intervenções estrangeiras e só os sectores políticos mais reacçãoários e os meios de comunicação ligados às transnacionais mantiveram o seu apoio a Reagan.

No entanto, a Casa Branca não opera apenas no campo das pressões económicas (bloqueio a Cuba) ou militares. Actualmente, ela acentua, a nível latino-americano, os seus esforços no sentido de aumentar o isolamento de Cuba e da Nicarágua e estruturar uma «santa aliança» de governos reacçãoários que possam dar apoio político e também logístico às aventuras belicistas dos falcões de Washington. O principal objectivo dessa política, no actual momento, é envolver o governo centro-direitista democrata-cristão da Venezuela nessa aventura.

O presidente venezuelano Herrera Campins tem-se destacado pelo seu apoio à Junta Militar salvadorenha, na ilusão de que o seu líder, Napoleón Duarte, convenientemente armado e «lubrificado» com os petrodólares que faltam ao povo pobre da Venezuela, estabeleça um poder político-militar capaz de derrotar a rebelião popular em El Salvador. Como contrapartida desse apoio à Junta, o Pentágono decidiu já vender à Venezuela 16 aviões F-16 (os mesmos utilizados por Israel para bombardear o reactor atómico do Iraque), presença militar esta que — a verificar-se — desequilibraria a correlação de forças na área e obrigaria outros países, principalmente a Colômbia, a um esforço altamente oneroso de reequipamento militar.

As aventuras da Casa Branca na América Central e nas Caraíbas encontram, no entanto, na Venezuela, uma oposição interna que se manifesta inclusive no próprio seio do governo democrata-cristão. Não é só a Acção Democrática, liderada pelo ex-presidente Carlos Andrés Pérez, e os partidos de esquerda a manifestarem opiniões contrárias à intervenção norte-

-americana: elas têm-se manifestado também no governo. O ex-presidente Rafael Caldera, principal líder do COPEI, o partido no governo, afirmou mesmo «que seria insensato tentar uma aventura bélica na América Central e nas Caraíbas, cujos resultados seriam imprevisíveis».

O ambiente é, pois, diferente do contexto internacional verificado ao tempo da invasão da baía dos Porcos, em 1961. Não só o Movimento dos Países Não-Alinhados, empenhado na luta pela soberania e autodeterminação dos povos, é hoje um factor diplomático e político importante, como também não é a mesma a realidade no quadro dos aliados históricos dos Estados Unidos. Em países como a França, a Holanda, a Espanha, a Áustria, o bloco escandinavo e a Itália, não há clima para um eventual apoio a essa agressão. Mesmo na Alemanha Federal, onde o governo social-democrata de Helmut Schmidt tem sido tão conciliatório para com o belicismo norte-americano, há uma opinião pública contrária a tudo aquilo que possa comprometer a paz. Amplos sectores do SPD — o Partido Social-Democrata Alemão, no poder, — principalmente o operariado e a juventude, se opõem à política de Reagan.

E há um aspecto que não pode deixar de ser considerado nessa crise, que é, logicamente, a posição do campo socialista. Esperar que a União Soviética cruze os braços diante da invasão de Cuba e da Nicarágua seria uma falsa avaliação da realidade internacional. E o que poderia vir depois? Uma nota de protesto diplomático? Não estaria na lógica dos acontecimentos. O que poderia verificar-se seria uma corrida inusitada às armas, com riscos reais de uma terceira guerra mundial.

Nicarágua e Cuba receberam as ameaças norte-americanas, não com lamentos nem apelos de compreensão, mas com uma mobilização civil e militar para a resistência, a uma escala que, no caso cubano, ultrapassa em muito o que se verificou em 1961.

«Tudo leva a crer — escrevia Manuel Buendía, comentarista independente da Imprensa e da TV mexicanas — se, efectivamente, os Estados Unidos cometerem a loucura de invadir Cuba, aí morrerão, por cada metro quadrado de terra ou areia «conquistado», mais americanos do que em qualquer das guerras que tenham participado nos últimos 200 anos».

Assim poderá vir a suceder. Milhares de *Playas Girón*, não apenas em Cuba mas em toda a incandescente região da América Central e Caraíbas, que se poderá vir a transformar num imenso Vietname, apoiado e armado por todos os povos livres do mundo.

A prazo, o resultado da confrontação seria inevitável: a vitória dos oprimidos contra os opressores, dos povos dominados ou explorados contra o imperialismo. Mas o custo humano e social seria irreparável. Para todos, inclusive para os agressores, o melhor será deter a maré belicista alimentada pelo governo Reagan.

# QUATRO NOVAS SÉRIES

NOS



Livros de bolso  
Europa-América

JÁ AS  
CONHECE?



Clube do  
CRIME



FICÇÃO CIENTÍFICA

FC



CLASSICOS Walt Disney com as ilustrações do filme



romances  
turquesa.



### O I Congresso Extraordinário do PAIGC Algo de novo em Bissau?

*A dinâmica criada tem aspectos prometedores, mas a dureza da situação não permite ver no positivo do congresso uma solução mágica.*

Luís Moita \*



**Q**UANDO chegámos a Bissau, no passado dia 6 de Novembro — antevéspera da abertura do Congresso —, o ambiente era de efervescência e mesmo de certa tensão: estávamos a um ano de distância do golpe militar que derrubou o presidente Luís Cabral e que deu início ao «Movimento Reajustador do 14 de Novembro», ano esse que fora assinalado por marcas profundas entre as quais avultava a rotura com Cabo Verde e o termo do projecto de unidade entre os dois Estados, e as consequências

desses factos eram ainda imprevisíveis. Que surpresas reservaria o Congresso? Quais as orientações que iriam prevalecer? Que futuro para o Partido, agora limitado ao ramo guineense?

Tais questões não eram artificiais, na medida em que a indefinição política posterior ao golpe de

Estado deixava em aberto as respostas a essas mesmas perguntas. Mais ainda, a evolução da Guiné-Bissau durante o último ano tinha proporcionado a manifestação de tendências claramente contrárias ao espírito tradicional do PAIGC, tendências que inclusivamente estavam representadas em altos postos da direcção, no interior ou em torno do novo órgão de poder que era o Conselho da Revolução. Se quisermos caracterizar sucintamente essas tendências, poderemos distinguir alguns aspectos da sua orientação.

\* Dirigente do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), organismo que desenvolve ampla cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Antes de mais manifestava-se um estado de espírito que ali se designa por «nacionalismo estreito», a fazer lembrar as teses da «autenticidade» africana e a sublinhar a importância da cor da pele, acompanhado por sentimentos racistas dirigidos contra os cabo-verdianos, os mestiços em geral bem como os brancos e os cooperantes estrangeiros, e até mesmo por sintomas de tribalismo, questão altamente sensível no mosaico étnico do país.

Por outro lado, a coberto de uma política de concórdia nacional que visava atrair numerosos técnicos qualificados residentes no estrangeiro, tentava-se uma abertura aos sectores guineense no exílio, mesmo aqueles que estavam organizados em movimentos de oposição ao PAIGC, como a FLING e a UPANG, grupos reaccionários que mantêm evidentes ligações com as forças neocolonialistas. Ao mesmo tempo, procurava-se uma aproximação dos meios ocidentais, lançando pontes para os países capitalistas e para as organizações financeiras internacionais. Finalmente, revelavam-se posições antipartido e havia mesmo quem apostasse na liquidação do PAIGC, aproveitando para o efeito a tensão com Cabo Verde e a morte do sonho cabralista da unidade, parte integrante do programa partidário, tentando com isso desviar o país de uma orientação política progressista, inspirando-se talvez em certos modelos da África francófona.

### Cerrar fileiras

A existência destas correntes e a relativa representatividade de que dispunham provocava uma margem de incerteza quanto ao futuro: qual a força real destas tendências, tanto na sua base social de apoio como nas suas eventuais ligações às forças armadas?

A verdade porém, é que, pelo menos desde o passado mês de Maio, se tinha desencadeado uma dinâmica interna contrária a estas posições e tendente a uma clarificação política que haveria de colher os frutos no Congresso de Novembro,

Dir-se-ia que se gerara um movimento de cerrar fileiras em torno do partido, no sentido da fidelidade à herança de Amílcar Cabral. As sucessivas reuniões do CNG (o Conselho Nacional da Guiné, órgão máximo do PAIGC a nível nacional na Guiné-Bissau) vinham reafirmando a linha histórica do Partido; os Comitês de base tinham sido reanimados; nas FARP — Forças Armadas Revolucionárias do Povo — aprofundava-se o trabalho de politização, bem expresso em Agosto na I Conferência das FARP onde se viu o papel das forças militares como braço armado do Partido; as organizações de massas, particularmente a JAAC — Juventude Africana Amílcar Cabral —, ganhavam novo impulso acompanhado de frequentes apelos à mobilização dos jovens. E efectivamente os jovens quadros, tanto civis como militares, vieram a desempenhar um papel importante antes e durante o Congresso: muitos deles foram destacados para o interior do país, percorrendo as bases do Partido e as unidades militares, animando os debates sobre os textos preparatórios do Congresso.

Estas discussões prévias tiveram um grau de participação invulgar (aliás no país respira-se um ambiente de maior liberdade de palavra e de crítica), ao ponto de permitirem estabelecer vastos consensos à volta dos problemas centrais, de tal maneira que as grandes orientações do Congresso se podiam considerar já adquiridas antes mesmo do seu início. O mesmo grau de participação se poderia verificar no elevado número de delegados ao Congresso que tinham sido efectivamente eleitos pelas respectivas bases (só um pequeno número fora designado, sem processo de eleição, por algumas estruturas) e não deixa de ser significativo que num total de 301 delegados se contassem 54% de camponeses, a demonstrar a base popular de que o Partido dispõe desde o tempo da luta.

Quando o Congresso se reúne, de 8 a 14 de Novembro, era bem clara a sua natureza de Congresso «extraordinário»: não se tratava de uma abordagem global dos problemas

políticos e organizativos, mas antes de resolver questões específicas determinadas pela nova situação — adaptar o programa e os estatutos à nova dimensão nacional do PAIGC após a criação do PAICV na cidade da Praia, em 20 de Janeiro, clarificar a orientação ideológica e política, relançar o Partido e eleger uma nova direcção.

### A questão da sigla do Partido

Dentro destes limites, os conteúdos do Congresso centraram-se nalguns pontos mais importantes que poderemos brevemente salientar.

O primeiro deles diz respeito à consciência da crise do próprio PAIGC, como raiz dos desvios políticos que afinal estiveram na origem do Movimento do 14 de Novembro. Ao fazer o diagnóstico dessa crise, o relatório apresentado pelo comandante João Bernardo Vieira (Nino) assume o tom de verdadeira autocritica: «O Partido teve de colocar um grande número dos seus quadros à testa dos organismos estatais criados. Apesar de o Estado ser um instrumento criado pelo Partido para o cumprimento do seu programa, aconteceu que as tarefas do Estado foram adquirindo primazia sobre as actividades partidárias, e os militantes do Partido à cabeça daquele foram-se alheando cada vez mais do trabalho partidário com a consequente degradação da situação política e o aparecimento de tendências tecnocráticas entre os responsáveis do Estado. Deste facto resultou o enfraquecimento constante do trabalho político-ideológico no seio do Partido e das massas». E o relatório enumera as consequências dessa situação: desmobilização popular, vazio ideológico, mau funcionamento das estruturas, absorção do Poder por pequenos grupos, aumento sensível da repressão.

Sendo assim, se a crise político-económica da sociedade guineense se explica em última análise pela crise do Partido, logicamente o I Congresso Extraordinário vai ser o momento de reafirmação do próprio Partido, a começar pela manutenção da sua sigla. Aqui está uma decisão

que é certamente controversa, uma vez que a designação «Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde» já não corresponde à realidade actual e é com fundamento que os cabo-verdianos protestam contra o prosseguimento do nome do seu Estado num partido que agora é só guineense. Todavia, a manutenção da sigla PAIGC tem profundos motivos internos na Guiné-Bissau e exprime o forte e maioritário desejo de salvaguardar a tradição da luta de libertação e a fidelidade aos princípios políticos de Amílcar Cabral, desejo tanto mais importante quanto, como vimos, eram reais as ameaças a essa fidelidade. «Somos e continuamos a ser PAIGC» não é só uma frase de circunstância mas um imperativo da consciência daquele povo.

### O PAIGC e os países socialistas

Contudo, não bastava reafirmar o Partido, impunha-se reesturá-lo e dotá-lo de meios para exercer o seu papel de força dirigente da sociedade, particularmente criando as condições para que se possa materializar a sua supremacia, sobre o aparelho de Estado. Nesse sentido, o Congresso adoptou medidas que visam o reforço político e organizativo das estruturas do PAIGC aos seus vários níveis, prevendo pela primeira vez a criação no âmbito do Comité Central de departamentos destinados a apoiar e controlar as estruturas partidárias e estatais nas diferentes áreas: 1. Defesa e Segurança; 2. Questões Económicas e Financeiras; 3. Ideologia e Supervisão; 4. Assuntos Sociais; 5. Educação, Ciência, Cultura e Comunicação Social; 6. Justiça e Administração; 7. Relações Internacionais.

Este relançamento e reestruturação do Partido veio a par de uma clarificação ideológica que se traduziu numa insistente crítica às correntes nacionalistas e neocolonialistas a que fizemos referência (os seus expoentes foram fortemente criticados no Congresso) mas sobretudo na reafirmação das grandes orientações traçadas pelo 3.º Congresso de 1977, cuja validade e actualidade



não foram postas em causa. No âmbito destas orientações, duas podem ser destacadas, uma relativa à política interna, outra à política externa.

A primeira diz respeito à insistência na prioridade à agricultura, procurando rectificar os erros que levaram ao lançamento de projectos industriais sobredimensionados em detrimento do desenvolvimento rural e do apoio às massas camponesas.

A segunda tem a ver com o reforço das relações com os países socialistas, embora no quadro de uma política de não-alinhamento. Várias críticas se ouviram no Congresso à política externa anteriormente seguida, considerada demasiadamente pró-ocidental, coincidindo com o anúncio de um expressivo auxílio financeiro por parte da URSS. O futuro dirá quais as consequências desta inflexão: a influência dos países socialistas na Guiné-Bissau estava localizada no domínio militar quando à formação de quadros e ao fornecimento de equipamentos e armamento — será que daqui para a frente essa influência irá também pesar no domínio económico? É provável que sim, se atendermos às notícias da adjudicação aos soviéticos da exploração da bauxite e da possível construção de um porto de águas profundas.

Por último, o I Congresso extraordinário do PAIGC procedeu à eleição do novo Comité Central (que substitui o que era anteriormente designado por Conselho Superior da Luta), incluindo o Bureau Político e

o secretário permanente. A escolha de Vasco Cabral para este último cargo, vem apenas confirmar o ambiente político em que o Congresso decorreu e significa a presença de um homem de formação marxista à frente da organização do Partido. Mas em geral, a nova direcção representa um compromisso entre as diversas tendências, numa característica atitude de conciliação, permanecendo o comandante Nino, agora secretário-geral do PAIGC, como o homem que faz a unidade a partir da sua autoridade indiscutível.

Em conclusão, um congresso é sempre um momento privilegiado para a expressão de um discurso político-ideológico. O discurso político do I Congresso Extraordinário do PAIGC foi essencialmente positivo, pela sua orientação progressista e pelo recuperar das melhores tradições do Partido. Só a prática posterior porá à prova o acerto das deliberações tomadas e a capacidade colectiva para ultrapassar a profunda crise das estruturas partidárias e do aparelho de Estado, nas suas dimensões políticas, económicas, sociais e culturais. Tem de se reconhecer que a dinâmica criada tem aspectos prometedores, mas a dureza da situação não permite ver no positivo do congresso uma solução mágica. Os melhores militantes guineenses sentem agora esse desafio de explorar todo o dinamismo que o Congresso suscitou e de manter viva a mobilização colectiva para as pesadas tarefas da transformação social. □

NOVO

tramagal

TT 13/160

6x6

turbo



**EXPERIÊNCIA  
E TRADIÇÃO  
NO CAMIÃO  
MILITAR  
PORTUGUÊS**

O "Tramagal TT 13/160 6x6 Turbo" é uma nova viatura tática todo-o-terreno, concebida para o transporte de pessoal ou carga e própria para operar nas mais difíceis condições.

O novo veículo foi por nós inteiramente projectado (com a colaboração da RVI — Renault Vehicules Industriels) e produzido na linha de montagem do Tramagal, com uma incorporação nacional da ordem dos 60% (apenas o motor turbo — 6 cilindros/155 cv — e alguns outros órgãos mecânicos são fornecidos pela Renault VI).

Cerca de 4000 unidades entregues às Forças Armadas Portuguesas e à República Popular de Angola, autorizam-nos, pois, a afirmar que, no camião militar português, temos longos anos de experiência e tradição.

**MDF** 

Metalurgica Duarte Ferreira, S.A.R.L.

**TRAMAGAL · PORTO  
LISBOA · LUANDA**

## O sarar das feridas



*A viagem do presidente português, António Ramalho Eanes, a Moçambique, procurou fazer enterrar o passado colonial recente. Um futuro de cooperação multilateral, na base da igualdade, oferece-se agora aos dois países*

Augusto Vilela

O simples facto de se tratar do primeiro chefe de Estado Ocidental a visitar oficialmente três países da linha da frente, conferia já um significado muito especial à viagem que o Presidente da República de Portugal efectuou a Moçambique, Zâmbia e Tanzânia. Os três líderes desses países foram mais longe e classificaram-na de «histórica», ao mesmo tempo que dispensavam ao chefe do Estado português um acolhimento caloroso, como calorosa seria a recepção que o povo desses países preparou ao visitante.

Tudo isto aconteceu apenas sete anos depois da queda do fascismo e do colonialismo português, duas faces do mesmo sistema que durante décadas oprimiu os povos de Portu-

gal e das suas antigas colónias.

Ainda há bem pouco tempo os soldados portugueses matavam e morriam em Moçambique. A Zâmbia e a Tanzânia eram oficialmente países inimigos e aí se encontravam as principais bases de apoio aos movimentos de libertação.

Como foi possível tudo isto em tão pouco tempo?

A resposta não será fácil, mas decorre de um facto que a história nunca deixou de provar: os povos nunca são inimigos. São os sistemas, é o imperialismo e o capitalismo selvagem que os conduzem à guerra e à opressão. Outra conclusão é a de que os chamados «ventos da história» em que os ideólogos do fascismo não acreditavam, sopram mais forte e mais depressa do que se

possa pensar.

Portugal reencontrou-se agora com a África num plano de igualdade, de fraternidade e de amizade. O passado colonial foi enterrado, as feridas da guerra estão cicatrizadas. Um futuro de cooperação multilateral, na base da igualdade, do interesse mútuo, do respeito e da não ingerência nos assuntos internos oferece-se agora a estes países, numa complementaridade de interesses que pode representar passos importantes no seu desenvolvimento.

Neste contexto não pode ser ignorado que o general Ramalho Eanes foi o protagonista de uma missão histórica que a breve prazo dará os seus frutos.

Ainda esta a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de 'Africa'...

## Africa<sup>7</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



## Africa<sup>8</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



## Africa<sup>9</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA**  
Av. Principal, Miraflores,  
Lote 117, Loja 6 - ALGÉS  
1495 Lisboa



### Condenação do apartheid

Se às forças progressistas portuguesas, a nível partidário ou não, coube sempre um papel pedagógico e formativo na luta contra o colonialismo antes do 25 de Abril e na perspectivação dos caminhos do futuro após a descolonização, ao chefe do Estado português cabe o mérito de ter assumido, em nome de Portugal, uma posição muito clara e sem equívocos, ao lado dos povos africanos que sofrem ainda a dominação colonial e imperialista.

Apesar de Portugal estar integrado num bloco militar que defende muitas vezes interesses opostos aos dos povos dessa região do Mundo, isso não foi impedimento que o Presidente Eanes tivesse condenado repetidamente, como uma vez mais agora fez, o *apartheid*, o racismo, as agressões armadas contra Angola e Moçambique, e em relação ao complexo problema da Namíbia tomasse uma posição clara ao lado dos interesses justos e legítimos desses povos.

No plano político foi nítida a coincidência de pontos de vista sobre os principais problemas abordados, entre o presidente Eanes e os seus homólogos de Moçambique, da Zâmbia e da Tanzânia.

Todos eles manifestaram ao presidente português o desejo de que Portugal se serva da sua influência — que eles reconhecem existir apesar de ser um pequeno País — para levar as grandes potências ocidentais a promoverem uma rápida solução do problema da Namíbia com base nas resoluções já tomadas nas Nações Unidas.

O presidente Samora Machel, em

carta pessoal dirigida ao presidente Eanes, entregue dias depois pelo embaixador da República Popular de Moçambique em Dar-es-Salam afirma mesmo que Portugal deve assumir a sua posição de «interlocutor privilegiado» do Ocidente para os países da África Austral.

No plano económico as perspectivas de uma cooperação com os países visitados e com outros limítrofes são grandes. Portugal tem um importante conhecimento de África em todos os sectores, e possui uma tecnologia que responde às suas necessidades. Pode participar nos projectos mais importantes dos países africanos sem trazer consigo os germens do neocolonialismo ou da dependência, como frequentemente acontece com as grandes potências industriais.

Há relações tais de complementaridade entre as economias de Portugal e de todos esses países que inclusivamente permitem a realização de planos integrados de grande amplitude.

Os numerosos empresários públicos e privados que acompanharam o presidente Eanes compreenderam isso e foram capazes de discutir cooperação despidos de qualquer preconceito colonial.

A última palavra cabe agora ao Governo português que, não é novidade para ninguém, não ficou muito entusiasmado com a viagem do presidente e com o êxito que ela teve.

Portugal tem agora a oportunidade de se afirmar em África na base de um novo relacionamento com aqueles povos, sem prejuízo do aproveitamento daquilo que de útil se possa encontrar do passado, do contacto de séculos entre dois povos. □

## Hegemonia pela força

*Uma visão global dos focos de tensão no mundo, originados pela política belicista de Washington, revela como há uma real ameaça à paz.*

Luís Rodrigues dos Santos

**U**MA análise isolada de qualquer dos focos de tensão no mundo, pelo seu carácter parcial, não permitiria ir ao fundo do problema, nem definir com mais precisão as origens e os alcances da actual crise internacional. Os acontecimentos estão interligados e têm origem comum. De uma maneira ou outra, todos estão relacionados com a estratégia do governo Reagan e a sua obsessão de restabelecer, pela força se necessário, a hegemonia dos Estados Unidos no mundo.

Pela primeira vez em decénios, regista-se, em latitudes muito distantes, a presença de uma estratégia agressiva global, ditada de Washington. Os governos norte-americanos, mesmo os mais conservadores, como os de Truman e Eisenhower, tiveram o cuidado de colocar na Secretaria de Estado, no Pentágono e na assessoria de Segurança da Casa Branca, funcionários afinados com o pensamento do poder, mas com pontos de vista próprios sobre a linha estratégica. Estabelecia-se, assim, subtilmente, um tipo de vigilância interna, que não deixava o presidente aprisionado a políticas homogêneas formuladas naqueles sectores vitais e sem alternativas a escolher.

Com Reagan, essa situação alterou-se. O general Haig é um belicista fanático, que gosta de brincar às guerras e está a converter o centro mais importante das decisões diplomáticas dos Estados Unidos num laboratório de provocações e planos agressivos. O sr. Weinberger, secre-

tário da Defesa, embora frequentemente em desacordo com os métodos irresponsáveis de Haig, está longe de ser um pacifista e a ele se devem, em grande parte, as pressões exercidas pelos Estados Unidos junto dos governos europeus, que vacilam em se juntar à aventura guerreira de Washington. Richard Allen, assessor de segurança, é conhecido pelas suas posições duras, que em pouco diferem da linha de acção de um Kissinger ou de um Brzezinski. Exerce, além do mais, uma influência ampliada, através do seu genro Roger Fontaine, ambos metidos na formulação da estratégia

de dominação e da qual o chamado Documento de Santa Fé é um resumo apropriado. (Ver edição anterior de **cadernos**)(\*).

Ele próprio um radical de direita, não foi por acaso que o sr. Reagan reuniu essa equipa, que deveria ser, como o é, o cérebro sem contrastes de uma estratégia agressiva que se faz sentir nos quatro cantos do mundo.

### O panorama geoestratégico

O quadro diplomático e militar é, assim, hoje, de uma gravidade indizível e se não fossem certos



Os países comprometidos com a resistência palestina não apoiam o plano Fahd

freios, principalmente entre os temerosos aliados europeus, é possível que já estivéssemos metidos em conflitos graves, precursores de uma guerra atômica total. Vejamos os pontos «quentes» desse projecto geoestratégico norte-americano:

**Europa** — Certas revelações, baseadas em frases pouco claras do presidente Reagan, de que os Estados Unidos consideravam possível uma guerra nuclear limitada à Europa, deixaram de sobreaviso os seus governos e estimularam a mobilização antiguerre que, em todos os países europeus, se transformou num gigantesco plebiscito pacifista. Reagan respondeu a isso propondo aos soviéticos o que se chamou a «opção zero», inicialmente proposta pelo chanceler austríaco, Kreisky, ou seja, que seriam retirados da Europa Oriental os 270 mísseis nucleares soviéticos de alcance médio, os SS-20 — capazes de atingir qualquer país europeu — e os Estados Unidos renunciariam à decisão de instalar ali os 572 mísseis tipo *Pershing* e *Cruiser*. Essa proposta só poderia ser um passo à frente, no bojo de uma negociação global, de nada adiantaria retirar os mísseis da Europa, se os mesmos continuassem farejando as costas norte-americanas e russas, instalados nos navios, aviões e submarinos das duas superpotências.

A importância da proposta de Reagan é, no entanto, de carácter político. É o reconhecimento público das pressões europeias e internacionais contrárias à corrida armamentista nos seus países, estimulada pela Casa Branca. Sem dúvida alguma é uma vitória dos milhões de homens e mulheres que na Europa estão nas ruas, exigindo o fim da corrida armamentista.

A possibilidade de que, a partir da proposta, se abram perspectivas de negociações nucleares globais, é positiva e seguramente será muito estimulada pelos governos europeus. No fundo, desde a sra. Thatcher ao sr. Mitterrand, todos os governantes europeus desejariam ver os seus territórios livres dos mísseis norte-americanos e garantidos, através de tratados diplomáticos, de eventuais represálias soviéticas.

**Médio Oriente** — O facto novo na área é o Plano de Paz do príncipe saudita Fahd (ver quadro). O plano contém pontos positivos. «Isoladamente, qualquer ponto que fosse aplicado seria positivo», disse-nos um líder palestino no Kuwait. «O problema é o que está por de trás, pois conhecemos bem as relações da dinastia saudita com os Estados Unidos».

Os países mais comprometidos com a resistência palestina — Argélia, Líbia, Iémen do Sul, Iraque, Síria — não apoiam o plano. O facto de nos Estados Unidos e Israel a iniciativa de Fahd ter sido rejeitada, pode ser um pequeno saldo positivo para os árabes, ou seja, criar contradições, embora secundárias, entre Telavive e Washington, além de acentuar as diferenças entre Israel e a Europa Ocidental, quase toda ela partidária do plano.

O que está por detrás do plano parece claro: tentar encaminhar pelo lado conservador uma saída para o problema palestino, procurando evitar a solução revolucionária, alimentada e consolidada pela guerra prolongada.

Os israelitas não modificaram a sua linha de acção. Continuam pressionando no Líbano e ocupando as terras árabes. O superfalção ministro da Defesa, general Ariel Sharon, reagiu com a sua costumeira prepotência ao plano: «Os sauditas propuseram oito pontos, de modo que construiremos oito novos colonatos na Judéia e Samaria» (Cisjordânia ocupada).

**Norte de África** — A pressão nessa área é dirigida, prioritariamente, contra a Líbia. Além das manobras da VI Esquadra nas costas líbias (Operação «Estrela Brilhante»), o exército egípcio continua em alerta na fronteira líbia e as provocações sudanesas não cessam. Surgem novas revelações sobre os planos norte-americanos (um deles teria contado com a colaboração dos serviços secretos franceses, ao tempo do governo de Giscard d'Estaing) para assassinar o coronel Kadhafi, que se converteu num alvo prioritário da agressão norte-americana.

**«Operação Estrela Brilhante»** — Na prática, é um ensaio geral de desembarques. Grandes operações aeronavais e terrestres no Egipto, Sudão, Oman e Somália. No caso de uma «guerra nuclear» limitada à Europa ou de uma conflagração global as forças armadas norte-americanas teriam ganho experiência para o projecto de ocupação do canal de Suez, dos poços de petróleo árabes e de transformação do Mediterrâneo numa base anti-soviética.

A recente vitória socialista na Grécia foi um novo obstáculo a esse projecto. «A presença norte-americana na zona do Mediterrâneo constitui uma fonte de tensão na área», declarou o novo primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu.

**Sahara** — Outro ponto de tensão na área é o Sahara. Há sérias ameaças norte-americanas de desembarque na República Árabe Saharaui, para ajudar o rei do Marrocos e dominar militarmente a Frente Polisário. Um membro do governo dessa jovem República, embaixador no México, Bujari Ahmed, advertiu a este respeito: «Isso seria mergulhar essa região numa escalada de sangue e destruição».

**África Austral** — As agressões a Angola continuam. Os sistemáticos bombardeamentos aéreos sul-africanos estão a destruir a infra-estrutura económica do sul do país. O governo racista de Botha tem sido estimulado pela «compreensão» ou o expresso apoio norte-americano.

**América Central e Caraíbas** — Todos os indícios diplomáticos e militares levam a crer que algo de grave pode acontecer. Ocupação militar de El Salvador, incluindo áreas de Honduras e Guatemala, com a conivência dos governos antipopulares que dirigem esses países, bloqueio de Cuba e da Nicarágua, ou também agressão aberta a esses dois países (o assunto é tratado extensamente nesta edição). Depois de uma reunião de consultas e análises, da qual participaram os editores de **cadernos do terceiro mundo** no México e correspondentes de toda a região, foi transmitida à direcção central da revista uma opinião final sobre o quadro político-estratégico

da área: «A posição do México e de países europeus, sobretudo França e Holanda, à aventura está a complicar os planos de Reagan, que também não encontrou apoio expresso na América Latina, a não ser das ditaduras do Cone Sul. Há, no entanto, um perigo real de operações em larga escala».

**Oceano Índico** — Enorme actividade da esquadra norte-americana na região. Aumentado o número de navios de guerra e aviões na base de Diego Garcia. As operações estão coordenadas com manobras navais no sudoeste da Ásia, para pressionar o Vietname.

A Índia formulou sérias advertências a propósito desse aceleramento de planos bélicos na área e, particularmente, do rearmamento do Paquistão, um factor que dificulta qualquer acordo político no Afeganistão, visando a evacuação das tropas soviéticas.

Esse quadro é suficiente para demonstrar que há um projecto militarista impulsionado pelos Estados Unidos e que constitui uma grave ameaça à paz mundial. O pretexto é o mesmo: a contenção do «perigo soviético». A realidade é outra: a decisão do governo Reagan de restaurar o prestígio dos Estados Unidos e a sua decrescente hegemonia no mundo — incluindo a área económica — através de demonstrações de força, de agressões, ameaças militares e até de complotos e assassínatos, como é o caso da conspiração para matar o coronel Kadhafi.

#### O «Plano Fahd»

1. Retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados em 1967, inclusive da cidade de Jerusalém.
2. Desmantelamento de todos os colonatos criados por Israel nos territórios ocupados depois de 1967.
3. Garantia de todas as religiões de poderem, em todos os lugares santos, officiar os seus próprios ritos em plena liberdade.
4. Reconhecimento do direito do povo palestino de regressar à sua pátria e indemnização para aqueles que não quiserem regressar.



O plano Fahd contém alguns pontos positivos



No fundo, até a própria primeira-ministra Thatcher desejaria ver a Europa livre de misséis norte-americanos



Com Reagan, voltou o belicismo

5. Tutela das Nações Unidas sobre a Cisjordânia por vários meses.
6. Criação de um Estado Palestino tendo Jerusalém como capital.
7. Reconhecimento de que todos os Estados da região têm direito a viver em paz e com as suas fronteiras asseguradas.

8. Garantia das Nações Unidas, ou dos seus Estados membros, de que estes princípios serão aplicados. □

\* Richard Allen viria a ser temporariamente afastado, sob a acusação de corrupção. O caso continua ainda envolto num certo mistério.

# DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



## SNEDE

★ Desenvolve a sua actividade de acordo com as modernas técnicas de planeamento, de organização e de gestão. Dispõe de um quadro de técnicos qualificados e treinados no estudo e concretização de Projectos nos Países em Desenvolvimento.

★ Actua tendo em conta, com o realismo, o desenvolvimento das relações económicas com os novos países africanos suas características específicas e as directrizes do seu planeamento económico.

## ESTUDOS e PROJECTOS

★ Realiza estudos e implementa projectos nas áreas de:

AGRICULTURA  
PECUÁRIA  
SILVICULTURA  
PESCAS  
INDÚSTRIA  
CONSTRUÇÃO  
TURISMO

★ Executa trabalhos de organização, planeamento e gestão de empresas e de serviços públicos.

áreas de actividade: Portugal; Cabo Verde; Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe; R.P. Angola e R.P. Moçambique.

**SNEDE** Sociedade nacional de empreendimentos e desenvolvimento económico, sarl

av. fontes pereira de melo, 35-19.º B 1000 lisboa tels. 549043/549739/548177 telex: 13530 SNEDE P

# Os moros anunciam um governo provisório

*Após uma guerra quase desconhecida, mas que dura já há quase 400 anos, os bangsa-moros preparam-se para proclamar a República organizando as bases populares e redigindo uma Constituição*

Beatriz Bissio



Os comandos guerrilheiros controlam boa parte do território em que vivem. O comando (da foto em cima) foi fotografado após ter destruído um tanque filipino. O chefe do grupo chama-se Khadafi e integra o Estado-Maor da guerrilha, cujo presidente é Nur Misuari (na foto em baixo)

**T**ODOS os dias há combates. A nossa luta não aparece nos meios de comunicação internacionais, mas existe e progride. Temos áreas libertadas na maior parte do nosso território e a população está organizada em células políticas e militares, orientadas pela FMLN.

Nur Misuari, presidente da Frente Mora de Libertação Nacional iniciou a sua entrevista a **cadernos do Terceiro Mundo** com esta declaração sobre a luta do povo moro (islâmico) contra a dominação filipina.

Talvez seja esta uma das causas mais ignoradas no mundo. A imprensa identifica muitas vezes a Frente Mora como mais uma organização armada da oposição ao regime de Ferdinando Marcos nas Filipinas. No entanto, Nur Misuari explica que a FMLN diferencia-se nitidamente dos opositores internos de Marcos, mesmo os armados, porque o seu objectivo é a independência da sua pátria.

A FMLN foi fundada em 1968, e, desde então, luta pela autodeterminação e independência do arquipélago que eles chamam «Pátria Bangsa-Mora».

«A nossa pátria — afirma Misuari — foi incorporada no território das Filipinas graças a um tratado assinado pelos EUA, um ano depois do fim da Segunda Guerra Mundial e

através do qual os colonialistas norte-americanos outorgam a independência aos filipinos.»

### Nasce a Frente de Libertação

«Como somos uma nação diferente e independente das outras da região, organizámo-nos como Frente de Libertação Nacional. A existência de um movimento revolucionário não é senão uma reacção à opressão e ao poder colonial». Para Nur Misuari, a fundação da Frente Mora de Libertação Nacional é consequência directa de um massacre onde perderam a vida centenas de jovens moros, em Corregidor, em Março de 1968. Depois dos incidentes, todos os territórios reivindicados pelos moros entraram em convulsão. A inquietação chegou mesmo à comunidade muçulmana de Manila.

«Alguns desses jovens patriotas foram sumariamente executados. Outros foram transportados para Legaspe e daí foram levados em helicópteros para aquilo que as autoridades filipinas chamaram de 'enterro no mar': com ferros amarrados aos pés, foram atirados vivos em pleno oceano».

«Houve, felizmente, alguns sobreviventes que denunciaram o massacre. O próprio Benigno Aquino, do Partido para o Poder Popular (LABAN), a oposição legal nas Filipinas, denunciou o caso a tempo de evitar que outros jovens moros fossem assassinados. Quando esse assunto chegou ao Congresso filipino, organizámos manifestações de protesto. Ficámos acampados durante quatro dias e quatro noites no Parque da Liberdade (assim chamado por ironia da ditadura filipina), diante do Palácio Malakalian, onde funciona o Congresso. Os protestos continuaram, mas Marcos negou-se a ouvir-nos».

«Antes pelo contrário — prosseguiu o dirigente Moro: — para nos insultar, premiou com promoções os oficiais que participaram no massacre». «Nessa época, eu dava aulas de Política Internacional na Universidade das Filipinas», prosseguiu



Existem já hospitais para as populações nas regiões libertadas

Misuari. «As promoções dos assassinos da nossa gente convenceram-nos de que, com manifestações pacíficas, nunca veríamos a justiça chegar. Abandonei a Universidade, e o mesmo fizeram centenas de estudantes secundários e universitários bangsa-moros. Uniram-se a nós às centenas, aos milhares. Chegara o momento de lutar pelos nossos direitos nacionais por outros métodos».

Dessa maneira, a 18 de Março de 1968, foi fundada a Frente Mora de Libertação Nacional, e Nur Misuari foi designado para exercer a Presidência.

### Áreas libertadas

A FMLN reivindica ser a herdeira

das lutas seculares do povo bangsa-moro pela sua autodeterminação. «Todos os dias há combates importantes. O regime filipino impõe um forte bloqueio informativo sobre a nossa luta, mas não pode impedir que crescamos a cada dia que passa», afirma Misuari.

Segundo as suas declarações, a FMLN já controla a maior parte do território bangsa-moro: «Assim o comprovam jornalistas que vieram da Bélgica, França, Grã-Bretanha, Japão e outros países ocidentais». Se os moros não difundiram melhor a sua luta, isso deve-se, na opinião de Misuari, ao facto de que, durante longos períodos de cada ano, as zonas libertadas são de difícil acesso. Por outro lado, as continuas ofensivas das forças armadas filipi-

## Um arquipélago rico em petróleo

O arquipélago Bangsa-Moro compõe-se de centenas de ilhas de diversos tamanhos, mas que formam uma unidade, no sul da actual Filipinas. A maioria dessas ilhas são habitadas e economicamente viáveis, dadas as suas terras férteis e riquezas minerais (ferro, cobre, prata, ouro). As principais ilhas do arquipélago são: Mindanao, Basilan, Sulu (Lupah Sug e Tawi-Tawi) e Palawan. O mar Sulu, cercado pelas ilhas, é um inesgotável potencial de recursos marítimos. A área do arquipélago é de 115 mil quilómetros quadrados, com quase 90% de terras férteis. Todo o petróleo actualmente extraído nas Filipinas está localizado na ilha de Palawan, reivindicada pelo povo bangsa-moro. São extraídos entre 40 e 60 mil barris diários.

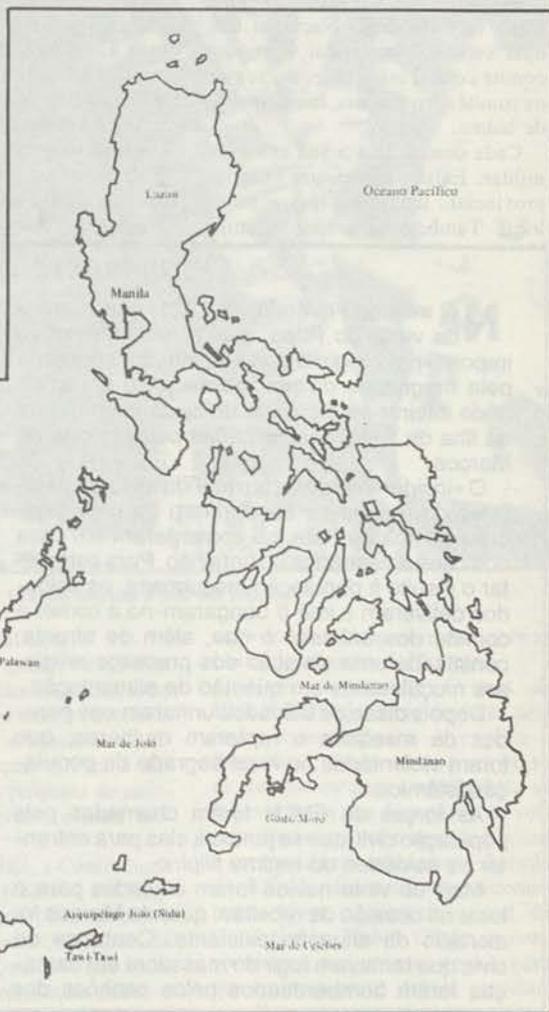
O arquipélago está separado da República do Vietname, a oeste, pelo mar da China. A leste está o oceano Pacífico e, ao sul, o mar das Celebes separa o arquipélago da Indonésia e Malásia (a ilha de Bornéu). Só uma pequena faixa de água separa Bornéu da terra bangsa-moro, e é nessa ilha que, historicamente, os exilados e refugiados políticos moros procuram asilo.

Ao norte do arquipélago está a cadeia de ilhas conhecidas como as Visayas, que fizeram parte do império indonésio Sri-Visayo. Mais ao norte está Lu-

zón. As Visayas e Luzón foram as primeiras regiões a fazer parte das Filipinas, colonizadas pelos espanhóis durante mais de três séculos e pelos norte-americanos durante quase cinco décadas.

Quanto à população, uma estimativa da Frente Mora de Libertação Nacional assinala que há na pátria bangsa-moro 10 milhões de habitantes. Desses, dois milhões e meio seriam colonos filipinos; seis milhões seriam moros muçulmanos, e um milhão e meio moros cristãos ou não muçulmanos. Há, além disso, alguns milhares de estrangeiros que residem nas ilhas, vinculados a actividades económicas e às transnacionais.

O Produto Nacional Bruto do território bangsa-moro é avaliado em 2,5 milhões de dólares norte-americanos, sem contar o comércio invisível entre o povo moro e o Estado de Saba, da Federação da Malásia.



As Filipinas são constituídas por três regiões: ao norte, Luzón; ao centro, as ilhas Visayas (que faziam parte do antigo Império Indonésio) e, ao sul, a terra dos moros: Mindanao, Palawan e Sulu (Tawi-Tawi). Estas últimas ilhas são reivindicadas pela Frente Mora de Libertação Nacional

nas — que usam produtos químicos como o *napalm* e o fósforo branco nos bombardeamentos que executam — tornam também altamente perigosas as visitas de jornalistas em missões.

O presidente da FMLN afirma que «as dificuldades inerentes à guerra, aos massacres, às destruições, fizeram com que até agora a principal actividade da Frente estivesse voltada para a própria luta». No entanto, hoje, já se atingiu uma etapa de desenvolvimento e organização popular que permite passar a uma ofensiva diplomática e política no exterior.

Como organizam a população civil?, perguntámos.

Misuari explica-nos que a Frente Mora de Libertação Nacional tem uma estrutura piramidal, com um comité central no vértice, e a seguir os comités provinciais, municipais e de bairro.

Cada comité tem a sua estrutura militar. Existe, assim, um exército provincial, um municipal e outro local. Também há grupos de mili-

cionos, com actividades paramilitares e um destacamento feminino no exército.

### Pela República

A FMLN começou a organizar estruturas institucionais que, uma vez todo o território libertado, «servirão de base para a organização da República Bangsa-moro». Em 1977, os comités elegeram o Parlamento Nacional, instância superior dos congressos provinciais, que existiam até então. «Todas essas instituições são controladas directamente pelas bases», afirma Misuari. O Parlamento Nacional bangsa-moro já redigiu a lei fundamental do novo Estado. «Quando essa Constituição for aprovada — explica Misuari — instalaremos um governo provisório.»

Interrogado sobre as suas posições ideológicas, o presidente da FMLN respondeu: «Somos no momento uma Frente de Libertação Nacional. Não temos definição

sobre a organização futura do Estado, nem sobre ideologias. Mas a experiência histórica permite-nos prever algumas coisas; as massas não têm lugar no capitalismo».

### Apoio internacional

A Frente Mora de Libertação Nacional é membro observador da Conferência Islâmica. O direito do povo bangsa-moro à independência foi já reconhecido oficialmente pelo Irão, Síria, Somália e pela OLP, e espera-se que haja tomadas de posição similares de outras nações muçulmanas. «Para isso estamos a incrementar a nossa actividade diplomática e política no exterior».

A Conferência Islâmica chegou mesmo a intervir «para evitar o genocídio do povo moro», intercedendo pela autodeterminação das províncias muçulmanas junto do regime filipino. «Por enquanto, a Conferência Islâmica reivindica a nossa autonomia, mas não a nossa independência. Nós aceitamos isso

## O massacre da ilha de Pata

**N**O mês de Fevereiro de 1981, pouco antes da visita do Papa, o bloqueio informativo imposto pelo regime das Filipinas foi superado pela magnitude de um massacre, e o mundo pôde inteirar-se da morte de cinco mil pessoas na ilha de Pata, assassinadas pelas tropas de Marcos.

O «incidente» começou quando as forças militares do regime se apoderaram de uma mesquita na ilha de Pata e a converteram em casa dos cães amestrados do batalhão. Para completar o insulto à população muçulmana, os soldados detiveram o *imã* e obrigaram-no a comer a comida dos animais, o que, além de afronta, constituía uma violação dos preceitos religiosos muçulmanos em questão de alimentação.

Depois disso, os soldados urinaram nas paredes da mesquita e raptaram mulheres, que foram violentadas no local sagrado da população islâmica.

As forças da FMLN foram chamadas pela população civil, que se juntou a elas para enfrentar os soldados do regime filipino.

Mais de vinte navios foram enviados para o local na ocasião da rebelião, quando Marcos foi alertado da situação existente. Centenas de civis que tentavam fugir do massacre em barcas foram bombardeados pelos canhões dos

navios da Marinha de Guerra filipina.

Marcos anunciou oficialmente o envio de 15 mil soldados como reforços das tropas sitiadas pela população. Estes 15 mil homens superavam a população da pequena ilha habitada por pescadores.

«O coronel Fabián, do 31.º Batalhão de Infantaria, e o general Batista foram assassinados pela população. Apenas três soldados conseguiram escapar. Batista era o general mais brilhante do exército filipino e pertencia à IV Divisão», afirma Misuari, presidente da Frente Mora. Os próprios enviados por Ferdinando Marcos dão a cifra de cinco mil civis mortos no massacre. E a ilha foi pulverizada pelas bombas, segundo testemunhos dos próprios soldados.

Perto de dez mil civis, praticamente toda a população da ilha que conseguiu sobreviver, procuraram refúgio nas colinas selvagens de Pata, preferindo a fome a morrer às mãos do exército.

Em fins de Março, o regime de Marcos ainda mantinha a ilha cercada pela Marinha e controlada pela Força Aérea. Teme-se que a população civil tenha morrido de fome nas colinas. Desde então, há um completo bloqueio informativo sobre a situação ali existente. □



A guerra contra o regime filipino já custou aos bangsa-moros 100 mil mortos e 300 mil feridos

como um primeiro passo» dir-nos-ia Nur Misuari.

Na prática, essa medida revelou-se insuficiente. Em Dezembro de 1968 foi assinado o Acordo de Trípoli entre o governo filipino e a FMLN, estipulando a autonomia para a maior parte do território reivindicado pela Frente. Mas o presidente Ferdinando Marcos negou-se a cumprir o combinado e, em Março de 1980, o ministro filipino dos Negócios Estrangeiros, Manuel Colantes, anunciou publicamente que não reconhecia mais a validade do

acordado na capital líbia.

«Participámos, então, na reunião da Conferência Islâmica do início de 1981 para anunciar a nossa determinação de retomar a bandeira da independência, já que os factos demonstraram que a proposta de autonomia não é viável», afirma Misuari.

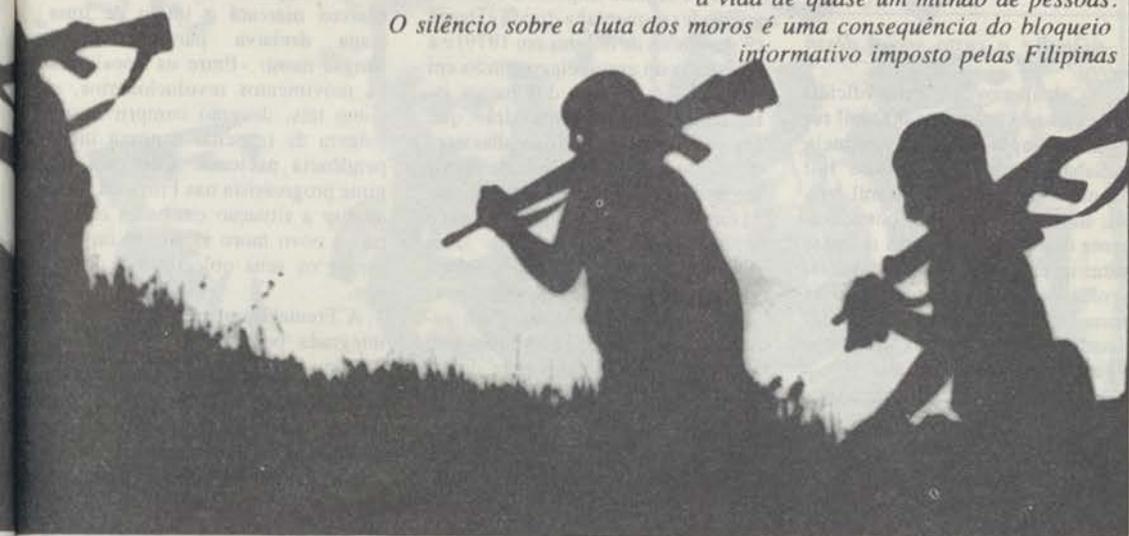
Em Junho de 1981, a Conferência Islâmica voltou a reunir-se em Bagdade. A declaração final pediu à Comissão Ministerial Quadripartida (o «Comité dos Quatro») que redigisse uma nova resolução sobre o

caso do povo bangsa-moro, sobre as bases do Acordo de Trípoli.

«Como o Comité Central da FMLN já havia decidido lutar pela nossa independência — explica o líder moro, — deram-nos um prazo de três meses para consultarmos as bases sobre a sua disposição de voltar a negociar com o regime filipino a autonomia reconhecida no Acordo de Trípoli. Encontrei-me recentemente com o secretário-geral da Conferência, Habib Chatti, e concordámos em aumentar o prazo para que culmine esse debate popular.



*A guerra de libertação dos moros é, seguramente, uma das menos conhecidas em todo o mundo. Mas nem por isso deixa de ser uma guerra trágica. Ela já mudou, violentamente, a vida de quase um milhão de pessoas. O silêncio sobre a luta dos moros é uma consequência do bloqueio informativo imposto pelas Filipinas*



Enquanto isso, continuamos a reivindicar a independência total».

### Todos contra Marcos

— *Qual é o custo social dessa guerra?*

— Calculamos, extra-oficialmente, que existem uns 300 mil refugiados bangsa-moros na província de Sabah, na Malásia. Temos 100 mil mortos e mais de 300 mil feridos; milhares de aldeias completamente destruídas, centenas de mesquitas incendiadas e bombardeadas; escolas, hospitais, mercados e casas arrasadas; sistemas de água contaminados com produtos químicos venenosos; animais dizimados e a

vegetação e as terras das ilhas seriamente afectadas pelo *napalm* e pelo fósforo branco.

Para o regime filipino, o custo da guerra fez aumentar a dívida externa (9,4 milhões de dólares em 1979) e a economia do arquipélago entrou em recessão. A decisão dos países islâmicos (particularmente o Irão, que era um dos seus principais abastecedores) de boicotar a venda de petróleo às Filipinas piora a situação de Marcos e, indirectamente, favorece a luta dos grupos opositores: «Nas ilhas Visayas e em Luzón, foram libertadas extensas áreas pelos grupos armados da oposição, e em outras regiões as tropas de Marcos têm crescentes dificuldades para domi-

nar a situação. Manila é um verdadeiro paiol de pólvora. A desintegração do regime é só uma questão de tempo».

Para Misuari, o fim do regime de Marcos marcará o início de uma etapa decisiva para a pátria bangsa-mora: «Entre os opositores há movimentos revolucionários, e como tais, deverão cumprir a sua palavra de respeitar a nossa independência nacional. Com um regime progressista nas Filipinas, que analise a situação em bases realistas, o povo moro alcançará rapidamente os seus objectivos», declarou.

A Frente Democrática Nacional, integrada pelo Partido Comunista Filipino e pelo Novo Exército Popu-

## Três séculos de luta pela autonomia

**A** guerra dos bangsa-moros pela sua independência tem mais de 300 anos. Eles começaram a lutar no século XVI quando o colonizador espanhol Legaspe invadiu e ocupou duas das três partes que formam o actual arquipélago filipino. Legaspe tentou dominar também a parte sul, habitada pelos bangsa-moros, que eram fiéis ao islamismo, ao contrário do centro e do norte que tinham sido convertidos à força ao cristianismo pelos colonizadores espanhóis.

Antes de Legaspe, o navegador português Fernão de Magalhães, ao serviço da Espanha, tentara-se instalar no arquipélago filipino, em 1531, sem conseguir êxito. Magalhães foi morto, os seus soldados assassinados e apenas um grupo de sobreviventes conseguiu regressar a Espanha. Na época, os moros dominavam os mares em redor das ilhas de Mindanao, Palawan e Sulu, área onde os navios ocidentais não podiam navegar sem autorização.

As tentativas da Espanha para ocupar a parte habitada pelos bangsa-moros desencadearam uma guerra que durou até 1898. Os espanhóis tinham o controlo do norte e do centro, mas nunca conseguiram submeter os rebeldes bangsa-moros. Esta situação prevaleceu até o final do século passado, quando a Espanha, esgotada militar e economicamente, resolveu vender o arquipélago filipino aos Estados Unidos por vinte milhões de dólares. E os moros foram incluídos arbitrariamente na transacção, apesar de não serem dominados pela Espanha.

Os norte-americanos, bem mais fortes mili-

tarmente, conseguiram aquilo que os espanhóis nunca haviam alcançado: a dominação total dos moros. Mas estes continuaram a lutar até ao final da década de 30, quando as forças dos EUA foram obrigadas a abandonar Mindanao. Antes de ir embora, o general Douglas McArthur, na época comandante das tropas norte-americanas, prometeu solenemente: «Hei-de voltar».

Mas antes que ele pudesse cumprir a sua promessa, chegaram os japoneses. A trégua dos moros durou muito pouco, porque meses depois da saída de McArthur, eles já estavam a lutar de novo contra invasores estrangeiros. Na resistência contra os japoneses, os moros receberam ajuda militar dos EUA, que na época procuravam usá-los contra um inimigo comum.

Mas, em 1945, quando o Império Nipónico foi derrotado McArthur conseguiu voltar finalmente a Mindanao, ele não veio reconhecer o direito dos moros à independência — conquistado na dura luta contra os japoneses — mas sim dizer que as ilhas voltariam ao domínio norte-americano. A boa fé dos bangsa-moros fora traída uma vez mais. E não seria a última. Em 1946, os EUA outorgaram a independência às Filipinas, transferindo para o novo país a tutela sobre Mindanao, Palawan e Sulu.

Foi o começo da fase actual da luta de libertação, que teve o seu ponto mais dramático, em 1968, durante o massacre do Corregidor, que deu origem à fundação da Frente Mora de Libertação Nacional.



Embora jovens, estes guerrilheiros são já veteranos numa guerra de libertação que começou no séc. XVIII

lar, tem um programa de 10 pontos que incluem o reconhecimento do direito dos bangsa-moros à autodeterminação. «Isso significa — comenta Misuari — que poderemos estabelecer relações amistosas entre as nossas duas nações (Filipinas e a República Bangsa-Mora) quando estivermos no poder, em vez de nos debilitarmos mutuamente em confrontos». No seu entender, essa unidade revolucionária é muito importante, já que «não só enfrentamos o regime de Marcos, mas também o imperialismo norte-americano, as transnacionais e o Japão, que fornecem a Manila todos os tipos de armamento e assistência. Esta guerra actual é a continuação da luta de quase 400 anos contra o colonialismo. É uma guerra anti-imperialista, de libertação nacional». □



A Força Aérea das Filipinas usa *napalm* contra povoações moras

## E agora a «Bomba C»

*Durante 40 anos, as transnacionais da alimentação formaram um núcleo mais fechado e poderoso do que as «sete irmãs» do petróleo. Elas conseguiram moldar toda a agricultura não socialista do mundo de acordo com os seus planos.*

*Mas agora o esquema começa a entrar em crise porque gerou um número tão grande de famintos que a situação ameaça tornar-se incontrolável. Até a CIA já entrou na questão, que a nível diplomático é designada como a Bomba C, a bomba da comida*

Carlos Castilho

**A** Agência Central de Informações dos Estados Unidos (CIA) intensificou nos últimos meses o seu envolvimento com um tema que aparentemente não tem nada a ver com as tarefas «normais» da organização, e que lhe deram uma triste fama internacional. O novo objectivo da CIA é a alimentação, conforme denúncia publicada pelo jornal mexicano *Excelsior* e confirmada pela revista norte-americana *Counter Spy*, especializada em actividades de espionagem.

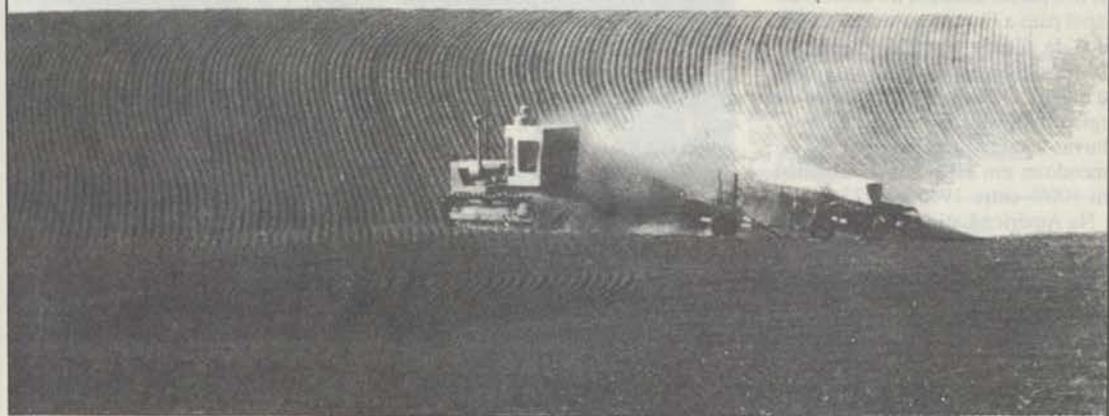
De acordo com as denúncias, o serviço secreto norte-americano estaria preocupado em conhecer detalhes da situação agrícola e alimentar em países como o México, Brasil, Índia, Cuba, Coreia e Paquistão. Embora não existam referências concretas, o novo objectivo da CIA, segue no entanto as linhas gerais do chamado Documento de Santa Fé, (ver último número de **cadernos do terceiro mundo**) onde, entre outras coisas, um grupo de assessores do presidente Ronald Reagan defende a intensificação da «comida como arma» para reforçar a hegemonia norte-americana no mundo.

O problema da alimentação mundial já adquiriu até uma designação nos meios diplomáticos mundiais — a Bomba C (comi-



da) — passando a figurar ao mesmo nível de periculosidade das suas congéneres A (atómica), H (hidrogénio) e N (neutrões). Só que ao contrário das três últimas, a bomba C já mata pelo menos dois milhões de seres por ano, segundo cálculos da FAO (Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação). E os efeitos destruidores da nova arma no arsenal norte-americano não param aí.

Segundo a mesma FAO, 450 milhões de seres humanos passam fome no mundo actualmente. Oitenta e cinco por cento da população do Terceiro Mundo está desnutrida de proteínas. No ano passado houve uma queda de 65 milhões de toneladas no total de alimentos produzidos em todo o mundo, obrigando 25 países a importar 30 milhões de toneladas de comida para evitar a fome em massa. Em 1981, houve



A mecanização irracional provocou um desemprego de 30 a 60% na mão-de-obra rural dos países do Terceiro Mundo

nova queda na produção mundial de alimentos e o número de países que foram obrigados a pedir socorro internacional subiu para 30.

Até agora a explicação oficial dada pelos países ricos para o surgimento da Bomba C era a combinação da falta de comida e escassez de terras, com o crescimento da população mundial. Não haveria assim nenhuma responsabilidade da Europa e dos Estados Unidos nesta situação catastrófica. Mas a realidade parece ser bastante diferente. Não só haveria comida suficiente para alimentar, e bem, toda a humanidade, mesmo ao ritmo actual de crescimento populacional, como também os responsáveis pela montagem da nova arma seriam justamente os europeus e os norte-americanos.

#### Existe comida para todos

Segundo os autores do livro *Food First* («A Comida Primeiro»), se toda a comida existente no mundo fosse distribuída racionalmente, cada ser humano teria à sua disposição um quilo de cereais por dia, o equivalente a quase três mil calo-

rias. É mais ou menos isto que ingerem por dia os povos mais bem alimentados do mundo. A estimativa não inclui, no entanto, outros alimentos nutritivos consumidos por europeus e norte-americanos como leguminosas, frutas, vegetais e carne.

Frances Moore Lappé e Joseph Collins, os autores do livro, tomaram como base para os seus cálculos o Anuário da Produção Agrícola editado pela FAO. Segundo eles, a escassez mundial de comida é um mito, porque na verdade o problema é da distribuição desigual de alimentos provocada pela implantação de um sistema produtivo internacional, orientado por um reduzido número de conglomerados transnacionais, cujo principal objectivo é a rentabilidade.

No momento, cerca de meio bilhão de seres humanos consomem diariamente menos de 1500 calorias, o índice mínimo para a sobrevivência. Na sua maior parte, estes famintos vivem na África, Extremo Oriente e América Latina, justamente as regiões do globo terrestre onde existe mais terra disponível para a agricultura.

Um estudo recente da Universi-

dade de Iowa, nos Estados Unidos, mostrou que apenas 44% de todas as terras cultiváveis do mundo são usadas na produção de alimentos. No caso da África e América Latina, o relatório Rockefeller, apresentado em 1977, afirma que a área cultivada é menos do que 20% do total disponível. Os responsáveis por este desequilíbrio foram apontados pelo Banco Mundial, no estudo *The Assault on World Poverty* (1975).

Após estudar a produção agrícola de 83 países do Terceiro Mundo, o banco controlado pelos EUA afirmou que apenas 3% dos proprietários agrícolas possuem 79% das fazendas com mais de 60 hectares. Além disso, o mesmo estudo revelou que nas grandes propriedades, a produtividade por hectare chega a ser 14 vezes menor do que nas pequenas unidades agrícolas.

Segundo a FAO, o problema não é apenas o desuso da terra, mas também a má utilização da mesma. Na América Central e nas Caraíbas, cerca de metade de todas as áreas cultiváveis produzem carne e grãos para a exportação em lugar do consumo local. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos re-

velou em 1975 que 36 dos 40 países mais pobres do mundo exportavam produtos agrícolas para o mercado norte-americano, ao mesmo tempo que internamente enfrentavam situações críticas de fome e desnutrição.

Na África, as exportações agrícolas dos países situados no deserto de Sahel para a Europa aumentaram no final da década de 60 e começo de 70, quando era mais intensa a seca na região. O Mali, um dos países da região mais afectados pela falta de chuvas aumentou as exportações de amendoim em 50% e a de algodão em 100% entre 1965 e 1972.

Na América Latina, a maior parte da colheita mexicana de grãos é usada para alimentar o gado em vez de ser consumida pela população pobre. E no Brasil, de acordo com o Departamento da Agricultura dos EUA, dados de 1978, um terço da produção de milho foi transformada em ração animal.

Todas estas violentas distorções no sistema mundial de produção de alimentos foram provocadas pela acção das empresas transnacionais que resolveram «especializar» determinados países na produção de determinados alimentos. Para elas, a terra e a mão-de-obra são muito mais baratas na África, Ásia e América Latina, do que nos Estados Unidos e Europa. Assim, certos produtos consumidos no hemisfério norte passaram a ser importados por preços entre 200 a 400% mais baixos, aumentando a margem de lucro na mesma proporção, porque não houve queda sensível nos preços ao consumidor europeu ou norte-americano.

### A Fazenda Global

O grande objectivo das cinco empresas transnacionais que controlam 85% da alimentação mundial é criar o que eufemisticamente passou a ser conhecido entre os economistas como Fazenda Global. Isto é, os países pobres passaram a produzir para o mercado dos ricos, seguindo uma estratégia internacional onde as decisões sobre o que um país africano ou asiático vai produzir são tomadas em Nova Iorque, Londres

ou Amsterdão, sem levar em conta o que os habitantes da nação exportadora vão comer.

As élites governantes na América Latina, Ásia e África aceitaram de bom grado o esquema proposto pelas transnacionais há quase trinta anos, porque ele garantia bons lucros para os fazendeiros e exportadores locais. Os lucros eram infinitamente menores do que os das transnacionais, mas representavam a possibilidade de preservar o controlo político. Assim a sugestão de especializar os cultivos, reduzindo a variedade de alimentos plantados, foi posta em prática rapidamente.

Em meados do século passado, cultivava-se no mundo cerca de três mil espécies vegetais, que em 90% dos países eram consumidas localmente, sem que houvesse registos de mortandades pela fome e desnutrição. Hoje, os técnicos da FAO afirmam que apenas 15 espécies vegetais garantem o fornecimento de 90% dos alimentos consumidos pelo homem moderno. E destas quinze espécies, o trigo, milho, arroz e soja fornecem quase 68% do total da produção mundial.

O esquema centralizador proposto pelas transnacionais foi um golpe mortal na agricultura de subsistência. Com isto, a população pobre do interior foi obrigada a entrar no mercado de compra e venda de alimentos, onde os preços são controlados pelas Bolsas de Londres e Chicago. Assim, países como El Salvador, Honduras, Costa Rica e Guatemala passaram a produzir pepinos e frutas para o mercado norte-americano. As exportações «não tradicionais» destes países passaram de 40 milhões de dólares, em 1972, para 210 milhões em 1980, e hoje já ocupam quase 20% da área total cultivada. Só que segundo o livro **World Agribusiness**, de Ray Golberg (1974), quase 65% destas exportações não tradicionais, oriundas da América Central, vão para o lixo ou servem para alimentar cães e gatos nos Estados Unidos, porque o mercado local fica periodicamente saturado destes produtos. Em El Salvador, Guatemala, Costa Rica, e Honduras, o camponês pobre não tem que comer.

No México, cinco firmas norte-americanas invadiram a agricultura local com créditos fáceis para produzir morangos, que os novaiorquinos comem em pleno Inverno. Áreas enormes foram transformadas em canteiros, enquanto eram abandonados cultivos como milho e feijão. E os cultivadores mexicanos sem sequer têm acesso às sementes. Elas vêm directamente dos EUA, que controlam assim a economia de, pelo menos, 400 mil mexicanos cuja vida depende das plantações de morango.

No Senegal, um país submetido à fome e secas crónicas, um jacto Jumbo parte três vezes por semana para a Europa carregado de morangos, melões, tomates, pepinos e vagem verde. Do Bangladesh, os europeus importam largas quantidades de sorgo para alimentar as vacas do Mercado Comum, enquanto exportam trigo e arroz para matar a fome de milhares de bengalis.

Os ganadeiros da Costa Rica exportaram, em 1975, cerca de 120 mil toneladas de carne para os Estados Unidos, enquanto o consumo local caía em 40%. E na Colômbia, a empresa norte-americana **Ralston Purina** montou um vasto complexo para a criação de galinhas e produção de ovos. Em dez anos, a área cultivada com feijão e milho ficou seis vezes menor, sendo ocupada com plantios destinados à fabricação de rações avícolas. Hoje, a Colômbia é um dos maiores exportadores de ovos do hemisfério, mas em compensação um quarto da população paga pela dúzia de ovos, mais do que uma semana de salário, ou seja doze vezes mais do que antes da chegada da **Ralston Purina**.

### Chicago decide quem come

Ao aceitarem o esquema da especialização agrícola, os países do Terceiro Mundo tornaram-se ainda mais dependentes da Europa e Estados Unidos. Os preços dos principais produtos de exportação oscilam em função das cotações das bolsas de Londres e Chicago. Aí, a especulação e o lucro são as leis máximas. Assim um país que resolve plantar



Muitos países pobres abandonaram a cultura diversificada e passaram à monocultura. O resultado foi a fome, pois os produtos exportados baixaram de preço, enquanto os produtos importados ficaram absurdamente mais caros

feijão, por exemplo, quando o preço está alto, descobre que este mesmo preço caiu na colheita, devido à superprodução, porque muitos outros resolveram fazer a mesma coisa. O funcionamento do mercado passou também a ser o monopólio de uns poucos especialistas que manipulam informações e tendências, enquanto a totalidade dos produtores são marginalizados e impotentes diante do jogo das cotações. Resultado: deixa-se de produzir alimentos para o consumo local, «apostando» em lucros futuros no mercado internacional. Alguns têm êxito, mas segundo a FAO 2/3 dos países pobres exportadores de grãos perdem sempre nas suas «apostas» em Chicago.

Deste modo, os que já tinham pouca comida, ficam em situação ainda pior porque não têm dinheiro para importar o que deixaram de cultivar. O Mali é um caso típico na África. O rebanho local era de 600 mil cabeças em 1955, quando a carne entrou em alta no mercado mundial. Os criadores malianos, estimulados por créditos externos, investiram firme, e o rebanho passou a sete milhões de cabeças em oito anos. Nos anos 70 a carne entrou em baixa e os prejuízos acumularam-se. Mas o pior aconteceu no momento em que o Mali começou a enfrentar uma longa seca. Quando o rebanho era pequeno, os poços de



água eram suficientes para o gado. A vegetação também sobrevivia à seca periódica. De repente, sete milhões de bois e vacas aglomeraram-se em torno destes mesmos poços de água. Resultado: mortandade maciça e destruição total da cobertura vegetal. Os bois comeram até as raízes da relva e o que sobrou foi terra árida, perdida para sempre para a agricultura.

A especialização agrícola teve também duas outras trágicas consequências muito pouco mencionadas na imprensa mundial: o mito da mecanização agrícola e a dependência mundial das sementes. Os tratores e as ceifadoras são uma espécie de símbolo do progresso e desenvolvimento. No entanto, de 30 a 60% da

mão-de-obra rural dos países pobres perdeu os seus empregos com a chegada das máquinas nos últimos 40 anos. Desemprego significa ausência de salário, e sem salário não se pode comprar comida em países onde a agricultura de subsistência passou a ser estigmatizada como retrógrada. E pior: ficou provado que a mecanização é ineficiente em muitos lugares. Na Índia, por exemplo, os técnicos chegaram à conclusão de que um arado puxado a boi é mais eficaz que um trator, que consome petróleo importado. Mas os fazendeiros indianos fazem questão de exibir vistosos tratores comprados ao crédito fácil fornecido pelos fabricantes norte-americanos e europeus.

No caso das sementes, duas transnacionais controlam 55% do fornecimento mundial de variedades híbridas que passaram a ser adotadas em larga escala depois do surgimento da chamada «revolução verde». Esta revolução baseia-se na alta produtividade de sementes tratadas geneticamente para terem alta produtividade e grande resistência a pragas. Houve uma corrida mundial na procura destas sementes fornecidas com exclusividade pela *Pioneer Hy-Breed International Inc.* e pela *DeKalb Ag Research*, e seis outras firmas menores. A procura foi tão grande, que muitos países simplesmente abandonaram as variedades locais, como foi o caso do milho.

A uniformidade dos cultivos, bem como a preferência por uma única variedade dentro de espécies vegetais como o milho, tornaram a agricultura mundial vulnerável a grandes epidemias. Em 1974/75, 200 mil hectares de arroz foram destruídos na Indonésia por uma praga desconhecida. Em 1972, as Filipinas perderam pelo mesmo motivo 3/4 das plantações de arroz e sorgo, enquanto que em 1970, na Zâmbia, houve uma verdadeira tragédia, quando toda a colheita de milho foi perdida devido a um fungo

misterioso. Além disso, os países pobres ficaram dependentes do fornecimento de pesticidas exportados por fabricantes europeus e norte-americanos.

#### A arma da comida

Todo o mecanismo de controlo começou a ser montado na década de 50 nos EUA, e nos anos 60 na Europa. Os norte-americanos avançaram com o famoso «acordo do trigo». O esquema era simples.

Como havia superprodução nos Estados Unidos e interessava aos fazendeiros norte-americanos manter os preços elevados no mercado internacional, o trigo começou a ser vendido a países do Terceiro Mundo sem necessidade de pagamento em dólares. Os países importadores de trigo norte-americano pagavam em moeda local, que ficava à disposição de organismos oficiais dos EUA. O «acordo do trigo» fazia parte da fa-

mosa Lei pública 480, através da qual os contribuintes norte-americanos foram convencidos de que estavam a ajudar os países pobres, enquanto os importadores deixavam de produzir localmente aquilo que podiam comprar barato aos EUA.

Os mitos sobre a lei 480 foram



**Durante 40 anos os EUA obtiveram ganhos altíssimos com a centralização da agricultura mundial. Mas hoje chegou-se a um ponto crítico: O lucro das transnacionais cresce menos do que o número de famintos no mundo**



muitos. Primeiro, uma boa parte das exportações ditas assistenciais nunca chegaram aos estômagos de quem realmente necessitava. A revista *Foreign Policy*, edição do Verão de 1977, aponta casos incríveis de desvio de alimentos no Bangladesh entre 1975 e 1976. O mesmo foi denunciado por outras fontes em relação a países como o Alto Volta, Índia, Haiti e Tailândia. Em segundo lugar, as reservas em moeda local acumuladas pelos exportadores norte-americanos serviram para financiar a implantação de novos projectos agrícolas e industriais dos EUA.

O mesmo aconteceu em escala menor com o Mercado Comum Europeu, que a partir de 1967 começou a exportar leite em pó e manteiga a preços subsidiados para países africanos. Actualmente a CEE fornece 30% dos cereais, 50% do leite em pó e 100% da manteiga vendida ao Terceiro Mundo. Exportando estes produtos mais baratos, os europeus e norte-americanos conseguem manter os peões elevados no hemisfério norte e destruir a auto-subsistência no hemisfério sul, que passa também a ficar dependente no terreno financeiro.

A venda de trigo barato mudou os

hábitos alimentares de muitos países, nomeadamente na Ásia. Muitos indonésios trocaram o consumo tradicional de arroz pelo pão e massas. O mesmo ocorreu na Tailândia, Malásia, Filipinas e na maioria dos países da área. Resultado: as transnacionais norte-americanas ficaram com uma arma importantíssima na mão, porque poderão cortar os fornecimentos de trigo a qualquer momento, jogando politicamente com este factor. O mesmo acontece agora com o pepino de El Salvador, o morango mexicano, a carne da Costa Rica, a soja brasileira, o melão do Senegal, o sorgo do Bangladesh, etc., etc. Os Estados Unidos e a Europa podem comprar a mais de um fornecedor. Mas o México, Senegal, Bangladesh, Honduras e Guatemala têm um único comprador. Se este deixar de importar, surge o caos e a desorganização da economia agrícola. E mesmo que deliberadamente algum governo decida enfrentar estas consequências, a reorganização da economia rural será traumática, porque as bases da produção alimentar foram tão alteradas que, em muitos casos, como por exemplo no rebanho de gado do Mali, já não há retorno possível.

No momento, os especialistas norte-americanos acreditam que o esquema mundial da especialização está a chegar a um ponto crítico. Ele rendeu bons lucros durante quase 40 anos, mas agora o acréscimo do número de famintos começa a tornar-se politicamente perigoso. A multidão de desnutridos na África começa a ser incontrolável por governos que até agora foram aliados dóceis e incondicionais da Fazenda Global. Na América Latina, a desorganização agrícola multiplicou o fenómeno do êxodo rural, da migração para as cidades e o aumento de desempregados urbanos. O crescimento demográfico aumentou assustadoramente o número de pessoas vivendo nos limites mínimos da sobrevivência. O que atemoriza a Casa Branca não é a existência de famintos. Estes sempre existiram. O que começa a causar preocupações é o aumento do número dos que não têm comida. Eles formam o rastilho, a carga explosiva e também as vítimas da Bomba C. E o que a CIA aparentemente quer saber é até que ponto Reagan pode manipular esta bomba, sem que ela acabe por explodir nas suas mãos.

□



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245  
Luanda — República Popular de Angola

# COMUNICAÇÃO

«Cadernos do Terceiro Mundo»  
recebe  
Prémio Herzog  
de  
amnistia  
e  
direitos humanos



A equipa de **cadernos do terceiro mundo** recebeu Menção Especial do júri do III Prémio Herzog de Amnistia e Direitos Humanos, em reconhecimento pelo «esforço em defesa dos direitos humanos na perspectiva dos países subdesenvolvidos». O Prémio, uma reprodução de um painel do artista gráfico Elifas Andreato — retrata a prisão, tortura e morte de Herzog, num organismo da repressão em São Paulo, foi entregue em sessão realizada na noite de 27 de Outubro no auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

O Prémio Jornalístico Vladimir Herzog foi instituído em 1979 pela Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Amnistia e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em recordação do assassinato do companheiro Vlado, no DOI-CODI, em São Paulo, a 25 de Outubro de 1975.

O objectivo é premiar as melhores reportagens, fotografias e ilustrações jornalísticas de publicações periódicas e reportagens de rádio e TV divulgadas cada ano no Brasil no período de Outubro a Outubro. Este ano, o Prémio foi otorgado a 31 trabalhos apresentados. **cadernos**

**do terceiro mundo** recebeu menção especial juntamente com a Oboré Editorial, que publicou o jornal *O Metalúrgico*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A Comissão Atribuidora do III Prémio Herzog foi formada pela Federação Nacional dos Jornalistas; Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Amnistia; Comité Brasileiro de Amnistia-P.S.; Associação Brasileira de Imprensa — secção S.P.; Comité de Solidariedade aos Povos Latino-americanos (CBS); Ordem dos Advogados do Brasil — secção S.P. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Como membro efectivo da Comissão Atribuidora, participou na entrega dos Prémios Clarice Herzog, viúva de Vlado que, juntamente com os seus dois filhos, move uma acção contra o governo federal responsabilizando-o pelo assassinio brutal do seu marido.

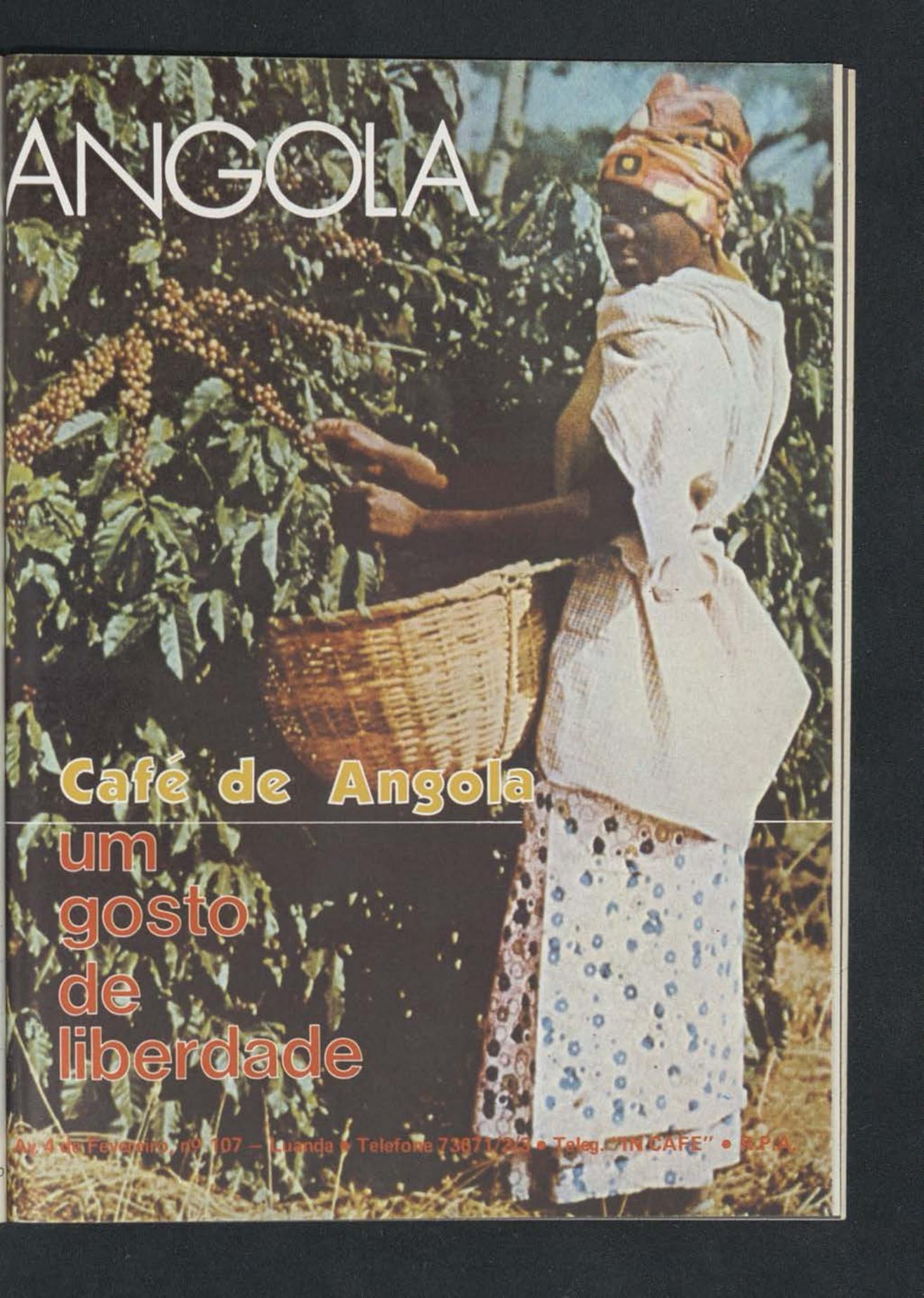
Entre os trabalhos premiados este ano, figuram reportagens em defesa de camponeses expulsos de suas terras no interior brasileiro, denúncias de massacres de rezeiros e de in-

dios no Brasil Central, e denúncias de repressão por forças conjuntas dos países do Cone Sul.

A Sessão de entrega dos prémios contou com a presença de representações de exilados políticos latino-americanos no Brasil e de uma delegação das Mães da Praça de Maio, mulheres argentinas que reclamam às autoridades o paradeiro dos seus filhos desaparecidos. Encerrando a sessão, todos os presentes leram em coro a «Declaração de Compromisso de Luta Pelos Direitos Humanos».

## Congratulações

Enviaram congratulações à equipa de **cadernos do terceiro mundo** pela atribuição do Prémio Herzog de 1981, os seguintes deputados brasileiros; Fernando Moraes, vice-líder PMDB-SP; Audálio Dantas, PMDB-SP; os ex-deputados (cassados) Evaldo de Almeida Pinto, Dorival de Abreu, David Lerer; o advogado de presos políticos Idibal Almeida Piveta; o ex-governador Leonel Brizola, da Executiva Nacional do PDT; o prof. Euzébio Rocha, da Executiva Nacional do PDT; o prof. Márcio Almeida, da Regional do PDT-SP.

A woman wearing a headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe beans.

# ANGOLA

**Café de Angola**  
um  
gosto  
de  
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • S.P.A.

*UM INSTRUMENTO PARA  
O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA  
NACIONAL*



DNPP



## Argentina

### O povo, de novo, na rua

A «marcha pela paz», pão e trabalho convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) reuniu mais de cinquenta mil pessoas e constituiu a mais importante manifestação pública contra a política do governo militar argentino desde o golpe de 1976.

A marcha foi um êxito nos meios políticos e sindicais, tanto para a CGT — que a cinco anos da sua desarticulação pelo regime mostrou que retoma a capacidade mobilizadora. — como para a Igreja, que volta a tornar-se um dos centros de acção política directa.

Para a União Cívica Radical, esta e outras manifestações demonstram que em breve se poderá dar uma explosão social se o governo militar não souber (ou quiser) reencaminhar o país para a democracia.

À frente da marcha estiveram dirigentes sindicais, jovens sacerdotes-operários da cintura industrial da grande Buenos Aires — seriamente afectada pelo desemprego. — e políticos peronistas e dos restantes agrupamentos políticos com núcleo na «Convocatória Multi-partidária», que pedem o retorno à normalidade democrática.



A manifestação demonstrou o repúdio das classes trabalhadoras pelo programa económico do regime militar, responsável por uma inflação de 140% ao ano, e mais de um milhão e trezentos mil desempregados e sub-empregados numa população activa de 11 milhões de habitantes.

## O candidato governamental triunfa em Bangladesh

Os resultados fornecidos pelo governo deram a vitória ao candidato governamental nas eleições realizadas em Novembro no Bangladesh. O principal partido da oposição, Liga Awami (ver **cadernos terceiro mundo** n.º 38), já manifestou a sua desconfiança, quanto à veracidade dos resultados e planeia a realização de manifestações de protesto em todo o país, para denunciar o que qualifica como fraude.

Com 5 milhões de votos dados ao seu candidato, Kamal Hossain, a Liga Awami consolidou-se como a principal força de oposição no país. Choques, inclusive armados, entre militantes da Liga Awami e do Partido Nacional do Bangladesh (BNP), no governo, caracterizaram a campanha eleitoral, que teve um elevado número de mortos e feridos.

As perspectivas de uma possível estabilização do panorama político não estão muito claras. Alguns observadores locais calculam que os 14 milhões de votos dados ao BNP e ao seu candidato — o presidente interino Abdus Sattar — dão ao partido do governo uma boa base para o começo da sua gestão. E lembram que os dois contam, além disso, com o apoio do exército

que, de maneira velada, ameaçara retomar o poder, caso o resultado eleitoral fosse adverso ao Partido Nacional.

Mas se no plano político o governo conta com alguma base, as dificuldades económicas podem levá-lo a um rápido desgaste. O FMI anunciou recentemente que não libertará a parcela seguinte do empréstimo de 200 milhões de dólares concedidos no ano passado ao país (um dos 23 mais pobres do planeta). Durante o biénio 1980-81 houve no Bangladesh um grande défice orçamental de aproximadamente 330 milhões de dólares, sem que fosse, paralelamente, limitada a expansão do crédito.

Segundo um estudo oficial, o desenvolvimento económico não sofreu melhorias no primeiro trimestre do ano financeiro (de Julho a Setembro) e a situação tende a agravar-se. Dentro do esquema vigente, é bem difícil que haja alguma mudança a médio prazo. Apenas reformas de base, como as que propunha a Liga Awami no seu programa (orientação de crédito, por exemplo), poderiam alterar a situação. Dessa maneira, é no plano económico que o governo poderá sofrer os seus primeiros insucessos, levando-o a um rápido desgaste.

## Angola

### Mercenários atacam

#### Refinaria de Luanda

Um grupo de mercenários brancos, a soldo da África do Sul, atacou, na madrugada de 30 de Novembro para 1 de Dezembro, a refinaria da Petrangol, sita num dos arredores da capital da República Popular de Angola. O incêndio provocado pelo rebentamento de cargas explosivas colocadas em zonas de armazenagem da refinaria, deixou fora de uso a torre de destilação e as esferas para o gás de petróleo liquefeito, mas a unidade de tratamento de fracções leves dos petróleos e as instalações de engarrafamento de gás não foram afectadas.

A refinaria da Petrangol, com 1,5 milhões de toneladas de capacidade, emprega 600 trabalhadores e garante as necessidades de abastecimento interno. A destruição desta refinaria — a única no país — teria causado graves problemas à República Popular de Angola, provocando nomeadamente a interrupção dos abastecimentos ao exército que combate as forças racistas na frente sul. A pronta e eficaz intervenção dos bombeiros evitou que as chamas — que lavraram incontroladas durante doze horas — se propagassem à totalidade das instalações e passassem para outras zonas da cidade.

Em conferência de Imprensa dada em Luanda, no dia seguinte, pelo ministro do Petróleo, Pedro Van Dunen, este membro do gabinete angolano denunciou o atentado como «uma sabotagem organizada pela África do Sul, utilizando um grupo de mercenários brancos, que chegou ao local por via marítima, provavelmente deslocando-se de submarino».

A refinaria de Luanda, alvo do ataque dos mercenários. Para além dos militares, os objectivos económicos de Angola continuam sob a mira da África do Sul.

Comprovando as suas afirmações, Van Dunen mostrou aos jornalistas o cadáver de um soldado branco, mochilas militares, cargas explosivas de grande potência, granadas e pistolas de vários tipos, material de rádio, panfletos de propaganda do bando fanteche UNITA, e papéis redigidos numa das línguas oficiais dos racistas sul-africanos — o *afrikaans*.

Segundo o ministro Van Dunen, o governo angolano tomou imediatamente medidas para que o abastecimento das populações não fosse afectado, importando os produtos refinados para tanto necessários.

O bando fanteche, UNITA, cujo cabecilha, Jonas Savimbi, se encontrava nos EUA, reivindicou, simultaneamente em Lisboa, Paris e Washington, a autoria do atentado, enquanto o regime racista de Pretória se deu ao trabalho de produzir o esperado e habitual desmentido.

Ocorrido poucos dias depois do golpe-de-mão dos mercenários sul-africanos no aeroporto de Vitória, nas Seychelles, e a distância relativamente escassa no tempo, do atentado cometido contra o porto moçambicano da Beira, este acto de terrorismo indica que a África do Sul decidiu intensificar os seus crimes contra a economia dos países progressistas, não lhe bastando já as frequentes agressões armadas que desencadeia contra os Estados que apoiam a luta de libertação nacional na ponta austral do continente. Pormenor curioso: apesar de todos os seus desmentidos, os próprios racistas de Pretória fornecem elementos concludentes sobre a ligação existente entre os exploradores que dominam a política e a economia do regime de «apartheid» e estes actos de terrorismo. Na verdade, fonte bem informada de Joanesburgo revelou à AFP que o mercenário morto nas Ilhas Seychelles era filho de um grande industrial sul-africano, Johan Fritz, director de um dos ramos do poderoso grupo mineiro «General Mining».



## Portugal

### Ataques à Líbia

#### Têm origem em Washington

□ Alguns órgãos de comunicação social portugueses lançaram-se, nos últimos dias do passado mês de Novembro, em campanha de calúnias contra a Jamahiriya Árabe Líbia, ocorrendo ao sinal de chamada emitido pela revista norte-americana Newsweek. O pretexto é o de que esse Estado progressista afro-árabe, que garante emprego a cinco mil trabalhadores portugueses e tem negócios com diversas empresas de Portugal, estaria «envolvido em actos terroristas» neste país.

Jornais fascistas, outros de direita, outros simplesmente sensacionalistas promovem uma campanha que visa sacrificar os interesses de Portugal para colocar o «País de Abril» na cola dos círculos mais agressivos de Washington, os quais procuram isolar o regime líbio criando assim condições para mais facilmente o abater.

Mas uma leitura atenta dos discursos produzidos por toda essa imprensa mostra que, além dos interesses reaganistas, se movem outros objectivos de política interna portuguesa e outros ainda que visam sobretudo a República Popular de Angola, cuja capital acolheu a conferência de solidariedade afro-árabe.

Replicando à chuva de grosseiras acusações, o Bureau Popular da Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista em Lisboa, emitiu um comunicado, no qual afirma que «não existe qualquer verdade nos artigos publicados nalguns jornais portugueses». E o comunicado prosseguia: «Estes artigos mais não são do que meras mentiras maliciosas e rumores gerados pela máquina de propaganda imperialista — especialmente a imprensa controlada pelos EUA — num vil atentado para criar uma atmosfera de instabilidade e insegurança, não só para com a Jamahiriya Árabe Líbia, mas também entre o povo português amigo e o seu governo e o povo líbio.»

O comunicado terminava, denunciando que tais calúnias «são parte integrante de um plano mais vasto, arquitectado pela administração dos EUA, para desacreditar a Líbia e o seu líder revolucionário, numa altura em que Washington tenta desesperadamente infligir um desaire político contra a Líbia e os seus países amigos no Ocidente».

# Conosco



## A Velocidade O Conforto A Hospitalidade

#### Horário de Inverno

1 de Novembro a 21 de Março de 1982

Moscovo	Frankfurt	Lisboa	Havana
partida	chegada	partida	chegada
SU 337 08.00*	-	10.40*	-
SU 331 19.40**	20.55	22.15	00.20
		02.20	06.55***
Havana	Lisboa	Frankfurt	Moscovo
partida	chegada	partida	chegada
-	-	SU 338 11.55'	20.20*
SU 332 18.15***	07.50	09.05	12.50
		14.15	19.20****

O horário corresponde às horas locais  
\* terça-feira    \*\* sexta-feira  
\*\*\* quinta-feira    \*\*\*\* sábado

**АЭРОФЛОТ**  
Soviet airlines

## Namíbia:

### A posição da «Linha da Frente»

□ A reunião a nível ministerial dos países da Linha da Frente realizada em Dar-es-Salaam, Tanzânia, nos dias 17 e 18 de Novembro, reafirmou que «a resolução 435 das Nações Unidas é a única base para uma solução negociada na Namíbia».

Os participantes na reunião insistiram na necessidade da Namíbia se tornar independente até ao final de 1982, e consideraram a África do Sul «causadora do atraso no processo de independência e factor de desestabilização na zona».

Estiveram presentes no encontro os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da Linha da Frente, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, e delegados do Quênia e da Nigéria.

Depois de um profundo e extenso debate sobre as propostas ocidentais para o caso da Namíbia, a reunião decidiu redigir um documento com as principais definições dos países da Linha da Frente, o qual já foi entregue aos representantes do «Grupo de Contacto», isto é, os países ocidentais que estão a actuar como mediadores junto do regime de Pretória.

A reunião teve em conta os pontos de vista do presidente da SWAPO, e assinalou que «o processo de independência deve ser supervisionado pela ONU salvaguardando-se o direito do povo da Namíbia a escolher o seu governo e constituir-lo, sem qualquer espécie de discriminação».

A Linha da Frente também reiterou o seu apoio a Angola e voltou a exigir o respeito e a defesa da soberania e integridade territorial daquele país. É possível que, segundo o desenrolar da situação na África Austral, seja convocada em breve uma conferência cimeira de chefes de Estado dos países da Linha da Frente.

## Cimeira de Fez: A paz Saudita em suspenso

□ Talvez que a consequência mais significativa da Cimeira Árabe de Fez tenha sido o fracasso da aspiração da coroa saudita em assumir a liderança na região apoiada no seu poderio económico.

A conferência de chefes de Estado da Liga Árabe realizou-se no dia 25 de Novembro na centenária cidade marroquina e foi interrompida passadas apenas sete horas de deliberações, tendo-se convertido na mais curta das conferências da organização. O tema de fundo da reunião era o exame do «Plano Fahd», assim denominado em alusão ao seu promotor, o príncipe herdeiro da coroa saudita e homem forte do regime.

Na realidade, o plano apresentava-se, em linhas gerais, como uma fórmula intermédia entre os acordos de Camp David — esses manifestamente contrários aos interesses palestinos — e as reivindicações tradicionalmente manifestadas pela OLP.

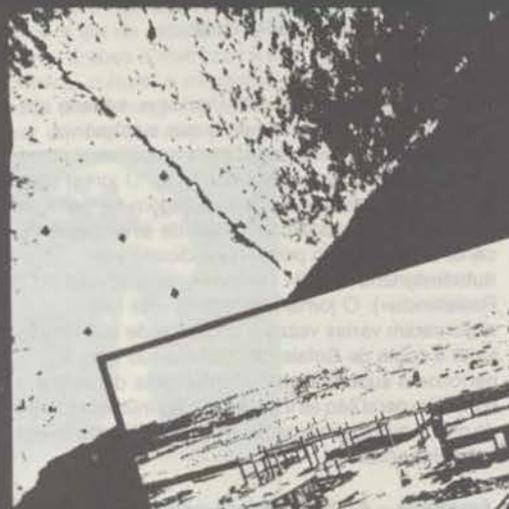
De facto, o plano incluía nos seus oito pontos muitas dessas reivindicações (ver artigo nesta edição, «A hegemonia pela força») mas o seu aspecto mais controverso consistia em colocar o reconhecimento de Israel por todos os Estados da região. A alusão ao Estado israelita era indirecta embora muito clara no ponto sete que postulava o «reconhecimento de todos os Estados a viver em paz e com fronteiras seguras».

A aspiração saudita consistia em obter um certo consenso das nações árabes mais influentes a fim de poder levar os Estados Unidos a aceitar uma negociação que, por implicar implicações por parte de Israel, esta só poderia vir a aceitá-las no caso de Washington estar decidido a impôr-se-lhe.

O plano Fahd é coerente com a política dos governos conservadores da região de procurar conciliar os seus interesses com os dos EUA, daí que os governos progressistas árabes, como a Argélia e a Líbia, o tenham criticado o que levou a que os seus respectivos chefes de Estado não tenham estado presentes em Fez. Mais difícil era a posição da OLP que necessitava do apoio de todos os Governos árabes e em particular do apoio da potência financeira saudita: teve de adoptar uma posição de equilíbrio. O líder palestino Yasser Arafat, que esteve presente em Fez, defendeu a posição de que o plano Fahd podia ser visto como uma boa base de partida, mas que nem todos os seus pontos podiam ser considerados como satisfatórios. Determinante para que aquela proposta saudita recebesse um mínimo de aceitação e se pudesse converter numa plataforma para todas as negociações sucessivas era a posição do Governo sírio, país chave tanto pela sua posição geográfica como pela sua presença militar no Líbano.

Foi essa a razão pela qual os sauditas intensificaram, até ao último minuto, as suas pressões sobre Damasco com a esperança de persuadir o presidente Hafez el Assad a participar na Cimeira. Mas Assad não cedeu e a sua ausência determinou o fracasso da cimeira, por falta de representatividade.

Tecnicamente, segundo o precisou o anfitrião, o rei Hassan II de Marrocos, tratou-se de uma suspensão. Com efeito, ainda que decepcionados, os sauditas esperam ainda fazer valer o seu peso económico e lograr vencer as resistências de Damasco. Ainda que esta primeira tentativa tenha culminado numa «escorregadela» e na consolidação da Frente de Firmeza.



## INSTITUTO DE SOLDADURA

O Instituto de Soldadura é uma instituição privada sem fins lucrativos criada em 1965 para o Progresso da Tecnologia da Soldadura. O acompanhamento de grandes projectos industriais e a obtenção de conhecimentos através de ligações internacionais, proporcionaram ao Instituto de Soldadura, alargar as suas actividades aos campos do **CONTROLE DE QUALIDADE, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO.** No seu quadro técnico figuram 50 Engenheiros dos quais 12 pós-graduados em Universidades e Institutos estrangeiros, nos vários campos técnicos relacionados com a Indústria Metal-Mecânica.

A Indústria pode contar com o total apoio do Instituto de Soldadura, nos seus esforços de evolução tecnológica e de promoção de qualidade.

INSTITUTO DE SOLDADURA Rua Tomas de Figueiredo, 16-A - 1500 LISBOA - Telef. 70 75 82 - 70 57 85 - 70 37 88

# telex telex telex telex telex

**Crescimento** – o desenvolvimento económico dos países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo em 1980 foi o pior dos últimos cinco anos, segundo a organização do Tratado Geral de Comércio e Impostos Alfandegários (GATT). Os números divulgados pelo organismo mostram que a queda foi ainda mais acentuada nos primeiros seis meses de 1981. Os motivos deste fenómeno estariam localizados, segundo o GATT, na elevada dívida acumulada pelos países não exportadores de petróleo, e também nas condições desfavoráveis criadas pelas elevadas taxas de juros nos mercados financeiros mundiais.

**Recursos árabes** – os bancos e consórcios árabes deverão converter-se na principal fonte de recursos a créditos comerciais para os países do Terceiro Mundo em 1986, se se mantiverem as actuais tendências, segundo informações difundidas pelo Serviço de Imprensa Árabe.

Os empréstimos concedidos por bancos e consórcios árabes a países do Terceiro Mundo totalizaram 2200 milhões de dólares em 1980, cifra que poderá ser elevada este ano para 3000 milhões.

O crescimento do capital comercial árabe noutros países do Terceiro Mundo deu-se paralelamente à retirada de bancos europeus e norte-americanos dessas nações em desenvolvimento. Uma das áreas de crédito mais atractivas para os árabes é a América Latina. A mais importante instituição financeira é o Banco Árabe Latino-Americano (Arabank), com sede em Lima, Peru, e cujo capital é de 1600 milhões de dólares.



**Cooperação** – as três maiores empresas petrolíferas da América Latina, PEMEX do México, PDVSA, da Venezuela e PETROBRÁS do Brasil, darão assistência técnica ao resto da América Latina para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo.

O compromisso foi assinado pelos três países em Caracas durante a última reunião da OLADE. Embora a América Latina considerada em conjunto seja um exportador importante de petróleo, 60% dos países da região são importadores. Dezasseis deles importam 90% do petróleo que consomem.

**Regulamentos** – está a ser estudado por técnicos da Direcção Executiva para Assuntos do Tratado, do Ministério da Presidência do Panamá, uma regulamentação para o trânsito de navios movidos a energia atómica ou que transportem material radioactivo pelo Canal do Panamá.

A parte panamiana pretende apresentar uma proposta concreta de regulamentação do trânsito de material radioactivo na próxima reunião da Junta Directiva da Comissão do Canal do Panamá.

**Submarinos** – o semanário *Domingo*, editado em Maputo, revelou recentemente que submarinos estrangeiros têm sido detectados nos últimos meses em águas territoriais moçambicanas. O jornal liga o facto aos recentes actos de sabotagem na Beira, em particular a destruição das bóias de sinalização do canal de acesso ao porto, reivindicada pelo autodesignado «MNR» («Movimento Nacional de Resistência»). O jornal cita testemunhas que observaram várias vezes a presença de submarinos junto à costa de Sofala, permanecendo longos períodos à superfície, preferentemente durante a noite. Em geral são as tripulações das inúmeras frotas de pesca que operam na zona que têm detectado essa estranha presença.

**Amazónia** – A luta em defesa e pelo desenvolvimento da Amazónia tem sido o principal trabalho desenvolvido desde a sua fundação, em 1967, pela CNDDA. Essa instituição voltada à preservação das riquezas amazónicas promoveu o 1.º Simpósio Internacional de Defesa e Pelo Desenvolvimento da Amazónia (1.º SIDDAA), com o objectivo de fundamentar científica e politicamente um projecto para a Amazónia. O Projecto Amazónia servirá de instrumento para uma ampla campanha de consciencialização, mobilização e organização dos povos dos países amazónicos, na defesa das populações locais e do meio-ambiente. Nas conclusões finais do simpósio, foi condenada a política de entrega da Amazónia às transnacionais, em particular o caso Jari («um dos mais gritantes exemplos da adopção de uma política anti-brasileira»). Propõe-se, como alternativa, que a exploração dos recursos da região seja feita «em bases nacionais, com projectos voltados para a satisfação do mercado interno, levando-se em conta a sua procura futura, sobretudo no que concerne a recursos não renováveis considerados estratégicos».



**Mulheres** – a nona Conferência da União Geral de Mulheres Árabes realizou-se no mês de Novembro em Bagdade, Iraque, e terminou com a aprovação de várias recomendações a favor da causa feminina. Essas recomendações sublinham a necessidade de se examinar a legislação e o Código sobre a condição feminina a fim de satisfazer as aspirações das mulheres árabes e melhorar a sua posição social, económica, cultural e educativa. Também ficou decidida a elaboração de uma estratégia para a mulher das regiões rurais.



**África do Sul** – Circulam rumores desde 1977 de que a África do Sul possuiria armas termonucleares. Em 1979, o facto foi implicitamente reconhecido pelo ex-ministro do Interior e Informação, Cornelius Mulder, que ameaçou: «Se nos atacarem, não haverá regras. Utilizaremos todos os meios à nossa disposição, quaisquer que sejam eles. Acabamos de concluir a nossa própria fábrica piloto e temos grandes reservas de urânio.»  
As conclusões de um estudo recente das Nações Unidas levam a pensar que se a África do Sul ainda não pertence ao Clube Atómico, poderia vir a integrá-lo em questão de semanas. Segundo o referido documento publicado pelo Centro de Desarmamento da ONU – até ao final de 1980, a África do Sul contava com 203 quilos de urânio enriquecido, quantidade esta que subirá para 403 quilos até 1985.

**Vitória eleitoral** – o Movimento Nacional Popular (MNP) de Trindade-Tobago registou a sua sexta vitória eleitoral desde 1956 por uma maioria esmagadora.

O partido governamental, de centro-direita, obteve 25 dos 36 lugares disputados nas eleições, qualificadas por alguns observadores como as mais decisivas da história recente do país. Esta foi a primeira vez que o MNP disputou um processo eleitoral sem a liderança do seu fundador, Eric Williams, falecido no ano passado.

A vitória tem particular importância para o actual primeiro-ministro George Michael Chambers, que após a morte de Williams foi eleito entre três candidatos do MNP para assumir as rédeas do governo, mas que não tinha mandato popular expresso.



**CIA** – A revista norte-americana *CovertAction*, especializada em divulgar as actividades secretas da Agência Central de Informações dos EUA (CIA) publicou em Outubro pela última vez a secção «Dando Nomes», na qual mantém uma constante actualização da actividade dos agentes de espionagem norte-americanos. A decisão da *CovertAction* foi tomada depois do Congresso norte-americano ter aprovado uma lei protegendo a identidade dos funcionários em missão considerada secreta.

Na prática trata-se da imposição de uma censura oficial sobre a Imprensa, que é apontada por imposição de Washington como o mais livre do mundo. Na última edição de «Dando Nomes», a *CovertAction* mostra a localização mais recente de 69 agentes da CIA, espalhados por 54 países. Entre eles encontram-se dados recentes acerca de 23 chefes de delegações no exterior. No caso do Brasil, por exemplo, a revista identifica Robert Spinelli Jr, como sendo um veterano funcionário da CIA servindo na embaixada norte-americana em Brasília desde Junho de 1980. Spinelli Jr. serviu antes em Buenos Aires, em 1978. Além disso *CovertAction* denuncia que agentes ultra-secretos estão a usar o disfarce de executivos comerciais ao serviço do Departamento de Comércio Internacional dos EUA. O uso deste tipo de disfarce foi autorizado pelo próprio presidente Reagan, após o Departamento de Comércio Internacional ter sido entregue a Lionel Olm, que serviu como acessor especial de informações da Casa Branca entre 1972 e 1977.



**VENDE-SE**

Para todos os fins. Produzimos e instalamos ar condicionado Winner. Estamos onde são necessárias condições especiais de ambiente, salubridade e conforto. Em grandes espaços. Supermercados. Museus. Bibliotecas. Hospitais. Departamentos do Estado. Nas empresas. Possuímos a experiência e a tecnologia adequadas para responder a quaisquer exigências. A Tepclima fornece tudo o que os instaladores necessitam. Sem recorrer a importação.

Aparelhos de ar condicionado.  
Desumidificadores. Câmaras frigoríficas.  
Instalações para camiões frigoríficos.  
Pavimentos falsos.



Fabricado por

**Fábrica Nacional de Ar Condicionado / UCRL**

Distribuído por



Rua do Arco do Carvalho, 235-C  
Tel. 65 83 85 - 65 67 28  
1300 LISBOA

HIPER

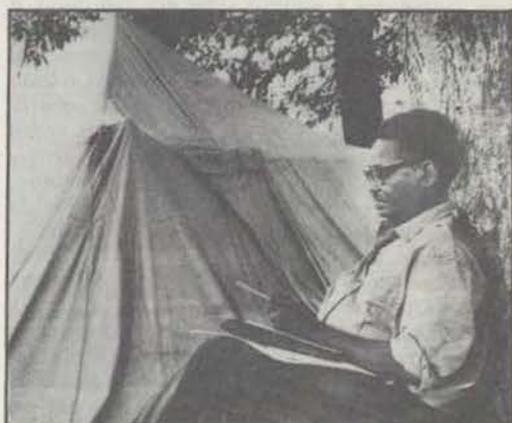
<b>PORTO</b>	VLADIMIRO GUIMARÃES Rua Campo Alegre, 478 - 4100 PORTO - Tel. 69 08 06 - 6 43 62
<b>SETÚBAL</b>	TAGUAR Largo da Cidade de Magdeburg, Lote 230 - 2900 SETÚBAL - Tel. 2 16 75
<b>FARO</b>	TERMALGARVE - CLIMATIZAÇÃO, LDA Av. Cidade de Hayward, Lote 1 r c Di.º - 8000 FARO
<b>MADEIRA</b>	BEARLEY & FERNANDES, LDA Rua dos Ferreiros, 71 - 9000 FUNCHAL - Tel. 2 53 12
<b>AÇORES</b>	ADALBERTO MARTINS & FILHOS, LDA Rua Duque de Palmela, 17 - 9700 ANGRA DO HEROÍSMO - Terceira - Tel. 2 40 21 2

## Agostinho Neto, poeta

*A poesia do fundador da  
República Popular de Angola  
foi a voz da  
Sagrada Esperança do seu povo*

Fernando J. B. Martinho \*

**S**AGRADA Esperança (1), que reúne a obra poética de Agostinho Neto, abre com o texto «Adeus à hora da largada», que, embora se não encontre datado, terá sido escrito «nos anos 50», de acordo com declarações do poeta em entrevista publicada no n.º 1 do Suplemento Cultural do *Jornal de Angola*, «Lavra e Oficina» (15/10/76). A «largada» a que o título do poema se refere — e na abertura, acentue-se, de um livro que intenta registar o árduo, dificultoso itinerário da «esperança» —, define-se em função da oposição estabelecida entre um «hoje», marcado pela miséria e pela alienação, e um «amanhã», que aponta para a «liberdade» e a «abolição (da) escravatura». O sujeito do enunciado, que de singular passa a plural, dá início a uma caminhada que vê, por um lado, no «amanhã» a reabilitação, a redenção do presente alienado e que, por outro lado, é assumida como procura, como «busca» da «luz» e da «vida», de uma harmonia que supere a negação e as sombras do «hoje». Emblematicamente colocado à entrada do livro, o poema chega ao leitor revestido da força, da determinação de um acto de «fé» no resultado de uma jornada iniciada sob o signo da confiança, de uma «esperança» não desenraizada mas inapelavelmente associada à marcha dos homens. A oposição «sombra», «negrura» do «hoje»/«luz», «estrelas» da esperança continua no poema seguinte, «Partida para o contrato» (p.37); só que, desta feita, a «partida», a «largada» se não faz em direcção à «luz», à «vida» e sob o signo radioso da esperança, antes se processa sob a marca amarfanhante da dor, da privação, em direcção a um negrume ainda mais incerto e mais «escuro» do que o que, no presente, se tece de «sombra» e ausência. A «partida» que o narrador regista é não já uma separação criadora, de crescimento, dos «filhos» que se reconhecem em condições de tomar o destino em suas mãos, mas uma separação dolorosa, violentadora dos laços familiares, fatora de desenraizamento. O corte, a ruptura do primeiro texto pressupõem um reencontro dos «filhos» com a «Mãe» (a Mãe-Terra, a Mãe-África), na «vida» plena, sem



fissuras, do «amanhã»; têm como objectivo a instauração de uma ordem, de uma harmonia por sobre a desordem e a desarmonia do «hoje».

### A memória do contrato

No segundo texto, pelo contrário, a ruptura significa caos, desnorreamento, dispersão. «Na alma da mulher» que vê o marido partir para o «contrato» em S. Tomé «não há norte», tudo se fragmentou e perdeu o sentido. A «negrura» que a ensombra se confunde com o «céu escuro», sem «luz», da «hora de pranto/vespertina e ensanguentada» em que «o seu amor/ (parte) (...) para lá do mar». Curiosamente, neste e num outro poema, «Meia-noite na quitanda» (p.53), o drama do contratado é dado de forma indirecta, pelos reflexos que a instituição contrato tem sobre os familiares — num caso, a mulher; no outro, a mãe. Assim é que, em «Partida para o contrato», Manuel, o contratado, é, de certo modo, uma figura de segundo plano, e toda a nossa simpatia, como leitores, vai para a mulher e é pelos seus olhos que vemos «o sol e o barco» afogar-se «no mar/escurecendo». De igual modo, em «Meia-noite na quitanda» é a mãe da vítima do trabalho forçado, a «quitandeira» Sá Domingas, que se agiganta como heroína da história impressionantemente narrada no poema; o filho, em plano secundário no esquema narrativo, vai apenas ser beneficiário do sacrifício, do heroísmo da mãe (mourejando o dia inteiro na quitanda, talvez ela consiga os «cem mil réis/para (o filho) pagar o imposto» e, assim, se livrar do trabalho nas obras públicas, na «estrada»).

Referências ao contrato — e o contratado, aos olhos do poeta angolano do período de consciencialização e da denúncia, tal como o *servical*, aos olhos do seu camarada cabo-verdiano ou o *magaiça*, aos olhos do seu par moçambicano, aparece como símbolo da

vítima da desenfreada e desumana exploração colonial —, encontramos-las ainda no poema inaugural, dentro do paradigma de negação em que o «hoje» se organiza («os contratados a queimar vidas nos cafezais»), e dominam tematicamente o 16.º poema da coletânea, «Contratados» (pp. 65, 66). Aqui, de dentro de um processo típico na poesia de Agostinho Neto, o texto desenvolve-se em função de uma palavra que polariza a atenção do leitor — para o caso, a forma verbal «cantam». Os «carregadores», separados «dos seus», reduzidos à condição de bestas de carga, «cantam», absurdamente «cantam» quando deviam *chorar* ou lançar «gritos de protesto». Canto da inconsciência, da alienação, o seu? De certo modo. No dístico final, todavia, sentimos que é possível realizar uma outra leitura da forma verbal. Sibilinamente, o poeta estará a dizer-nos que é uma secreta confiança o que leva os carregadores a cantar. Uma confiança nos seus «braços fortes», capazes de ajudá-los a sair do estado de torpor alienado em que se encontram e a dar um conteúdo de esperança à sua força.

### A presença da confiança

Essa *confiança* assume, no entanto, contornos mais precisos no poema seguinte, onde é, de imediato, convocada para o título. (2) Também aqui se fala de *separação*, de *dispersão*; só que a vítima do desenraizamento desta vez não é o contratado, mas o negro da Diáspora, que faz, ele próprio, a narração da sua «história». Uma «história» de «paradoxo», de contradições, de *esquecimento* das origens, de «dor», de linchamentos, de humilhação, mas de que acaba por resultar «certeza»:

As minhas mãos colocaram pedras  
nos alicerces do mundo  
mereço o meu pedaço de pão.

Confiada e orgulhosamente, a *persona* que, no texto, vem à boca de cena, afirma a sua reintegração na «História de que foi como que proscrito» (3) e proclama a *utilidade* e a necessidade do esforço das suas «mãos» para que a *construção* de «mundos maravilhosos» se tornasse possível.

O texto que vem a seguir, «Aspiração» (pp. 68, 69), foi publicado, juntamente com «Criar» (pp. 122, 123), em *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (4). O conhecido folheto antológico, que incluía também colaboração dos santomenses Francisco José Tenreiro e Alda do Espírito Santo, dos angolanos António Jacinto e Viriato da Cruz e da moçambicana Noémia de Sousa, inscrevia-se definitivamente em propostas *negritudinistas*, que o título escolhido, só por si, já punha em evidência. A exclusão da poesia cabo-verdeana, que, na altura, já passara pelas experiências da *Clareza* e da *Certeza*, e as razões para ela aduzidas por Francisco José Tenreiro, que, na «Nota Final», dizia «não traduzir» a poesia das ilhas crioulas

«o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia negra», não faziam senão acentuar essas propostas. *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, que Tenreiro, na referida «Nota Final», classificava como um «caderno» e não como «antologia», muito provavelmente pelo reduzido número de poetas aí representados, vinha na sequência do movimento «Vamos Descobrir Angola!», 1948 e da publicação em Luanda, entre 1951 e 1952, da revista *Mensagem*, para não falar da criação em Lisboa do Centro de Estudos Africanos, em 1951, a que estiveram associados, para além dos subscritores das notas de abertura e encerramento do *caderno* (i.e., Mário Pinto de Andrade e F.J. Tenreiro), Agostinho Neto e Amílcar Cabral.

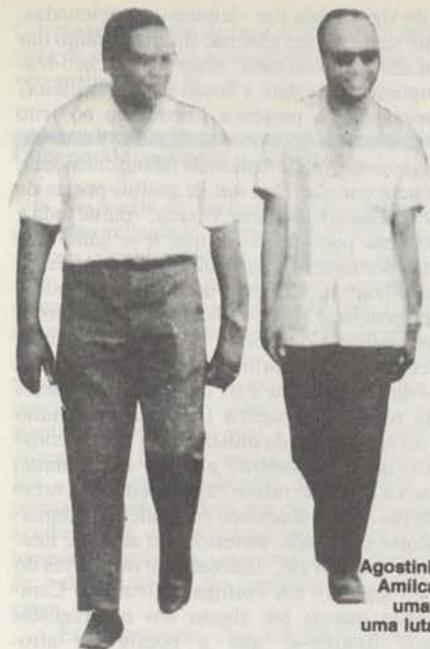
### A «poesia da negritude» segundo Agostinho Neto

Não será, segundo nos parece, destituído de interesse recordarmos aqui o que, a propósito da recolha de «poesia negra de expressão portuguesa», Agostinho Neto disse em alocução proferida alguns anos depois da sua publicação, na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa: «Entre nós, digo, em Angola e na Metrópole, defendeu-se e combateu-se este conceito (o conceito de negritude).

Em 1953, publicámos em Lisboa um *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa* — a sua designação é elucidativa — sob o signo da negritude. Numa atitude de adesão ao homem negro, à sua condição, e tendo por base os traços comuns das culturas africanas, construiu-se um mundo.

Esta é a poesia do desenraizamento. Os seus mais altos representantes são os poetas negros que se exprimem em francês. Esta poesia não chegava aos povos africanos que são o repositório das nossas culturas. Poesia pensada nos gabinetes de estudo, apenas tinha longínquas ligações com os verdadeiros problemas da realidade social. Encarava-se ao geral sem atender ao particular». (5)

O que entretanto se passara, nomeadamente a criação do PAIGC e do MPLA, em 1956, justificava plenamente as reservas de Agostinho Neto relativamente aos propósitos generalizantes da fase de afirmação negritudinista. Entrara-se já no período de preparação da luta armada e, embora sem se pôr de parte uma perspectiva que tivesse em conta «os traços comuns das culturas africanas», o caminho traçado ia antes no sentido de um aprofundamento do «particular» das culturas nacionais, ou, como Neto dizia um pouco mais à frente, «os problemas culturais (eram) debatidos mais do ponto de vista da particularização». Seja como for, o *caderno* cumpriu, então, a sua função e não deixava de representar um decisivo passo em frente no processo de consciencialização dos intelectuais da África lusófona. Mais, os poemas de Agostinho Neto, perfeitamente integrados no espírito que presidia à recolha, o de manifestação de uma «atitude de adesão ao homem negro», ilustravam que essa



Agostinho Neto e  
Amílcar Cabral,  
uma amizade,  
uma luta comum.

«adesão» não se passava, desenraizadamente, num plano sentimental, antes se alimentava de uma atenta auscultação dos «verdadeiros problemas da realidade social». Eram esses poemas, como já se indicou, «Aspiração» e «Criar». A palavra axial do primeiro é o advérbio de tempo «ainda», que, no desenvolvimento dialéctico característico da poesia de Agostinho Neto, por um lado, aponta para uma «tristeza» que ainda não foi superada, para um «tempo» intervalar, «parado» que ainda não se abriu às sementes da mudança, e, por outro lado, tem implícita a permanência da «força» dos «braços», do brilho dos «olhos», do vigor dos «sonhos» num sujeito que apenas aguarda o momento propício para transformar o «Desejo» em «força» e assim libertar «as consciências desesperadas» da «tristeza» e do «canto dolente» em que «ainda» se comprazem resignadamente.

Também o segundo poema se organiza em função de uma palavra axial — o infinitivo «criar», usado com valor imperativo, em consonância perfeita com o tom de apelo categórico que a enunciação assume. O acto de «criar» para que insistentemente o sujeito apela, e com uma urgência que não admite demoras ou hesitações, cresce em oposição a forças de destruição, de «profanação», de *violência*, de «ódio». É um acto de afirmação e determinação o que se exige — um acto de criação, firme, sereno e confiante, longe da «tristeza», do «canto dolente» que ensombra o «tempo parado», intervalar. O autocomprazimento na *angústia*, o remexer no sofrimento e na dor não são respostas adequadas à violência colonial, que só «com os olhos secos», limpos das lágrimas estéreis da alienação, poderá ser enfrentada e anulada. Não é por acaso, aliás, que a primeira edição de *Sagrada Esperança*,

feita em Itália, em 1963, tinha o título de *Con Occhi Asciutti* (*Com os Olhos Secos*), como, pertinememente, lembra Marga Holness na «Introdução» à edição portuguesa (pp. 29, 30).

Os 48 poemas que constituem *Sagrada Esperança*, foram, segundo Basil Davidson, autor do «Prefácio», escritos entre 1945 e 1960 (p. 3). A edição especial realizada pela Sá da Costa para a União dos Escritores Angolanos, em 1979, inclui mais três poemas, «Fogo e Ritmo», «As Terras Sentidas» e «Para Enfeitar os Teus Cabelos». Destes textos, apenas o último se encontra datado, de 8 de Março de 1956. Outra particularidade da edição de 1979 é incluir uma versão ampliada do poema «Assim clamava esgotado», datada da Cadeia da PIDE de Luanda, Junho de 1960. Inexplicavelmente, esta edição, (6) já realizada depois da morte do poeta e que poderíamos ter por definitiva, deixa ainda de fora um dos mais significativos textos de Agostinho Neto, «Voz do Sangue», que pode ler-se na *Antologia Temática de Poesia Africana 1*, de Mário de Andrade (7).



### O poeta e os outros

Para acompanharmos o percurso poético realizado por Agostinho Neto no lapso de tempo que medeia entre os princípios da segunda metade da década de 40 e os fins do ano que precede o eclodir da luta armada em Angola, poderíamos servir-nos de alguns dos 19 poemas que se encontram datados em *Sagrada Esperança*. Antes, porém, de nos metermos a caminho, talvez não fosse descabido chamar a atenção para um testemunho de Antero de Abreu (8), de consulta absolutamente indispensável para quem queira fazer ideia de quais as leituras que marcaram o poeta e alguns dos seus companheiros de geração em finais da década de 40. Para além das obras de forma-

ção política, todas elas situadas na área do marxismo, Antero de Abreu refere Gorki, Ehrenburg, Chokolov, Jorge Amado, Graciliano Ramos, «o ciclo da cana-do-açúcar de José Lins do Rego, algum Erico Veríssimo, o inevitável Manuel Bandeira, que deixou filhos por toda a África de expressão portuguesa, o Carlos Drummond de Andrade da *Rosa do Povo*», Lorca, António Machado, «os poetas do *Novo Cancioneiro*, Carlos de Oliveira, Manuel da Fonseca, Joaquim Namorado», o que o poeta de *Permanência* chama as «descobertas» de Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, Miguel Torga, José Régio, «Avidos consumidores de poesia», os jovens literatos das ex-colónias estudando em Coimbra, liam com arrebatamento, a «panfletária 'Carta a Leão XIII', de António Nobre», entusiasmavam-se com o inconformismo do «Cântico Negro», de José Régio e com «a dionisiaca 'Ode à Poesia', de Miguel Torga. Lia-se a «Maria Campanica», de Manuel da Fonseca, «O Viandante» e «Cantiga do Ódio», de Carlos de Oliveira e «sempre, sempre, Fernando Pessoa, que é o pai de toda a poesia moderna portuguesa, como se sabe».

No parágrafo seguinte, refere Antero de Abreu três nomes da poesia resistente francesa, intensamente lida em Portugal nos anos 40, Eluard, Aragon e Prévert, e vários ficcionistas americanos, «então muito em voga» e que lhes «consumiam (...) dias inteiros: Upton Sinclair, John dos Passos, Sinclair Lewis, Steinbeck, Hemingway, Erskine Caldwell, Howard Fast». Dos americanos, liam ainda, no domínio da ficção, Dashiell Hammett, e, como seria de prever, «a poesia do velho Walt Whitman». E imediatamente a seguir A. de Abreu revela que «só lá mais para o fim (a evocação reporta-se ao período de 1947/48, em Coimbra), ou já em Lisboa, é que (lhes) chegaram às mãos Langston Hughes, Guillén, Neruda e os poetas da negritude».



Escusado é salientar a importância deste depoimento, bem elucidativo das preocupações intelectuais que dominaram os anos formativos de alguns daqueles que, mais tarde, iriam estar empenhados no processo de libertação dos seus povos do domínio colonial. Não se justificando, na circunstância presente, uma análise

detalhada do significado das «leiturais» mencionadas, rapidamente se refira que elas não diferiam muito das que tinham absorvido ou então absorviam os neo-realistas portugueses. Lá estão: a ficção social brasileira, russa e americana; a presença libertadora no jeito gostoso e desenvolto do verso de Manuel Bandeira, que, com saborosa ironia, Antero de Abreu considera, tal a influência que exerceu, *pai* de muitos poetas da África de expressão portuguesa; Pessoa, «pai de toda a poesia moderna portuguesa» e que teve junto dos neo-realistas portugueses, particularmente através do heterónimo Álvaro de Campos, um impacto considerável; os presencistas Régio e Torga, mestres próximos do neo-realismo coimbrão, apesar da virulência da polémica que desde os princípios da década opunha defensores da arte pela arte e da arte social; os nomes grandes da resistência poética francesa, que muito ajudaram no aprofundar da utilização da poesia como *arma*, como meio de *combate* e muito contribuíram também para a busca de novos ritmos dentro do verso livre e para um salutar abandono da rigidez da pontuação; o discurso espriado, torrencial do autor de *Leaves of Grass*, também ele, directamente ou através do seu máximo seguidor em Portugal, Álvaro de Campos, deixando marcas em alguns dos neo-realistas portugueses. Registe-se que a poesia do afro-americano Langston Hughes e do cubano Guillén, que F. J. Tenreiro já conhecia, como o provam a sua *Ilha de Nome Santo*, 1942 (a propósito, incluída na colecção neo-realista *Novo Cancioneiro*), e outros poemas que escreve no decurso da década, só veio depois.

Como também vieram depois os poetas da negritude, certamente lidos quando, em 1949, um ano depois da sua publicação, portanto, os jovens intelectuais da África lusófona então em Portugal descobrem, como lembra Mário de Andrade em artigo publicado no jornal guineense *Nô Pintcha* (12/9/76), sob o título de «Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos», a *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, de Léopold Sédar Senghor, *Ecoss de um famoso poema de Césaire* (9), de *Cahier d'un Retour au Pays Natal*, podemos, aliás, encontrá-los nesta estrofe de «Desfile de Sombras» (pp. 61-63), de Agostinho Neto: «Contudo/ já foi senhor (o «homem» negro que antes nos tinha sido apresentado carregando «o pesado fardo/da ignorância e do temor» e da tristeza «com os olhos no chão»)/foi sábio/ antes das leis de Kepler/foi destemido antes dos motores de explosão». E a finalizar a referência ao testemunho de Antero de Abreu, transcreva-se uma passagem que nos parece a todos os títulos significativa e que nos ajudará a compreender por que motivo para Neto a afirmação dos valores africanos contida nas propostas da negritude corria o risco do «desenraizamento», do distanciamento diletante de toda a atitude intelectual gerada «nos gabinetes de estudo» quando não estivesse intimamente ligada à auscultação dos «verdadeiros problemas da realidade social»: «Aqui há uns meses perguntei-lhe que influências literárias sofrera.

O Neto não gostava de falar dele e muito menos da sua obra de escritor. Fez um gesto vago com a mão: «Os neo-realistas, sei lá...».

### Uma poesia solidária e universal

Na poesia de Agostinho Neto, harmonizam-se, com rara felicidade, a valorização das culturas afro-negras consideradas em «conjunto», isto é tomando «por base os traços (que lhes são) comuns»; o enraizamento na cultura nacional, o mesmo é que dizer um esforço de «particularização» que não perca de vista a necessidade da existência de uma «solidariedade do mundo negro», ou, por outras palavras, uma «particularização» que não se traduza em egoísmo nacional; a atenta auscultação do real e das contradições que o dilaceram, a ligação, sem idealismos generalizantes, aos «verdadeiros problemas da realidade social», à permanente mutação de que ela se tece; a consciência aguda de que, em última análise, se visa alcançar uma harmonia «universal» que transcenda particularismos de ordem nacional ou limitados ao continente africano.

Essa harmonia, essa entrada no «universal», só se tornam possíveis, porém, se o poeta «cantar» com a sua (i.e. a que enraiza na sua cultura) própria «voz». Cabe-lhe, para isso, «encontrar as formas adequadas ao (seu) canto». E aí Agostinho Neto, não recusando quaisquer contributos, viessem eles de onde viessem, desde que se traduzissem por uma fidelidade sem mácula às aspirações do povo a que pertenciam, soube encontrar as que convinham à limpidez e à força interventora e transformadora do seu «canto». Por isso lhe não bastava a «adesão ao homem negro», propugnada tantas vezes em termos genéricos e idealistas pela negritude; necessário se lhe antolhava dar uma dimensão prospectiva que lançasse no campo fértil dos valores tradicionais a semente do «novo», a abertura à esperança e ao futuro.

Assim é que, em *Sagrada Esperança*, a par da identificação do sujeito poético com o «negro qualquer das ruas/e das sanzalas», ainda alienado, num estágio de não consciencialização da força de que os seus «braços musculados» são portadores, abandonados por enquanto à «inércia», e a quem envia uma «mensagem (de) saudação fraternal», «a quem» saúda como «irmão» (*Saudação*, 1950, pp. 72, 73), encontramos a verificação de que, para além da «vergonha» que pesa sobre os seus, «exportados» como bestas «para S. Tomé», «no mundo (se) constrói», há homens que se orientam pela certeza da edificação do futuro, homens que constroem em oposição a «eles», os que *espancam, exploram, destroem, coisificam* («Um Aniversário», Setembro de 1951, pp. 76, 77). O «cântico inaugural da nova África» que se vai definindo de forma cada vez mais nítida («Pausa», 1951, p. 78) e que aspira ao «amor», à «harmonia», à «liberdade», à «vitória», terá que contar com as «pequenas derrotas acumuladas» no tempo intervalar, de que

«eles», os que matam impunemente inocentes, os que *massacram*, ainda são, por enquanto, senhores («Massacre de S. Tomé», Fevereiro de 1953, pp. 90, 91). Este último poema, escrito por ocasião dos trágicos acontecimentos em S. Tomé que ficaram conhecidos por *Massacre de Batená*, mostra bem como a solidariedade africana não era uma palavra vã em Agostinho Neto. Redigido no mesmo ano em que sai *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* e dedicado a Alda do Espírito Santo, voz das mais altas da poesia santomense, também ela colaboradora do *caderno*, com «Lá no Água Grande», «Massacre de S. Tomé» surge sob o signo de um «sentimento de solidariedade» que Neto tinha por homólogo de «negritude», ao mesmo tempo que empresta, dialecticamente, a essa solidariedade na dor, na morte, um vector positivo, de confiança, o qual, curiosamente, também sobressai nos textos que aos massacres de Fevereiro a própria Alda do Espírito Santo dedicou (10). Em nenhum dos três textos a repressão colonial, apesar da sua extrema violência, tem força suficiente para fazer vacilar a luz da «esperança», a esperança, como se diz no poema de Neto, de que «a terra verde de São Tomé será (um dia) também a ilha do amor».



Ainda a propósito dos massacres de Fevereiro de 1953 em S. Tomé, veja-se o que Lúcio Lara, na «Oração Fúnebre» já referida, diz da «denúncia» feita pelo Club Marítimo Africano, a cuja fundação Agostinho Neto esteve ligado: «(A.N.) Militou em diversas organizações juvenis e estudantis e fundou, em 1952, com trabalhadores marítimos angolanos, o Club Marítimo Africano, correia de transmissão entre os patriotas angolanos que se encontravam em Portugal e os que, em Angola, preparavam os alicerces do movi-

mento de libertação, que iria gerar o Movimento Popular de Libertação de Angola, em 1956. O Club Marítimo nessa altura foi já um instrumento na denúncia dos massacres de Fevereiro de 1953 em S. Tomé.

### Poemas que nascem na prisão

O «cântico inaugural da nova África» volta a ouvir-se no poema que se segue a «Massacre de S. Tomé», «Bamako» (1954, pp. 92, 93). O ponto de partida desta vez é a realização de uma conferência pan-africana em Bamako, no então Sudão Francês. Todo o poema se orienta num sentido afirmativo, de «esperança». Esse vector positivo, de afirmação confiante, é imediatamente perceptível a nível lexical — basta ver quais as palavras-chave do texto: «verdade», «brilho», «frescura», «amor», «futuro», «generosidade», «vida», «bondade», «esperança», «fruto». O sujeito poético afirma a vitória sobre a «morte», sobre «as lágrimas choradas nos séculos/ na África escrava de outros dias», e o «crescimento imparável do futuro». A «esperança» que nasce em Bamako corresponde a um processo de *vivificação* de África, uma África que desperta da «morte» e da *escravatura* do passado e começa a olhar confiadamente a «força» dos seus «braços» e a reconhecer-se no vigor e na dignidade da sua voz. Num «Poema» (Cadeia de Caxias, 25 de Fevereiro de 1955, pp. 96-101) escrito no ano seguinte, na cadeia, ouvem-se os «chamamentos telúricos» de uma África irremediavelmente longe, mas que não foi esquecida. A prisão e o que os agentes repressivos, através dela, pretendem manter — o «conformismo», o «esclavagismo», não conseguem matar, no sujeito poético, a lembrança da pujança esplendorosa de África («a beleza das florestas virgens/ (...) o som fantástico do trovejar sobre pedras/ os cataclismos pluviais/ pendentes sobre as frágeis canoas do rio Zaire»), nem sufocar o sonho de «suavidade e ternura» do «amor», nem extirpar do seu espírito a certeza de que a «chuva», a dominação colonial, há-de passar — de que a «interrogação» que, na altura, paira sobre o continente africano se há-de resolver «em linha recta de afirmação». Até 1957 Agostinho Neto permanecerá na prisão. O seu ânimo, porém, não quebra, não conhece o desfalco. O amor, a «seiva catalisadora do afecto», o ajuda a enfrentar a adversidade e a dar às contradições que atiram a natureza e a vida uma dimensão dialéctica, prospectiva, de fé na «derrota inadiável da anciandade» e na vitória do «novo». Da Cadeia da PIDE do Porto, em 8 de Março de 1955, o poeta envia a Maria Eugénia, pelo seu aniversário, um «bouquet» de rosas (11). E nele põe a «força» e a «certeza» da «Vida», da «primavera iminente», do futuro, a crescerem, «novo» derrotando a «anciandade», das contradições do presente, dos contrastes que abalam uma natureza ainda não dominada e afeiçoada pelo homem.



Maria Eugénia Neto

E ainda o amor que dita o poema «Dois anos de distância» (p. 111), escrito também na Cadeia da PIDE do Porto, mas cerca de dois anos depois (Fevereiro de 1957) de «Um bouquet de rosas para ti». O amor define-se aí em oposição e prevalece apesar da limitação asfixiante que a clausura significa — apesar dos «silêncios», das «conversas que não» tiveram, dos «beijos não trocados», das «palavras que não» disseram, das «cartas censuradas».

Para o sujeito não se torna difícil a escolha no «dilema» que se lhe apresenta — entre «viver submisso» e viver «perseguido», não hesita em aceitar os «dias de sacrifício» do presente para que, no futuro, lhe seja possível «viver pensando viver agindo/ livremente humanamente». A retracção a que a clausura conduz não sufoca, no sujeito, a expansão, o crescimento do «sonho», da ânsia de *ser*, de, em autenticidade e em comunhão com a amada e os «povos» a que um e outro pertencem, serem «livres». O *ser* só é possível em dignidade e em liberdade, nunca em *submissão*. Por outro lado, o amor não se realiza à margem das aspirações, da «fome e sede de justiça» do «povo». Nesse sentido aponta o poema «Noites de cárcere» (pp. 113-115), em que o vigor da mensagem evangélica — a que proclama «bem-aventurados os que têm fome/ e sede de justiça» — se identifica plenamente, sem distâncias que nada autoriza, com a urgência da mensagem libertadora, enraizada no amor da «pátria» e «do seu povo».

### O regresso à pátria

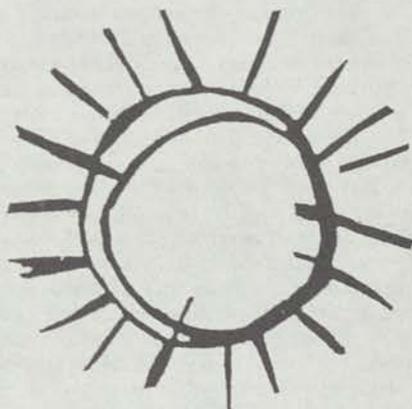
Em 1959, depois de ter completado o curso de Medicina no ano anterior, Agostinho Neto regressa a Angola. É então que terá escrito o poema «O Içar da bandeira» (pp. 119-121), dedicado «aos heróis do povo angolano», e em que se fala já, sem o recurso a véus metafóricos, da «bandeira da independência». No momento em que chega a Luanda, o poeta sente que a «hora» tinha chegado, que a «esperança» estava em vias de se transformar em «certeza», e que a «semente» ressurgia da letargia de séculos. O «Amigo Liceu», Carlos Aniceto Vieira Dias, animador do

famoso agrupamento musical Ngola Ritmos, tinha «desaparecido», i.e., tinha sido preso, juntamente com outros nacionalistas angolanos também referidos no texto; a repressão abaterá-se, na sua ausência, sobre tudo o que significasse actividade cultural independente dos canais veiculadores da ideologia oficial («Os Intelectuais», isto é, o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, que no período do despertar do nacionalismo cultural desempenhara um papel decisivo; «a Liga», a Liga Nacional Africana, dentro da qual nos anos 50 se desenrolara um conflito entre uma geração mais velha, a quem não repugnava colaborar com a administração colonial, e a geração mais nova, advogando a extensão das «actividades culturais, sociais e políticas da Liga às massas africanas iletradas». 12) «Uma corrente tormentosa (...) dividia a cidade», patriotas angolanos tinham sido julgados (o Julgamento dos Cinquenta) e condenados a pesadas penas por «subversão política», entre eles António Pedro Bengue e Ilídio Tomé Alves Machado, o primeiro presidente do MPLA, mas é a força avassaladora dessa «corrente tormentosa», essa «coisa gigantesca (que) se movia na terra» que, apesar da feroz repressão exercida sobre os defensores de uma Angola independente, dá ao poeta a certeza de que chegou a «hora» do «içar da bandeira» e lhe permite comparar o heroísmo dos nacionalistas então a contas com a justiça colonial-fascista, os seus «bons amigos (seus) irmãos/Bengue, Joaquim, Gaspar, Ilídio, Manuel», com o exemplo dos heróis do passado, «Ngola Kiluanji» e a «Rainha Ginga».



Em 1960 Agostinho Neto volta a ser preso. Encarcerado na Cadeia da PIDE, de Luanda, aí escreve «Assim clamava esgotado» (p. 112), de que, como vimos, a edição especial de *Sagrada Esperança*, de 1979, contém uma versão ampliada, e «Aqui no cárcere» (Julho de 1960, p. 116). Neste último poema, que se inicia sob a invocação do poeta turco Nazim Hikmet, o signo «chuva», que, em «Poema» (pp. 96-101), escrito em Caxias em 1955, víamos associado a **dominação colonial**, tem o significado precisamente oposto, apontando para a libertação que «ninguém» conseguirá impedir. A atitude do sujeito

no cárcere é a de uma *espera paciente*, serena, de quem sabe que os agentes da *mentira*, os que «estra-lhaçam a felicidade» do povo angolano, nada podem fazer para deter «o acumular das nuvens/ ao sopro» redentor «da História». Com essa espera paciente e confiante, o sujeito não se sente, todavia, a *repetir* «os santos», na capacidade ilimitada de perdoar que os define. Impossibilitados de desenvolver a sua luta no campo legal, os nacionalistas angolanos reconhecem a necessidade da luta armada. É o aprofundamento dessa mesma conclusão que vemos reflectido em «Luta» (p. 125), escrito em Setembro de 1960, na Cadeia do Aljube, em Lisboa, para onde Agostinho Neto fora, entretanto, transferido. A violência do aparelho repressivo colonial-fascista já não pode responder-se com a resignação, com a passividade; a «espera», ao mesmo tempo que «paciente», aponta para a acumulação da «raiva contida no peito». Uma raiva que precisa de expandir-se, de libertar-se para que ao povo angolano, reintegrado no fluxo da «História», tocado pelo seu «sopro» transformador, seja restituída a dignidade. Escrito igualmente na Cadeia do Aljube, no mesmo mês, é «Caminhos Verdes» 6 (p. 126), o único soneto de *Sagrada Esperança*. A forma fixa soneto e a rima, num poeta que lhes é avesso, representam uma espécie de exercício, de paciência que funcione como meio de resistir, pela disciplina e pelo equilíbrio, ao sentimento de desagregação e caos desesperançado que a clausura traz consigo.



### Esperança que se cumprir

A «voz» que vibra nos poemas é cada vez mais a voz colectiva, exigindo que a hora *seja* e que Angola *se cumpra* — que a «independência», impacientemente procurada, venha, sem demora, redimir os «cansaços», as humilhações «seculares». A forma perifrástica («Havemos de voltar») presente no final de todas as estrofes e no primeiro verso da última estrofe de «Havemos de voltar» (pp. 127, 128), Cadeia do Aljube, Outubro de 1960) exprime, ao mesmo

tempo, promessa, determinação e certeza. A *promessa* que o sujeito faz aos seus companheiros de luta e ao seu povo de que a «pátria», com as suas belezas naturais, as suas riquezas, as suas tradições, os seus valores culturais, voltará a pertencer-lhes. A *determinação* inabalável de prosseguir a luta até atingir a meta final — uma «Angola libertada». A *certeza* de que a independência, no reencontro com a «terra», com a «mãe», que, um dia, houve que, dolorosamente, deixar, será uma realidade.

Deportado para Cabo Verde nos fins de 1960, o poeta não deixa esmorecer a chama da esperança; antes, se encarrega de incutir «coragem» no ânimo dos outros. Assim, em «Desterro» (Porta do Sol, Dezembro de 1960, p. 129), em vez de se orientar por um vector de desespero, de abatimento, de desalento, a mensagem dirigida aos familiares (representando no texto, metonimicamente, o «povo» angolano) segue a via aberta e confiante do «ressurgimento, da «humanidade», da «paz». Em «A Voz Igual» (Porta do Sol, Arquipélago de Cabo Verde, Dezembro de 1960 pp. 130-135), que poderemos considerar o seu testamento poético, realiza Agostinho Neto uma síntese inultrapassável de todas as preocupações que nortearam o seu percurso de poeta. Na voz que celebra, em texto de grande fôlego e animado por um verdadeiro sopro épico, uma África aberta aos «ventos da mudança» no ano que ficou conhecido como «ano da liberdade», confluem a evocação dos «homens» que, pelos seus sacrifícios, «construíram os impérios do Ocidente/as riquezas e as oportunidades da velha Europa» e «cujo sangue se encontra nas argamassas lançado com pontes e estradas»; a referência ao contributo dado pelo afro-americano a uma América que se aproveita do prestígio que ele lhe traz, ao mesmo tempo que o sujeita ao vexame da segregação («deu ritmos à América/deuses e agilidade nos estádios centelhas luminosas na ciência e na arte»); a valorização das línguas e das tradições nacionais; o «reencontro com uma harmonia (com o «milagroso pacto entre o homem e o cosmos»), interrompida pela chegada do branco; a necessidade de pôr termo à miséria, à alienação das massas e de as fazer despertar para o novo, para uma visão progressiva que não seja incompatível com «a forma e o âmago do estilo africano de vida». Essa «voz igual», essa voz plural faz convergir para o «concerto harmonioso do universal» o canto «digno», «livre» e «solidário» de um continente (de um «povo»), «a partir (do) amanhecer vital sobre (uma) esperança» que os seus melhores filhos, ao longo das inúmeras dificuldades e ciladas da luta, nunca deixaram morrer.

### Agostinho Neto, poeta vivo

Em Outubro de 1961, Agostinho Neto é novamente preso. Em face de um movimento de solidariedade internacional, as autoridades fascistas vêm-se

forçadas a abrir-lhe as portas da prisão no ano seguinte; o poeta fica, no entanto, em regime de residência fixa em Lisboa. Ainda em 1962, consegue sair de Portugal, «passando desde então a dirigir directamente a luta de libertação do povo angolano, quer nas guerrilhas que se travavam no mato quer nas mais diversas capitais, que passou a percorrer infatigavelmente solicitando auxílio para a causa do MPLA».

(13)

O combate mudava de frente — as armas a utilizar no assédio à fortaleza colonial já não podiam ser as da poesia. A frente onde se exigia o seu comando esclarecido era, agora, aquela em que se travavam as grandes batalhas político-militares e diplomáticas em prol da independência de Angola. O poeta, remetendo-se embora ao silêncio, não deixava que o político esquecesse as exigências do combate cultural. Como o provam os discursos pronunciados depois da Independência perante a União dos Escritores Angolanos, na sessão de encerramento da 6.<sup>a</sup> Conferência de Escritores Afro-Asiáticos, em Luanda, em 1/7/79, pouco mais de dois meses antes da sua morte, e por ocasião da abertura de uma exposição de pintura integrada nas comemorações do 4 de Fevereiro. Por essas alocuções se pode ver que a dureza do combate político não sufocara, em Agostinho Neto, o interesse empenhado e lúcido pelas grandes questões culturais que se punham à sua pátria — o poeta, afinal, permanecia vivo, apontando o caminho com clarividente segurança, no uso sempre correctamente perspectivado da arma da teoria, e dentro do espírito de largueza e abertura que a sua poesia testemunha. □

1) Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1974. As páginas à frente dos poemas citados reportam-se a esta edição.

2) «Confiança», p. 67.

3) V. Fernando J. B. Martinho, «O Negro Americano e a América na Poesia de Agostinho Neto», in *África*, n.º 7, Jan. — Março de 1980, p. 169.

4) Lisboa, 1953.

5) «Introdução a um Colóquio sobre poesia angolana» in *África*, n.º cit., reproduzido de *Mensagem*, Ano III, n.ºs 5/6, Lisboa, C.E.I., 1960.

6) A edição abre com a «Oração Fúnebre pronunciada por Lúcio Lara perante a urna com o corpo do Presidente Agostinho Neto, no Salão Nobre do Palácio do Povo, em Luanda, no dia 17 de Set. de 1979».

7) Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1975.

8) «Recordações de Neto», *Lavra & Oficina*, Gazeta da U.E.A., n.º 11/12, Ag. — Set. de 1979.

9) «Négritude», in Lilyan Kesteloot, *Anthologie Nègre-Africaine*, Verviers, 1976, pp. 101-104.

10) «Onde estão os homens caçados neste vento de loucura» e «Trindade», in *É Nosso o Solo Sagrado da Terra*, Ulmeiro, Lisboa, 1978, pp. 121-123 e 131-135.

11) «Um 'bouquet' de rosas para ti», pp. 108-110.

12) V. John Marcum, *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion*, The MIT Press, Cambridge, Mass., 1969, p. 23.

13) V. *O Jornal*, Ano III, n.º 110, 3/6/77, p. 10.

14) Os discursos encontram-se compilados em Agostinho Neto, ... *Ainda o Meu Sonho...* (Discursos sobre a cultura nacional). Edições 70, Lisboa, 1980.

**“Na CIMANGOLA  
trabalhamos pela  
nossa independência  
económica e  
pela da África”**



*Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.*

**CIMANGOLA - U.E.M.**  
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar  
Tel.: 71190 • Luanda  
Fábrica: Estrada do Cacuaço • Tel.: 71100  
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532





**TAAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
★  
ANGOLA AIRLINES